



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
SOCIEDADE E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

WELLINGTON BEZERRA DE MELLO

CARNAVALIZAÇÃO:

A estruturação do Carnaval de Brasília e a incidência na Economia Criativa

Brasília/DF

2026

WELLINGTON BEZERRA DE MELLO

CARNAVALIZAÇÃO:

A estruturação do Carnaval de Brasília e a incidência na Economia Criativa

Dissertação de Mestrado Acadêmico apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (PPGDSCI) da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Estudos em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria de Fátima Rodrigues Makiuchi

BRASÍLIA

2026

WELLINGTON BEZERRA DE MELLO

CARNAVALIZAÇÃO:

A estruturação do Carnaval de Brasília e a incidência na Economia Criativa

Dissertação de Mestrado Acadêmico apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sociedade e Cooperação Internacional (PPGDSCI) da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Estudos em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional.

Brasília/DF, ____ de _____ de 2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Maria de Fátima Rodrigues Makiuchi
(Orientadora – Universidade de Brasília - UnB)

Prof.^a Dra. Daniela Favaro Garrossini
(Avaliadora Interna – Universidade de Brasília - UnB)

Prof. Dr. Leandro de Bessa Oliveira
(Avaliador Externo – Universidade Católica de Brasília - UCB)

Carnavália¹

(Bom dia, comunidade)

Vem pra minha ala que hoje a nossa escola vai desfilar
Vem fazer história que hoje é dia de glória nesse lugar
Vem comemorar, escandalizar ninguém
Vem me namorar, vou te namorar também
Vamos pra avenida desfilar a vida, Carnavalizar
Na Portela tem, Mocidade Imperatriz
No Império tem, uma Vila tão feliz
Beija-Flor, vem ver a porta-bandeira
Na Mangueira tem morena da Tradição
Sinto a batucada se aproximar
Estou ensaiado para te tocar
Repique tocou, o surdo escutou
E o meu corasamborim (samborim)
Cuíca gemeu, será que era eu
Quando ela passou por mim?

Lá-lá-lá-lá-lá-lá-lá-lá-lá-ah
Lá-lá-lá-lá-lá-lá-lá-lá-lá-ah
Lá-lá-lá-lá-lá-lá-lá-lá-lá-ah (aonde?)
Lá-lá-lá-lá-lá-lá-lá-lá-lá-ah

Vem pra minha ala que hoje a nossa escola vai desfilar
Vem fazer história que hoje é dia de glória nesse lugar
Vem comemorar, escandalizar ninguém
Vem me namorar, vou te namorar também
Vamos pra avenida desfilar a vida, Carnavalizar
Na Portela tem, Mocidade, Imperatriz
No Império tem, uma Vila tão feliz
Beija-Flor, vem ver a porta-bandeira
Na Mangueira tem morena da Tradição
Sinto a batucada se aproximar
Estou ensaiado para te tocar
Repique tocou, o surdo escutou
E o meu corasamborim (samborim)

¹ Carnavália é uma forma poética e metafórica para descrever o universo do carnaval como um lugar ou estado de espírito propício das festas momescas, que se comemora com alegria contagiante o desfilar da vida.

Cuíca gemeu, será que era eu
Quando ela passou por mim?

Lá-lá-lá-lá-lá-lá-lá-lá-lá-ah

Lá-lá-lá-lá-lá-lá-lá-lá-lá-ah

Lá-lá-lá-lá-lá-lá-lá-lá-lá-ah (aonde?)

Lá-lá-lá-lá-lá-lá-lá-lá-lá-ah (aonde?)

Lá-lá-lá-lá-lá-lá-lá-lá-lá-ah (aonde?)

Lá-lá-lá-lá-lá-lá-lá-lá-lá-ah (diga, aonde?)

Lá-lá-lá-lá-lá-lá-lá-lá-lá-ah (aonde?)

Lá-lá-lá-lá-lá-lá-lá-lá-lá-ah (aonde?)

Lá-lá-lá-lá-lá-lá-lá-lá-lá-ah (diga, aonde?)

Lá-lá-lá-lá-lá-lá-lá-lá-lá-ah (aonde?)

Lá-lá-lá-lá-lá-lá-lá-lá-lá-ah (aonde?)

Lá-lá-lá-lá-lá-lá-lá-lá-lá-ah (aonde?)

Lá-lá-lá-lá-lá-lá-lá-lá-lá-ah

Composição: Arnaldo Antunes/Carlinhos Brown/Marisa Monte.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu pai, Roseburgo Bezerra de Mello e a minha mãe, Maria de Lourdes da Silva Moreno, por me dar o dom da vida e por me proporcionar as melhores condições para alimentar minha capacidade intelectual, o que me fez chegar até este momento e celebrar mais esta conquista. Agradeço ao meu querido Eduardo Ribeiro pela paciência, compreensão e apoio para que essa jornada terminasse com grande êxito, e aos amigos que também me apoiaram e entenderam minha ausência, e deram suporte emocional após o falecimento de meus queridos pais, incentivando a continuidade de meu caminhar acadêmico.

Agradeço imensamente à Professora Dra. Maria de Fátima Rodrigues Makiuchi, pelo acolhimento, atenção e todo amor e dedicação pela pesquisa na área cultural, além do importante apoio intelectual, compreensão de todas minhas inquietações, pelas provocações que me fizeram ir além do meu potencial e de reconhecer a minha capacidade de contribuição para a sociedade. Agradeço a querida Professora Dr.^a Daniela Favaro Garrossini e ao estimado Professor Dr. Luiz Fernando Macedo Bessa, ambos do PPGDSCI/CEAM/UnB, e especialmente ao Professor Dr. Leandro de Bessa Oliveira da UCB, que fizeram parte da minha banca examinadora, pela contribuição junto comigo na construção dessa produção acadêmica. Também, a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (PPGDSCI/UnB), que de alguma forma colaboram com minha qualificação teórica e formação de Mestrado.

Agradeço aos Blocos de Rua, Escolas de Samba e Fanfarras, que foram fundamentais para responderem a pesquisa, pela paciência e acolhimento ao compartilhar os seus depoimentos e o comprometimento com a verdade. Especialmente, a Rafael Reis, do Instituto No Setor, pelo apoio na articulação com o público pesquisado. Ao Sr. Paulo Henrique (PH) da Liga dos Blocos Tradicionais; ao senhor Robson Oliveira Silva, presidente da Associação Recreativa Cultural Unidos do Cruzeiro - ARUC, aos senhores Dilson e Gleidson da União das Escolas de Samba e Blocos de Enredo - UNIESBE; ao senhor Rafael B. de Moraes (Pops) do Instituto Fecomércio e por fim, a Leonardo Rodrigues, do Coletivo Distrito Carnaval que me colocou em contato com a realidade das Fanfarras brasilienses.

Agradeço a Anderson Sant'Anna pelo incentivo para entrarmos juntos no programa de mestrado do PPGDSCI/CEAM/UnB. Agradeço aos queridos colegas do Programa de Pós-graduação Mário Jardim, Fernanda Fenelon, Iassana Rodrigues e Mayara Carvalho, pela amizade e companheirismo ao seguirmos conjuntamente nessa jornada. Aos demais colegas

do programa que contribuíram com uma visão crítica necessária nas apresentações e encontros de estudos, com quem convivi e tive o prazer de compartilhar conhecimentos e saberes.

Finalizo, aqui, agradecendo o importante apoio oferecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela concessão da bolsa de estudos que permitiu a dedicação exclusiva e a viabilidade para a realização desta pesquisa.

RESUMO

Este estudo de caso examina o poder da economia do Carnaval como ativo cultural no desenvolvimento econômico, político e social do Distrito Federal, bem como a influência da economia criativa nas políticas culturais. Analisa as dinâmicas relacionais entre a gestão pública – por meio do marco legal e sua instrumentação –, os agentes culturais e as entidades do setor privado. Destaca a capacidade da economia criativa para promover o desenvolvimento local, com base no investimento na diversidade da cultura popular como vetor de crescimento econômico. Explicita a necessidade de valorizar as matrizes culturais locais e de garantir os territórios dessas matrizes, além de imprimir uma nova identidade ao Carnaval, com sua própria maneira de fazer folia, e representar Brasília no calendário nacional. Apresenta resultados que questionam os investimentos públicos e a governança no atual modelo de gestão, bem como o processo de aglutinação de esforços para uma maior participação do setor carnavalesco na realização de um evento que busca a consolidação de uma economia do Carnaval capaz de garantir crescimento econômico.

Palavras Chaves: Desenvolvimento Cultural, Carnaval de Brasília, Economia Criativa, Políticas Culturais.

ABSTRACT

This case study examines the power of Carnival's economy as a cultural asset in the economic, political, and social development of the Federal District, as well as the influence of the creative economy on cultural policies. It analyzes the relational dynamics between public management – through the legal framework and its instrumentation –, cultural agents, and private sector entities. It highlights the creative economy's capacity to promote local development, based on investment in the diversity of popular culture as a vector for economic growth. It explicates the need to value local cultural matrices and ensure the territories of these matrices, in addition to imprinting a new identity on Carnival, with its own way of making merry, to represent Brasília on the national calendar. It presents results that question public investments and governance in the current management model, as well as the process of aggregating efforts for greater participation by the carnival sector in holding an event that seeks to consolidate a Carnival economy capable of ensuring economic growth.

Keywords: Cultural Development, Brasília Carnival, Creative Economy, Cultural Policies.

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

Abih-DF	Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Distrito Federal
Abih-PE	Associação Brasileira da Indústria de Hotéis de Pernambuco
Abih-RJ	Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Rio de Janeiro
ACDF	Associação Comercial do Distrito Federal
Aena	Aeroportos e Navegação Aérea da Espanha - PE
Ambev	Companhia de Bebidas das Américas
Aruc	Associação Recreativa Cultural Unidos do Cruzeiro
Caged	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDLDF	Câmara de Dirigentes Lojistas do Distrito Federal
Ceam	Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares
CLDF	Câmara Legislativa do Distrito Federal
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
Codeplan	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
Comcar	Conselho Municipal do Carnaval
DF	Distrito Federal
Emtursa	Empresa de Turismo de Salvador
FAC-DF	Fundo de Apoio à Cultura do Distrito Federal
Fecomércio-DF	Federação do Comércio de Bens e Serviços e Turismo do Distrito Federal
Fundarpe	Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
GDF	Governo do Distrito Federal
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEDF	Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal
ISS	Impostos Sobre os Serviços
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não binário, e o “+” indica existir outras identidades.

LIC-DF	Lei de Incentivo à Cultura do Distrito Federal
Liesa	Liga das Escolas de Samba do Rio de Janeiro
MEI	Microempreendedor Individual
MinC	Ministério da Cultura
MPDFT	Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OSC	Organização da Sociedade Civil
PcD	Pessoa com Deficiência
PCR	Prefeitura da Cidade do Recife
PPGDSCI	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional.
RioTur	Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro S.A
Secec-DF	Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal
Setur-DF	Secretaria de Turismo do Distrito Federal
SLU	Serviço de Limpeza Urbana
SSP	Secretaria de Segurança Pública
SSP-DF	Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal
TCU	Tribunal de Contas da União
UCB	Universidade Católica de Brasília
UnB	Universidade de Brasília
Unctad	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Uniesbe	União das Escolas de Samba e Blocos de Enredo

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Etapas do procedimento de investigação científica.	23
Figura 2 - Refinamento das Subcategorias em Categorias mais Amplas.	39
Figura 3 - Relação entre Governança e Gestão.	86
Figura 4 - Ecossistema da Economia Criativa e do Carnaval	134
Gráfico 1 - Investimentos no Carnaval do Distrito Federal.....	95
Gráfico 2 - Arrecadação de impostos no Carnaval do Distrito Federal.....	98
Gráfico 3 - Ocupação Hoteleira de Brasília 1º Trimestre 2025.	100
Gráfico 4 - Contribuição do Carnaval do DF para a valorização e a preservação das tradições culturais.	116
Gráfico 5 – Movimentação Econômica versus Vagas Temporárias.	118

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 - Síntese das principais contribuições teórico-metodológicas.....	24
Quadro 2 - Definição dos Descritores da pesquisa nos repositórios.	25
Quadro 3 - Síntese do levantamento das produções acadêmicas em bases de dados.	25
Quadro 4 - Modelo de Análise do Estudo de Caso.	27
Quadro 5 - Público para coleta de dados por questionário e entrevistas livre.	29
Quadro 6 - Entidades que participaram da pesquisa por questionário <i>on-line</i>	30
Quadro 7 - Participantes da coleta de dados por entrevistas abertas.....	32
Quadro 8 - Exemplos de categorias possíveis para pesquisa sobre Carnaval.	36
Quadro 9 - Processamento de refinamento e Agrupamento das Categorizações.	37
Quadro 10 - Definição de Categorias, subcategorias e código indicador utilizado.	39
Quadro 11 - Desempenho Econômico por Setor no Carnaval 2025.	47
Quadro 12 - Comparação resumida dos carnavais nas principais capitais.....	49
Quadro 13 - Condicionantes para o Desenvolvimento da Economia Criativa.....	53
Quadro 14 - Componentes do Sistema Produtivo do Carnaval Carioca.	55
Quadro 15 - Legislação com apoio aos eventos religiosos durante o Carnaval.....	87
Quadro 16 - Evolução da Legislação voltada para realização do Carnaval.	87
Quadro 17 - Composição do Comitê Permanente do Carnaval.	89
Quadro 18 - Propostas dos Blocos Inscritas para o Projeto “DF-Folia 2025”.	90
Quadro 19 - Investimentos no Carnaval pela Secec-DF.	94
Quadro 20 - Arrecadação de Impostos de Atividades do Turismo no Carnaval.....	98
Quadro 21 - Dados da Fecomércio sobre a Economia no DF.....	99
Quadro 22 - Ocupação Hoteleira de Brasília – Prévia do 1º Trimestre 2025	100
Quadro 23 - Categorias dos Blocos de Rua Selecionados pelo Edital da Secec-DF.	102
Quadro 24 - Resultado Definitivo da Seleção dos Blocos DF-Folia 2025.....	104
Quadro 25 - Avaliação da população sobre a infraestrutura do Carnaval 2025.....	109
Quadro 26 - Avaliação dos Pontos Fortes, Melhorias e Expectativa do Público.....	110
Quadro 27 – Agremiações e Entidade que Responderam ao Questionário Eletrônico.....	115
Quadro 28 - Proposições para reflexão crítica do Modelo de Gestão do Carnaval.	143

INTRODUÇÃO	16
1.1. CARNAVÁLIA TRIBALISTA	16
2 O ESTUDO DE CASO COMO MÉTODO DE PESQUISA QUALITATIVA.....	22
2.1. O MÉTODO DE PESQUISA.....	23
2.1.1. Etapa: Pergunta de Partida	24
2.1.2. Etapa: Exploração – Leituras e Entrevistas Exploratórias	24
2.1.3. Etapa: Formulação da Problemática	26
2.1.4. Etapa: Construção do Modelo de Análise	27
2.1.5. Etapa: A Observação – Coleta dos Dados e Grupos Entrevistados.....	28
2.1.6. Etapa: A Análise das Informações e a Construção da Análise de Dados.....	33
2.2. A CATEGORIZAÇÃO DOS DADOS	35
2.2.1. Fase: Pré-Categorização (Preparação)	35
2.2.2. Fase: Categorização (Processamento)	36
2.2.3. Fase: Pós-Categorização (Análise e Síntese)	38
3 TRANSVERSALIDADES DO CARNAVAL E DA ECONOMIA CRIATIVA.....	41
3.1. A GOVERNANÇA NO CARNAVAL NAS PRINCIPAIS CIDADES BRASILEIRAS	42
3.2. A GESTÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA	49
3.3. A ECONOMIA CRIATIVA E O CARNAVAL	51
3.4. A CADEIA PRODUTIVA DO CARNAVAL	53
3.5. O TURISMO CRIATIVO E O CARNAVAL.....	56
4 O SAGRADO, O PROFANO E A CARNAVÁLIA	59
4.1. OS FESTIVAIS E RITUAIS RELIGIOSOS: AS BACANALIAS E A IGREJA CRISTÃ.....	59
4.2. A DIVERSIDADE CULTURAL E AS CARACTERÍSTICAS IDENTITÁRIAS	62
4.3. O CARNAVAL DO DISTRITO FEDERAL	64
5 FUNDAMENTAÇÕES TEÓRICAS: A ECONOMIA CRIATIVA, A ECONOMIA DA CULTURA E A ECONOMIA DO CONHECIMENTO	71
5.1. A ECONOMIA CRIATIVA E A POLÍTICA CULTURAL	71
5.2. PRODUTO CULTURAL E OS OBJETIVOS ECONÔMICOS DA INDÚSTRIA CULTURAL	71
5.3. O CAPITAL CULTURAL E O VALOR SIMBÓLICO DAS PRODUÇÕES CULTURAIS.....	73

5.4.	A INDÚSTRIA CULTURAL E CRIATIVA E A EXPLORAÇÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL	75
5.5.	O PAPEL DA CRIATIVIDADE E A ECONOMIA CRIATIVA.....	77
5.6.	ECONOMIA DO CONHECIMENTO	80
5.7.	SUSTENTABILIDADE CULTURAL E ECONÔMICA.....	80
6	MARCO NORMATIVO DA GESTÃO PÚBLICA DO CARNAVAL CANDANGO	82
6.1.	OS ASPECTOS LEGAIS E O MODELO DE GESTÃO	84
6.2.	A LEGISLAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E O CARNAVAL DO DF COMO EVENTO	85
6.3.	A ESTRUTURAÇÃO DE UM MODELO DE GESTÃO	87
7	MARCOS CONSTITUTIVO DA ECONOMIA CRIATIVA NO CARNAVAL ...	93
7.1.	INVESTIMENTOS PÚBLICOS E A ARRECADAÇÃO FISCAL DE ATIVIDADES DO TURISMO	94
7.2.	A INFRAESTRUTURA, OS SERVIÇOS PÚBLICOS DE APOIO E A DIVULGAÇÃO	101
7.3.	OS TERRITÓRIOS E SUAS IDENTIDADES CULTURAIS	106
7.4.	O OLHAR DA POPULAÇÃO SOBRE A REALIZAÇÃO DO EVENTO CARNAVAL.....	108
7.5.	A AVALIAÇÃO DO SETOR CARNAVALESCO POR QUESTIONÁRIO ELETRÔNICO	113
7.6.	A ECONOMIA CRIATIVA NO CARNAVAL DE BRASÍLIA.....	117
7.7.	A GESTÃO PÚBLICA E O TECIDO CULTURAL	121
7.8.	MOVIMENTAÇÕES DO TURISMO NO CARNAVAL DO DF	128
	CONSIDERAÇÕES FINAIS DA CARNAVALIZAÇÃO	131
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	146

*“Vem fazer história que hoje é dia de glória
nesse lugar. Vem comemorar, escandalizar ninguém.”*

INTRODUÇÃO

1.1. CARNAVALIA TRIBALISTA

O Carnaval é uma manifestação sociocultural com amplos significados e sentidos das identidades culturais e das representações sociais, relacionadas à política e suas disputas no campo social, cultural, econômico e político. A diversidade de expressões e manifestações reveladas no Carnaval estabelece processos sociais de catarse da realidade, a partir de dinâmicas críticas próprias de cada época. No Carnaval, em sua fruição e produção, transitam questões que envolvem normas sociais e governamentais, em intervenções que ciclicamente se renovam e se reorganizam em ressignificações de experiências da vida cotidiana dos grupos criativos envolvidos no fazer do Carnaval e dos foliões.

Enquanto manifestação de tradições da sociedade, o Carnaval brasileiro se apresenta com perfis amplos e diferenciados, típico da grande multiculturalidade existente no país e da formação cultural da população. Em contraponto, o que pode ser observado nas diferentes maneiras de expressão em cada território e região, é que cidades como Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Olinda, historicamente se utilizam da potencialidade dessa diversidade que as manifestações culturais dispõem como uma forma de gerar crescimento econômico durante o período Carnavalesco. É um modelo de sucesso econômico desenvolvido por uma experiência que tem unido a cultura do Carnaval ao desenvolvimento econômico, e tem feito com que outras cidades, como São Paulo e Belo Horizonte, também procurassem investir recursos estratégicos e ofertar oportunidades para que as manifestações culturais locais tenham cada vez mais capacidade para realizar projetos próprios de Carnaval, de tal forma a atrair foliões, formar plateias e trazer os turistas mais exigentes para atender a sua proposta de crescimento econômico local com sucesso.

É a partir da consciência da potência que representa o Carnaval e suas agremiações culturais que nasceu este trabalho, além do desejo de expandir conhecimentos relacionados aos estudos em economia da cultura e a incidência da economia criativa sobre as políticas públicas de cultura. O ponto de partida é a minha experiência junto a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – Fundarpe, órgão responsável pela formulação e execução da política pública de cultura daquele Estado, que trouxe a inspiração para o

aprofundamento dos estudos culturais e às políticas públicas de cultura e a economia da cultura. Foi a partir do principal objetivo da Fundarpe de promover apoiar, incentivar, preservar e difundir as identidades e as produções artístico-culturais de Pernambuco, com ações estruturadoras e sistêmicas, que ocorreu a oportunidade de participação na construção coletiva com os demais representantes do governo, da sociedade civil e, em particular, com os representantes da comunidade cultural para a implementação da política pública de cultura de Pernambuco com base democrática e regionalizada. Como pilares básicos, foi criado um modelo de gestão chamado “Pernambuco Nação Cultural” para ações permanentes, inclusivas, sustentáveis e transversais, em um processo dialogado com os segmentos culturais, sociedade e demais órgãos do governo. Essa expertise justifica o interesse no aprofundamento do estudo acadêmico-científico na área da economia criativa e da economia da cultura, e, no caso, a análise das singularidades do Carnaval do Distrito Federal (DF).

Interessa nessa análise, num primeiro momento, verificar o Carnaval como vetor de desenvolvimento econômico, político e social, por entender que Brasília possui significativa capacidade instalada para investimentos estratégicos na área da cultura, já que é centro administrativo e político do país, além de reunir em seu território representações culturais de todo o país com o potencial de realizar um Carnaval que reflita a existência de suas diversas tradições carnavalesco.

Nesse sentido, esta pesquisa observa a política pública para a organização do Carnaval de Brasília, buscando levar em consideração os pontos críticos que interferem no desenvolvimento econômico, social e cultural do DF. Nesse recorte, o objetivo principal da pesquisa é, a partir dos instrumentos de governança consolidados da política cultural voltadas ao Carnaval brasiliense, compreender de que forma esta manifestação cultural influencia e se articula com a economia criativa local. A partir desse objetivo é possível traçar perguntas norteadoras derivadas, que constituem eixos de investigação necessários para a compreensão da relação entre o Carnaval e a economia criativa no DF:

- Quais são os instrumentos de governança da política cultural do DF relacionados à estruturação do Carnaval de 2025?
- Quais são as percepções dos gestores públicos sobre a economia criativa e sua relação com a organização e desenvolvimento do Carnaval da cidade?
- Quais são as percepções dos grupos Carnavalescos sobre a economia criativa e sua relação com a sustentabilidade e inovação no Carnaval da cidade?

- Quais são as percepções de setores da iniciativa privada relacionados ao Carnaval sobre a economia criativa e sobre os resultados atingidos a partir do Carnaval de 2025?
- Como os instrumentos de governança influenciam o desenvolvimento da economia criativa relacionada ao Carnaval do DF?
- Quais os desafios identificados para a implementação de política cultural focada na economia criativa do Carnaval do DF?

A proposta desta pesquisa se alinha com os estudos interdisciplinares em política e economia da cultura com foco no planejamento e fomento às ações voltadas à produção do Carnaval no DF e seus desdobramentos econômicos, sociais e políticos.

Dessa forma, esta pesquisa se constitui em um estudo de caso de caráter exploratório e explicativo, de base qualitativa, com adoção de métodos mistos para tratar os dados oriundos de questionários e entrevistas, entre outras bases de dados utilizadas. Incorpora métodos e procedimentos que visam assegurar a acuidade, a qualidade e a representatividade dos dados, que foram coletados em diferentes meios e em consecutivos estágios de investigação.

A pesquisa examina os efeitos simbólicos e a percepção de gestores, produtores e grupos Carnavalescos sobre o papel da economia criativa e dos instrumentos de governança da política cultural do DF para a estruturação do Carnaval de 2025, considerando as interferências sobre o desenvolvimento da economia criativa e sua incidência como política estruturada na economia do Carnaval.

Em 2025, o Carnaval de Brasília registrou uma movimentação estimada em R\$ 320 milhões, mobilizando setores como alimentação, hospedagem, transporte, produção cultural, infraestrutura, logística e contratação de artistas, além de gerar expressiva quantidade de trabalho temporário. Esse cenário evidencia a necessidade de aprimoramento do planejamento do evento e da garantia de recursos orçamentários adequados, de modo a potencializar sinergias entre cultura, economia e políticas públicas. A economia criativa, nesse contexto, desempenha papel estratégico ao impulsionar o evento e ao produzir indicadores que demonstram sua relevância cultural e econômica.

Todavia, observa-se que o atual modelo de governança do Carnaval limita parte desse potencial ao manter práticas fragmentadas e pouco articuladas com uma visão macro de desenvolvimento criativo. A ausência de um planejamento integrado e de um projeto estruturado compromete a capacidade do Carnaval de se afirmar como política pública de Estado ancorada na economia criativa e sustentada pela participação social e cultural.

A relevância do estudo reside justamente na compreensão das relações que se estabelecem entre cultura e governança, bem como das dinâmicas de disputa e negociação presentes nas arenas políticas responsáveis pela definição da ação cultural no Carnaval. A harmonização entre as demandas da economia criativa, os interesses dos agentes culturais, as expectativas da iniciativa privada e as diretrizes da gestão pública coloca em evidência impasses e reivindicações essenciais para a realização do evento. Essas tensões envolvem ainda questões identitárias, territoriais e sociais, atravessadas pela constante mediação entre planos de governo, políticas culturais e a importância do território como espaço simbólico das manifestações Carnavalescas.

O arcabouço teórico-metodológico adotado garante que a combinação da coleta dos dados apresente as melhores condições de aproximação com a realidade estudada, a partir da triangulação analítica dos resultados. Nesse sentido, o Carnaval no DF é tratado tanto do ponto de vista histórico-cultural quanto normativo legal, aportando conhecimentos acerca da manifestação cultural e da gestão pública, assim como, do ponto de vista socioeconômico, ao ancorar conhecimentos acerca do desenvolvimento social e econômico relacionados. Nesta pesquisa são apresentados e discutidos conceitos como governança, produto cultural, economia criativa e indústria cultural, além de abranger aspectos sobre planejamento e articulação política entre os diversos atores sociais, políticos e culturais, examinando as dinâmicas das relações estabelecidas entre a gestão pública, a sociedade civil e a iniciativa privada.

Nos estudos com um tema cultural ou uma lente teórica, a teoria ocorre nas passagens de abertura do estudo. Consistente com o projeto emergente da investigação qualitativa, a teoria pode aparecer no início e ser modificada ou ajustada tendo por base os pontos de vista dos participantes (Creswell, 2010, p. 143).

Esta pesquisa está estruturada em oito seções, incluindo esta introdução e as considerações finais, sendo:

“*O Estudo de Caso como Método de Pesquisa Qualitativa*” aborda o aprofundamento acerca da aplicação dos métodos e os procedimentos adotados definidos para a realização da pesquisa enquanto Estudo de Caso, apresentando como e o que vai ser observado, como se deram o processo de coleta dos dados, o tratamento, a análise e os resultados que serão atingidos.

Em “*Transversalidades do Carnaval e da Economia Criativa*” apresenta o Estado da Arte contendo diferentes abordagens existentes nos estudos acadêmicos em torno do Carnaval, transitando em temas como gestão pública, governança, economia criativa, economia da

cultura, financiamento, turismo, entre outros temas que discutem desde questões de planejamento e de gestão do evento até particularidades referentes às expressões culturais no âmago das representações sociais. A amplitude das discussões formou parâmetros para a pesquisa que se alinham com as referências bibliográficas utilizadas no estudo do objeto proposto, pela transversalidade das questões que envolvem o desenvolvimento da economia criativa, a instrumentação da ação pública e o Carnaval de Brasília.

“O Sagrado, o Profano e o Carnaval” trata do contexto de surgimento do Carnaval que vem da história antiga, sua introdução no Brasil, e mais especificamente o Carnaval do Distrito Federal e suas manifestações culturais. As reflexões de Roberto DaMatta apontam o Carnaval brasileiro como ritual de trânsito entre o sagrado e o profano, um verdadeiro palco onde estão representados cada tipo de indivíduo da sociedade e a maneira em que se apresenta um conjunto de elementos e configura a catarse de suas próprias relações cotidianas. Essas relações transitam entre os conflitos e os afetos das identidades e suas personagens em um processo de enfrentamento legítimo das representações sociais.

Em *“Fundamentações Teóricas: A Economia Criativa, a Economia da Cultura e a Economia do Conhecimento”* expõe a construção da base teórica que complementa e influencia o aprofundamento do aporte teórico da pesquisa para o embasamento das análises dos resultados, a partir dos referenciais de teorias dos autores que proporcionaram um maior entendimento sobre temas importantes para o estudo como, produto cultural e o valor simbólico, a indústria cultural, a economia criativa e o papel da criatividade na estruturação do crescimento econômico.

O *“Marco normativo da Gestão pública no Carnaval Candango”* aborda a importância do processo desempenhado pela gestão pública e seu papel enquanto gestor cultural, além dos aspectos legais e o modelo de gestão desenhado para viabilizar e executar o projeto DF-Folia 2025 no Carnaval de Brasília. Para tanto, discute as legislações aprovadas no âmbito da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) voltadas à produção e execução do Carnaval, o caminho legal percorrido para dar ao Carnaval o status de política pública de cultura e as exigências para proporcionar condições de governança.

Em *“Marcos Constitutivos da Economia Criativa no Carnaval 2025”* apresenta a análise dos dados encontrados pela pesquisa, à luz do referencial teórico e a consequente discussão sobre a política para a organização do Carnaval, observando os pontos críticos que interferem no desenvolvimento econômico, social e cultural. Aborda os achados acerca da discussão sobre visibilidade, territorialidade e inclusão da manifestação no Carnaval.

Por fim, em “*As Considerações Finais da Carnavalização*” trata do fechamento da pesquisa por meio de uma síntese dos resultados, análise e discussão, observando os limites metodológicos da pesquisa. Será discutida a contribuição para o campo de pesquisa e recomendações que possam servir de subsídios para as políticas voltadas ao Carnaval do DF.

2 O ESTUDO DE CASO COMO MÉTODO DE PESQUISA QUALITATIVA

A “Carnavalização: A Estruturação do Carnaval de Brasília e a incidência na Economia Criativa” é uma pesquisa que constitui em um estudo de caso de caráter exploratório e explicativo, que busca o aprofundamento do conhecimento acerca do contexto da realidade estabelecida pela gestão pública e sua relação com as agremiações culturais e da sociedade para explicitar os fenômenos e os acontecimentos contemporâneos do Carnaval de 2025, embasados por temas que podem ser justificados ou explicados com base em conceitos, teorias e parâmetros estabelecidos no processo de análise dos dados coletados.

Em geral, os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo "como" e "por que", quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real (Yin 2001, p.19).

A partir do objetivo principal da pesquisa, qual seja, a partir dos instrumentos de governança consolidados da política cultural voltadas ao Carnaval brasiliense, compreender de que forma esta manifestação cultural influencia e se articula com a economia criativa local, e das perguntas norteadoras derivadas, foi estruturada a pesquisa levando-se em consideração os diferentes setores e atores no processo de estruturação do Carnaval do DF em 2025. As questões epistemológicas sobre o que se procura saber e o que é preciso para aprender sobre o que está sendo investigado pelo estudo de caso, se dão a partir dos vários elementos constituintes do escopo da pesquisa tais como:

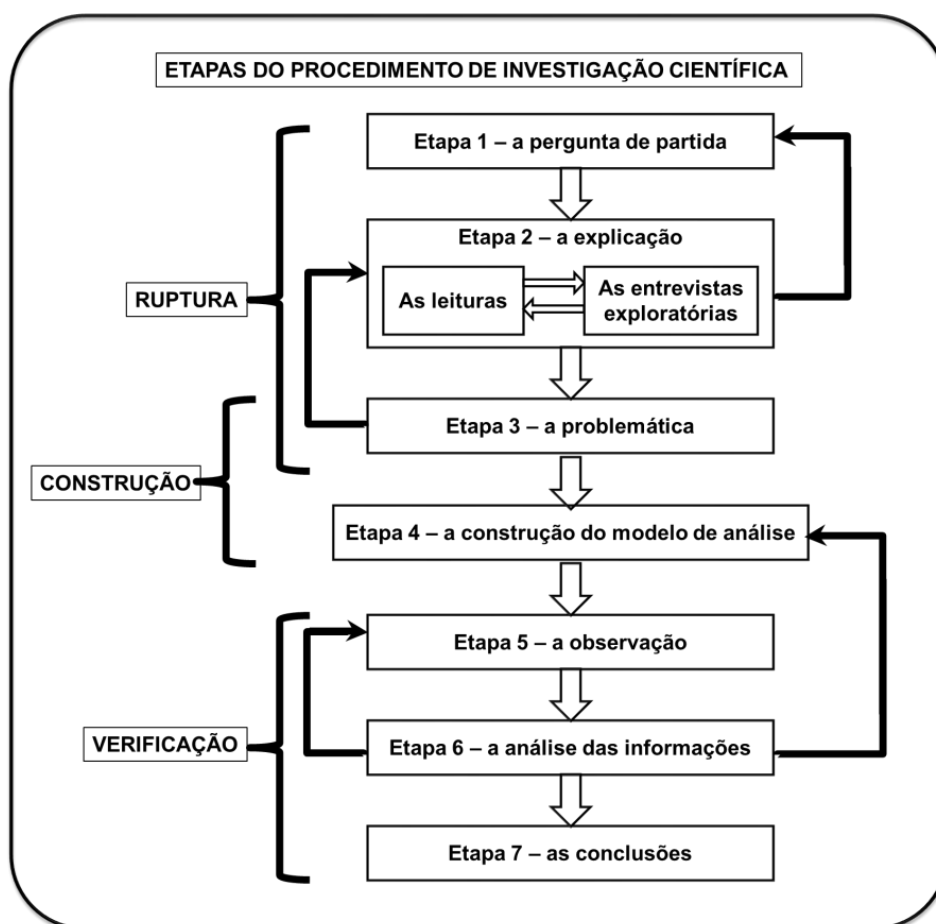
- a) As experiências apresentadas por outras cidades brasileiras que podem servir de referencial econômico, social e político para a construção de um modelo de governança específica e própria para o Carnaval do DF;
- b) A importância do entendimento de como se estabelecem os fluxos de articulações políticas entre a gestão pública e os demais atores envolvidos no Carnaval no DF;
- c) A escuta dos representantes de cada setor envolvido (carnavalescos, gestão pública e iniciativa privada) para potencializar a qualidade das análises deste estudo de caso;

- d) Os dados produzidos por entidades e representações oficiais dos diferentes setores envolvidos no Carnaval do DF referentes ao período estudado.

2.1. O MÉTODO DE PESQUISA

De acordo com Quivy e Campenhoudt (1995), o primeiro ato constitutivo do procedimento científico é a ruptura, que consiste em romper com os preconceitos e as falsas evidências, que somente dão a ilusão de compreensão das coisas a partir de um sistema conceitual organizado, suscetível de exprimir à lógica que está na base do fenômeno estudado. O segundo ato é a construção da validação do experimento a partir de uma concepção teórica, produto de um trabalho racional. E o terceiro ato, segundo os autores, é a verificação que dá o direito ao estatuto científico por ser possível a verificação ou experimentação pelos fatos.

Figura 1 – Etapas do procedimento de investigação científica.



Fonte: Manual de Investigação em Ciências Sociais (Quivy; Van Campenhoudt, 2008, p. 27).

Os três atos de investigação científica se subdividem nas seguintes etapas:

2.1.1. Etapa: Pergunta de Partida

- De que forma o Carnaval de Brasília, enquanto manifestação cultural influenciou e se articulou com a economia criativa local, a partir da consolidação da política cultural e da instrumentação da ação pública que a governança utiliza para a execução do projeto Carnaval Folia 2025?

2.1.2. Etapa: Exploração – Leituras e Entrevistas Exploratórias

- A Exploração por leituras e entrevistas busca familiaridade com o tema por meio de levantamento bibliográfico e por diálogos abertos informais com os envolvidos com o objeto estudado. Identifica lacunas, prioriza a flexibilidade e a compreensão. O processo de leitura exploratória se deu a partir da definição de temas e conceitos pertinentes à pesquisa que sustenta a estruturação do referencial por revisão de literatura contextualizada do tema. Conceitos como cultura, indústria cultural, valor simbólico, economia criativa e desenvolvimento nortearam a estruturação do arcabouço teórico-metodológico (Quadro 1).

Quadro 1 - Síntese das principais contribuições teórico-metodológicas.

(continua)

SÍNTESE DAS PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	
Ana Carla Fonseca Reis	Especialista em economia criativa discute a importância de integrar atividades econômicas ligadas à cultura, artes e tecnologia para estimular a criatividade e inovação nas cidades e promover a economia criativa como estratégia de desenvolvimento econômico sustentável.
Carolina Andion e Thiago Magalhães	Analisa a governança das políticas públicas no cenário de crise das democracias. Evidencia o modo de governar e a reformar do Estado a partir das políticas públicas e seus efeitos. Considera o desafio da ação pública e os problemas públicos na realidade de crise e retrocesso democrático.
Celso Furtado	Seus estudos abordam temas sobre a cultura e o desenvolvimento, a dependência na civilização industrial e a relação entre criatividade e o desenvolvimento econômico e sustentável.
Katty Charmaz	Estuda os métodos de pesquisa a partir da teoria fundamentada que ampliam a flexibilidade e acelera a obtenção de um foco que ocorre nos dados sem sacrificar o detalhe das ações. Quando combinados com insight e esmero, são instrumentos apurados para gerar, extrair e produzir sentido dos dados, pela flexibilidade de modelar, remodelar e refinar a coleta de dados.
Luiz Carlos Prestes Filho	Apresenta análises detalhadas sobre os processos econômicos e produtivos do Carnaval, especialmente das escolas de samba do Rio. Referência nos estudos da cadeia produtiva do Carnaval, posicionando como o maior evento da indústria do entretenimento no Brasil.
Pierre Lascoumes e Patrick Le Galès	Analisa a ação pública, não como um produto do Estado, mas como resultado da interação e coordenação entre múltiplos atores públicos e privados, individuais e coletivos. Destacam a "instrumentação" como o conjunto de problemas da escolha e uso dos instrumentos da ação pública. Critica os processos de governança contemporânea e as dinâmicas das políticas públicas.
Pierre Bourdieu	Estudou o consumo e influência das estruturas sociais e culturais, como prática que reforça as desigualdades sociais. Definiu o "capital cultural", abordando estudos sobre cultura como disposições duradouras, modos de sentir, pensar e agir, adquiridos ao longo da vida, como práticas e percepções que orientam os indivíduos moldado pelo ambiente social, influencia as ações e escolhas.

Quadro 1 - Síntese das principais contribuições teórico-metodológicas

(conclusão)

SÍNTESE DAS PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	
Roberto DaMatta	Analisa o Carnaval brasileiro e suas implicações sociais, onde as hierarquias são subvertidas e permite desafiar e redefinir identidades sociais. O Carnaval reflete contradições e dilemas da sociedade, tensão da tradição, autoritarismo e democracia como funções sociais.
Robert K. Yin	Reconhecido por sua obra "Estudo de Caso: planejamento e métodos", estrutura a metodologia qualitativa ou quantitativa. Apresenta uma abordagem detalhada para o método do Estudo de Caso que inclui tipo de verificação e análise concorrente como forma de garantir a validação a partir de dados diferentes e confiabilidade das conclusões.
Adorno e Horkheimer	Seus estudos culturais traz o conceito de indústria cultural, presente na economia em todos os setores da vida urbana como um poder que se estende por diversas esferas da vida urbana e econômica, interferindo na cultura popular e moldando o consumo e o comportamento social.
Tony Bovaird e Elke Löffler	Traz um panorama de questões emergentes mais importantes na gestão e governança pública. A compreensão que o cidadão pode contribuir para a mudança das práticas da gestão e governança públicas. Discutem os desafios e pressões enfrentadas pelos governos, as transformações da economia, e as questões como engajamento, a agenda da igualdade e ética.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ainda nesta etapa, foi selecionada, em cinco Portais de Periódicos e Repositórios, uma base de dados destinada à busca ativa de artigos científicos, teses e dissertações relacionadas ao tema do Carnaval em suas diversas especificidades, particularmente no que se refere ao Carnaval como vetor de desenvolvimento no âmbito da economia criativa e da governança para compor um estado da arte. Nesse sentido, empregaram-se, de forma combinada, os descritores Carnaval, governança, gestão pública, participação social, economia criativa e turismo, com o propósito de refinar e qualificar o processo de recuperação das informações. A busca foi realizada para o período compreendido entre 2015 e 2025 (Quadros 2 e 3).

Quadro 2 - Definição dos Descritores da pesquisa nos repositórios.

		DESCRITORES
1. Carnaval	1.1. Cadeia Produtiva do Carnaval 1.1.1. Economia Criativa do/no Carnaval	Carnaval + Economia, Carnaval + Gestão Pública Carnaval + Governança, Carnaval + Ação Pública Carnaval + Turismo (no Título do Artigo),
2. Carnaval	2.1. Organização do Carnaval 2.1.1. Gestão Pública e Participação Social do Carnaval 2.1.1.1. Ação Pública 2.1.1.2. Governança do Carnaval	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 3 - Síntese do levantamento das produções acadêmicas em bases de dados.

DESCRITORES	PORTAL DE PERIÓDICO-REPOSITÓRIOS				
	CAPEs	SciELO	UFBA	UnB	Google Scholar
	Quantidades de Documentos encontrados no período 2015-2025				
Carnaval + Economia	7	1	5	2	15
Carnaval + Economia Criativa	10	0	10	0	5
Carnaval + Gestão	21	4	2	0	7
Carnaval + Gestão + pública	5	0	1	0	1
Carnaval + Governança	3	1	1	2	2
Carnaval + Turismo	24	1	1	0	9

Fonte: Elaborado pelo autor.

Uma estratégia complementar às leituras, voltada ao aprimoramento dos caminhos metodológicos do estudo, desenvolveu-se no âmbito da orientação acadêmica e por meio de conversas exploratórias informais com Carnavalescos vinculados a blocos de rua, escolas de samba e fanfarras. Essas interações ocorreram de maneira aberta e flexível, assim como a participação em reuniões entre grupos Carnavalescos e a Secretaria de Cultura e Economia Criativa (Secec-DF), as quais contribuíram significativamente para o aprofundamento e a delimitação da problemática de investigação. Essas conversas informais foram mobilizadas como instrumento complementar, possibilitando a identificação de aspectos que, de outro modo, permaneceriam invisíveis ao procedimento investigativo formal.

2.1.3. Etapa: Formulação da Problemática

O Carnaval de Brasília configura-se como um marco relevante para o desenvolvimento econômico do DF, mobilizando expressivos volumes financeiros que impactam diretamente setores associados à economia criativa, tais como a produção de eventos culturais, a contratação de artistas, o funcionamento dos blocos de rua e das escolas de samba, bem como mercados correlatos de bens e serviços, e do turismo. Essa dinâmica, que envolve tanto ocupações formais quanto temporárias, evidencia a importância do Carnaval como componente estratégico da política cultural e econômica do DF.

A governança do Carnaval está ancorada em dispositivos legais e instrumentos específicos da política cultural, que orientam sua organização, gestão e fomento. O fortalecimento do Carnaval enquanto evento simultaneamente cultural e econômico requer processos de planejamento capazes de assegurar uma gestão integrada entre os diversos órgãos da administração pública distrital, fundamentada em boas práticas e nas diretrizes estabelecidas por decretos e normativas pertinentes. Esses elementos constituem a base para uma análise crítica das relações entre governança cultural, gestão do Carnaval e seus efeitos econômicos, ressaltando o papel do evento não apenas como manifestação cultural, mas como vetor estruturante da economia local e como mecanismo relevante da política pública de fomento à economia criativa enquanto política de Estado.

A problemática central que orienta o estudo consiste em responder à seguinte questão: de que maneira os instrumentos de governança cultural influenciam os mecanismos de articulação do Carnaval com a economia criativa e quais são seus efeitos concretos sobre o desenvolvimento local, especialmente no que se refere à estruturação e à dinamização da economia criativa no DF?

2.1.4. Etapa: Construção do Modelo de Análise

A elaboração da estrutura analítica em estudos qualitativos requer a organização e sistematização do material empírico de forma a facilitar a identificação de categorias, padrões e relações emergentes nos dados coletados. A construção do modelo de análise do estudo de caso segue um conjunto articulado de etapas que orienta desde a definição do problema e do objeto até a delimitação da unidade de análise, o tratamento dos dados e a elaboração das interpretações finais.

Nesse sentido, a definição do problema centra-se na capacidade do Carnaval de Brasília de contribuir de maneira efetiva para a consolidação da economia do Carnaval e para o fortalecimento da economia criativa na região, produzindo impactos significativos no desenvolvimento econômico local. Tal capacidade depende de um modelo de governança cultural sustentado por legislação específica e por instrumentos adequados de política pública que orientam a estruturação da política de Carnaval no contexto econômico-cultural do DF.

O objeto de análise é a política de Carnaval enquanto vetor de desenvolvimento da economia criativa, observada a partir dos marcos legal e dos instrumentos de gestão cultural vigentes no DF. A delimitação do problema concentra-se na investigação de como o Carnaval de Brasília se configura como prática da economia criativa, e de quais são suas implicações políticas, sociais e culturais para o desenvolvimento da cidade.

Considerando o Carnaval de Brasília de 2025 como referência empírica, a articulação entre política pública e economia criativa envolve elementos como o modelo de governança adotado pela gestão pública, as estratégias de financiamento do evento, as responsabilidades na produção cultural, bem como a atuação de Carnavalescos e demais agentes culturais. A análise dos instrumentos da política cultural que regulamentam desfiles, cortejos e apresentações permite identificar potenciais efeitos econômicos — positivos ou limitantes — diretamente relacionados às dimensões investigadas no objetivo geral da pesquisa.

A seguir é apresentado o Quadro 4, com a síntese do modelo de análise estruturado para esta pesquisa.

Quadro 4 - Modelo de Análise do Estudo de Caso.

(continua)

Elementos do Modelo	Descrição conforme o Estudo de Caso
Problema de Pesquisa	Compreender como os instrumentos de governança cultural influenciaram a articulação do Carnaval de Brasília 2025 com a economia criativa, e quais efeitos esse processo gerou no desenvolvimento econômico, social e cultural do DF.
Objeto de Análise	A política de Carnaval do Distrito Federal enquanto vetor de desenvolvimento da economia criativa, considerando marcos legal, instrumentos de gestão, financiamento público, articulação institucional e participação dos agentes culturais.

Quadro 4 - Modelo de Análise do Estudo de Caso.

(conclusão)

Elementos do Modelo	Descrição conforme o Estudo de Caso
Unidade de Análise	O Carnaval de Brasília 2025, incluindo sua organização, cadeia produtiva, atores envolvidos, instrumentos de governo e impactos econômicos.
Categorias Analíticas	1. Governança Cultural; 2. Políticas Públicas de Cultura; 3. Economia Criativa; 4. Organização do Carnaval; 5. Impactos Econômicos; 6. Sustentabilidade Cultural e Econômica.
Indicadores Analíticos	Instrumentos legais; articulação institucional; percepção dos segmentos; volume de recursos; participação dos agentes; infraestrutura; inclusão e diversidade; geração de empregos.
Fontes de Dados	Questionários on-line; entrevistas livres; <i>survey</i> ; diários de campo; legislação; relatórios oficiais; dados econômicos; observação direta.
Procedimentos de Coleta	Métodos mistos: questionários semiestruturados, entrevistas livres, observação participante, análise documental, <i>survey</i> externo.
Procedimentos de Análise	Codificação aberta, axial e seletiva; triangulação; análise interpretativa fundamentada no referencial teórico.
Síntese Interpretativa Esperada	Avaliação da eficácia dos instrumentos de governança; do impacto econômico do Carnaval; os limites e potencialidades do modelo de gestão; recomendações.

Fonte: Elaborado pelo autor.

2.1.5. Etapa: A Observação – Coleta dos Dados e Grupos Entrevistados

A etapa de observação compreendeu a coleta e a sistematização de dados quantitativos e qualitativos necessários à análise do Carnaval de Brasília de 2025 como estudo de caso. A estratégia metodológica articulou instrumentos mistos, de modo a permitir uma compreensão abrangente das dinâmicas culturais, sociais, econômicas e políticas que estruturaram o evento.

O *survey* externo contém o perfil e a avaliação dos participantes (foliões locais e turistas ou não) do Carnaval 2025, realizada pela pesquisa do Instituto Rosa dos Ventos. Foram aplicados questionários para um público de 1.075 foliões que responderam presencialmente nas ruas durante os dias 28 de fevereiro a 06 de março de 2025, nos principais locais estruturados pelo projeto DF-Folia 2025. O *survey* avalia a infraestrutura, a programação cultural e a percepção de diversos aspectos como inclusão, acessibilidade e segurança, e o nível de satisfação durante o evento.

Por meio eletrônico, foram disponibilizados questionários no período de 01 de junho até 31 de dezembro de 2025, contendo questões específicas destinadas aos diferentes grupos definidos como participantes da pesquisa divididos em três grupos — representantes do setor carnavalesco, gestores públicos e agentes do setor privado. Concomitantemente, foram realizadas entrevistas livres, conforme a definição dos atores que seriam entrevistados e a possibilidade de agendamento no período de setembro a dezembro de 2025, com o propósito de aprofundar a compreensão qualitativa do fenômeno investigado e captar dimensões subjetivas e contextuais relevantes que são importantes para a análise dos dados, por meio do

depoimento de algumas representatividades dos grupos definidos como participantes das questões *on-line*. Estas entrevistas livres funcionaram como estratégia metodológica complementar, com a escuta e a observação ativa registrada sistematicamente em arquivos de áudio e anotados em diários de campo. Esses registros foram incorporados ao corpus empírico por fornecerem elementos adicionais capazes de enriquecer a interpretação dos dados e conferir maior robustez e riqueza analítica ao estudo.

Adicionalmente, realizou-se um levantamento de dados quantitativos provenientes de documentos oficiais (documentos, relatórios, pesquisas entre outros documentos oficiais) disponibilizados pelas instituições com ênfase em informações relativas ao desempenho e ao comportamento do mercado carnavalesco. Esses dados foram examinados por meio de séries históricas que permitiram identificar tendências, padrões e variações significativas ao longo do tempo, especialmente no que se refere aos indicadores de crescimento econômico observados durante o período Carnavalesco no DF, envolvendo as arrecadações fiscais de setores como hotelaria, turismo e diversões.

A seguir apresenta-se o quadro dos setores definidos que foram convidados a participar das entrevistas, considerando desde o *Survey* do Instituto Rosa dos Ventos com os resultados da avaliação dos participantes do Carnaval de rua, que responderam aos questionários aplicados pela pesquisa de campo, além dos grupos que foram definidos como prioritários para responder ao questionário *on-line* dos setores dos Grupos Carnavalescos, dos Gestores Públicos e da Iniciativa Privada, conforme Quadro 5 a seguir:

Quadro 5 - Público para coleta de dados por questionário e entrevistas livre.

(continua)

Dados a serem levantados		Fontes de Entrevista
População participante do Carnaval 2025	Dados demográficos e caracterização do público participante da pesquisa do Instituto Rosa dos Ventos	<i>Survey</i> externo com dados da avaliação de 1.075 foliões que responderam à pesquisa entre os dias 28/02 e 06/03/ 2025
Representantes dos blocos de rua, fanfarras e escola de samba	Como se dá a relação com a Secec-DF e as dificuldades e obstáculos para acesso aos recursos público	Questionário com questões utilizando a escala de Likert 1 a 5 e questões abertas
Representante do Comitê de Cultura DF/Frente Ampla de Defesa do Carnaval de Rua	Como se dá o planejamento do Carnaval, a definição dos recursos públicos para os grupos Carnavalescos e a relação com a Secec-DF	Questionário com questões utilizando a escala de Likert 1 a 5 e questões abertas
Representante da OSC, Instituto Rosa dos Ventos	Como se dá a gestão de recursos públicos e a relação com os grupos Carnavalescos e a Secec-DF	Questionário com questões utilizando a escala de Likert 1 a 5 e questões abertas
Representante da Secec-DF	Como se estabelece a relação com o grupo dos Carnavalescos e dados referentes aos investimentos e estimativas de retorno para o GDF.	Questionário com questões utilizando a escala de Likert 1 a 5 e questões abertas

Quadro 5 - Público para coleta de dados por questionário e entrevistas livre.

(conclusão)

Dados a serem levantados		Fontes de Entrevista
Representante da Setur-DF	Como se estabelece a relação do Turismo com os grupos Carnavalesco do DF. Dados referentes à arrecadação para o GDF	A Setur se recusou participar da pesquisa. A economia criativa pertence à Secec, mas forneceu dados da arrecadação do GDF
Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do DF (ABIH-DF)	Dados referentes aos investimentos e estimativas de retorno para o setor de turismo	A Abih se negou a participar da pesquisa e de dar informações, indicou solicitar os dados a Setur
Representante da Câmara de Dirigentes Lojistas do Distrito Federal (CDLDF)	Dados referentes aos investimentos e estimativas de retorno para o setor Lojista (bens e serviços).	O processo de agendamento teve dificuldade de data. Não aconteceu a entrevista
Federação do Comércio de Bens e Serviços e Turismo do Distrito Federal (Fecomércio)	Avaliação do Carnaval de 2025 sobre o comportamento do Comércio de Bens e Serviços e Turismo	Questionário com questões utilizando a escala de Likert 1 a 5 entrevistas e questões abertas
Associação Comercial do Distrito Federal (ACDF)	Avaliação do Carnaval de 2025 sobre o comportamento do Comércio de Bens e Serviços e Turismo	O processo de agendamento teve dificuldade de data. Não aconteceu a entrevista
Legenda: 1-Participantes Carnaval de Rua, 2-Grupos Carnavalescos, 3-Gestores Públicos e 4-Iniciativa Privada.		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os questionários *on-line* foram divididos por blocos temáticos contendo os seguintes temas: para os Gestores Públicos – Impacto Cultural, Aspectos Econômicos, Arrecadação Fiscal, Futuro da Economia Criativa, Desafios e Oportunidades, e Avaliação Final do Carnaval 2025. E para o segmento da Iniciativa Privada – Impacto Cultural, Aspectos Econômicos e Arrecadação Fiscal, Resultados Comerciais, Lotação da Rede Hoteleira, e Economia Criativa. Para o grupo dos Carnavalescos – Impacto Cultural, Investimentos, Economia Criativa no Carnaval, Gestão Pública e Tecido Cultural, e Avaliação Final do Carnaval 2025.

Entretanto, somente o grupo de carnavalescos prioritariamente responderam ao questionário *on-line*, disponibilizado de 15/03 até 31/10/2025, atendendo ao convite enviado por meio eletrônico (Ligação telefônica, *E-mail*, *Whatsapp* ou *Instagram*). A seguir, apresenta-se o Quadro 6 com a relação das agremiações que participaram da pesquisa respondendo o questionário *on-line*:

Quadro 6 - Entidades que participaram da pesquisa por questionário *on-line*.

(continua)

Entidades do Setor Carnavalesco que responderam ao questionário no período de 15/03 a 31/10/2025	
AGREMIACÕES	NATUREZA CULTURAL
1. Batukênjê Arte com Tambores	Banda de Percussão Afro Pop
2. Bloco/banda Raízes Africanas	Banda/Bloco de Rua
3. Bloco das Montadas	Bloco de Rua
4. Bloco Filhos de Guetta	Bloco de Rua
5. Bloco Oxente Vêi	Bloco de Rua

Quadro 6 - Entidades que participaram da pesquisa por questionário *on-line*.

(conclusão)

Entidades do Setor Carnavalesco que responderam ao questionário no período de 15/03 a 31/10/2025	
AGREMIACÕES	NATUREZA CULTURAL
6. Bloco Suvaco da Asa	Bloco de Rua
7. Maria Vai Casoutras	Bloco de Rua
8. Rainha de Corpas	Bloco de Rua
9. Calango Careta	Bloco de Rua, Fanfarra
10. Asé Dudu	Bloco Tradicional
11. Baratão	Bloco Tradicional
12. Baratinha	Bloco Tradicional
13. Galinho de Brasília	Bloco Tradicional
14. Mamãe Taguá	Bloco Tradicional
15. Menino de Ceilândia	Bloco Tradicional
16. Pacotão	Bloco Tradicional
17. Raparigueiros	Bloco Tradicional
18. ARUC	Escola de Samba
19. G.R.E.S. Bola Preta de Sobradinho DF	Escola de Samba
20. Instituto Rosa dos Ventos	Instituto de arte, cultura e cidadania
21. Liga dos Blocos Tradicionais de Brasília	Liga dos Blocos Tradicionais
22. Setor Carnavalesco Sul	Bloco de Rua
23. Território Folia	Plataforma
24. Comitê de Cultura/Frente Ampla	Rede de Representatividade dos Blocos de Rua
25. Distrito Carnaval	Hub Corporativo do Carnaval de Rua do DF
26. Gestora Pública	Gestor Público
Resumo da Amostra	Total de entrevistados: 26 questionários respondidos – 41,26% Convidados para entrevista: 62 Blocos de rua, 3 territórios e 3 entidades representativas.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Além das conversas informais sem roteiro fixo com alguns setores, as entrevistas livres não estruturadas foram idealizadas com perguntas desenvolvidas para obter maior espontaneidade na escuta de alguns dos representantes dos grupos Carnavalescos, Gestor Público e Iniciativa Privada. As são entrevistas que promovem maior enriquecimento para a interpretação dos dados para conferir maior robustez analítica ao estudo, com informações qualitativas complementares coletadas a partir do conteúdo fornecido pelos entrevistados para questões ainda não abordadas no questionário eletrônico. Para tanto, foram convidadas as principais representatividades de cada segmento para pactuar a participação e consensuar suas agendas e locais para a realização da entrevista aberta sobre a economia criativa no Carnaval 2025 no DF, conforme segue (Quadro 7):

Quadro 7 - Participantes da coleta de dados por entrevistas abertas.

CÓD. ID.	GRUPOS	ENTREVISTAS ABERTAS	DATA
P-01	Carnavalescos	Instituto Rosa dos Ventos (C5) Liga dos Blocos Tradicionais, (C1) Distrito Carnaval; (C2), Território do Setor Carnavalesco Sul; (C3) Comitê de Cultura/Frente Ampliada; (C3) Presidente da Escola de Samba ARUC; (C4)	04/09/2025 26/09/2025 15/10/2025 16/10/2025 16/10/2025 31/10/2025
P-02	Gestores Públicos	Secec-DF Secretário de Estado. (G1) Setur-DF declinou entrevista com o Secretário.	16/10/2025 -
P-03	Iniciativa Privada	Representante da Fecomércio/Instituto Fecomércio (P1) Representante da CDL, não disponibilizou agenda para a entrevista. Representante da ABIH se negou a dar entrevista e informações. Representante da ACDF, não conseguiu agendar horário	18/12/2025 - - -
Resumo da Amostra		Total de entrevistados: 8 (6 carnavalescos, 1 gestor e 1 Iniciativa privada) – 66,6% Convidados para entrevista: 12 representantes dos Grupos selecionados	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se que a maioria dos convidados da iniciativa privada, mesmo com muita insistência, não disponibilizou espaço em suas agendas para a realização das entrevistas, concentrando maioria do Grupo dos Carnavalescos. Considerando as abstinências, a falta de agenda e as recusas, o resultado da coleta de dados foi positivo, sendo 41,26% do Grupo dos carnavalescos que responderam ao questionário on-line e 66,6% das representatividades dos setores escolhidos para participar das entrevistas abertas.

As entrevistas abertas são complementares ampliando a coleta de dados gerados a partir de respostas esclarecedoras e questões importantes que foram elucidativas para o estudo, que considerou como escolha estratégica o representante que foi convidado, por entender a sua capacidade representativa no setor, em consonância com a sua disponibilidade de agendas e interesses das entidades procuradas em participar da pesquisa, o que também representa um resultado. A escolha considerou em sua definição perfis que garantiam maiores especificidades das informações a ser coletadas para subsidiar o aprofundamento e dar consistência no desenvolvimento da pesquisa conforme a representatividade do segmento do Carnaval do DF por setor. Entretanto, apesar dos esforços e negociações para pactuar e garantir a participação de todos os convidados houve aqueles que não conseguiram espaço em suas agendas porque tiveram complicações em mudar outros compromissos agendados. Também tiveram os que declinaram o convite por não ter interesse em participar da pesquisa ou por entender que o tema não fazia parte de suas competências.

E, a partir da leitura dos dados coletados na etapa de observação, foi que se seguiu para o processo da codificação e análise temática para identificar categorias e padrões referentes à economia criativa, como inovação, colaboração, produção cultural e geração de

renda para identificar padrões de uma gestão colaborativa que possa ter gerado impactos econômicos e culturais no Carnaval 2025, e que foi ancorada pela triangulação dos dados para garantir maior confiabilidade e aumenta a validade das conclusões pela análise temática.

Os instrumentos metodológicos que estão alinhados às referências bibliográficas proporcionaram um caminho claro para mapear e analisar o Carnaval de Brasília de 2025, na perspectiva da economia criativa e do entendimento da eficácia da política de Carnaval, permitindo a compreensão da dinâmica política, social, cultural e econômica do evento assegurado pela robustez da triangulação analítica dos resultados da análise.

2.1.6. Etapa: A Análise das Informações e a Construção da Análise de Dados

A pesquisa apresenta inúmeros caminhos e possibilidades, devido à diversidade de variáveis presentes e que estão representadas pelas relações políticas, sociais, culturais e econômicas dentro do universo do Carnaval, além das questões que envolvem a economia criativa para a política de Carnaval e as possibilidades de desenvolvimento local e de sustentabilidade. A interpretação e a atribuição de significados são essenciais à área da investigação científica. O processo de análises do material coletado utilizou ferramentas de organização para sistematizar todos os dados coletados.

O desenvolvimento da estrutura analítica identificou as dimensões e os aspectos importantes do estudo, levando em conta as variáveis, categorias e temas que foram analisados. A metodologia utilizada buscou a consistência na observação com aplicação do processo de classificação e categorização dos tipos de variáveis, para agrupar e sintetizar características em elementos-chave, que complementam as comparações com outros elementos presentes na coleta de dados. O modelo comporta quadros lógicos como ferramentas analíticas elaboradas para organizar os elementos e guiar a organização dos dados para a realização da análise dos dados.

A estratégia está pautada por técnicas específicas para desenvolver categorias, identificar padrões das relações e validar as interpretações com base na teoria e evidência empírica. A organização dos dados reúne e ordena todo material (entrevistas, questionários, documentos, observações) de forma sistemática, facilitando o acesso, a revisão e a reavaliação das análises estabelecida pelas conexões que identificam como as categorias se relacionam entre si, permitindo a construção de uma narrativa interpretativa coerente do fenômeno e a consistência para aferição e adequação metodológica que validam a estrutura de análise do objeto de estudado.

A codificação aberta, axial e seletiva constituiu uma das etapas fundamentais da análise pela Teoria Fundamentada em Dados que permite a construção indutiva de teoria a partir dos dados empíricos coletados, em oposição à verificação de hipóteses pré-estabelecidas. A definição das categorias analíticas, por meio de uma abordagem indutiva, estabeleceu uma estrutura hierárquica — da mais geral a mais específica —, que determinou os limites interpretativos e subsidiou a análise dos conteúdos, destacando os aspectos centrais do fenômeno estudado.

A triangulação reforçou a credibilidade, a validade dos achados, e a análise interpretativa, ancorada em um referencial teórico prévio, integrado aos conceitos estabelecidos para contextualizar os resultados, com ênfase na comparação constante e na codificação iterativa até atingir a saturação teórica. Essa estratégia favorece a emergência de categorias e de uma teoria substantiva que explicou os fenômenos sociais ao realizar a análise sistemática das entrevistas, observações e documentos. Nesse processo, adota-se uma postura reflexivamente neutra do pesquisador, na qual os padrões emergem organicamente das codificações aberta, axial e seletiva.

O método da Teoria Fundamentada Construtivista, de Kathy Charmaz (2009), oferece um processo iterativo e reflexivo para construir a teoria a partir dos dados, que é enfatizado pela coconstrução de significados entre pesquisador e participantes, ideal para estudos em políticas culturais, economia criativa e do Carnaval, como a análise de práticas sociais no Carnaval em Brasília. O processo inicial que fragmenta os dados brutos em códigos preliminares questiona linha a linha para identificar conceitos emergentes sem preconcepções, onde foram rotulados os segmentos relevantes, gerando as categorias iniciais diretamente dos dados.

A codificação axial foi a etapa intermediária que reconecta códigos abertos em categorias mais organizadas, explorando relações causais, contextuais e consequenciais entre eles. Usa modelos paradigmáticos para mapear fenômenos centrais e periféricos. A fase final é a codificação seletiva que integra todas as categorias em torno de uma categoria central, refinando a teoria emergente por meio de comparação constante. Delimita o núcleo explicativo do fenômeno estudado. Por fim, a triangulação valida os dados cruzando múltiplas fontes e métodos, reduzindo vieses. A análise interpretativa fundamentada no referencial teórico utilizou literatura prévia para interpretar categorias, equilibrando indução e dedução em estudos qualitativos.

2.2. A CATEGORIZAÇÃO DOS DADOS

O conjunto das categorias de pesquisa interdisciplinares para o estudo de caso sobre o Carnaval no Distrito Federal foi estruturado para sintetizar as dimensões e sugerir pontos de investigação, utilizando referenciais para garantir maior rigor metodológico e clareza analítica, a partir da redução da complexidade do volume de dados qualitativos, da identificação dos padrões e das relações que respondem aos objetivos da pesquisa. A estruturação da análise de forma sistemática e replicável fundamentou as conclusões com evidências organizadas e rastreáveis. A estratégia aplicada foi dividida em três fases específicas – a pré-categorização, a categorização e a pós-categorização.

2.2.1. Fase: Pré-Categorização (Preparação)

A definição da Unidade de Análise e das Categorias desenhou o que exatamente seria categorizado, se um parágrafo de um documento, uma fala de um entrevistado, ou um episódio observado, com base no referencial teórico e na pergunta de pesquisa, para estabelecer um conjunto inicial de categorias.

- O Referencial Teórico: os princípios estudados sobre as indústrias culturais e o desenvolvimento da economia criativa nos centros urbanos.
- A Pergunta de Pesquisa: De que forma a economia criativa influenciou e se articulou com a governança do Carnaval de Brasília 2025, a partir da estruturação dos instrumentos da política cultural?

O estudo é sobre o Carnaval como vetor de desenvolvimento econômico, político e social a partir de sua capacidade de gerar investimentos na área da cultura e da economia criativa, do crescimento da economia e da viabilidade de desenvolvimento, além de aspectos que envolvem governança, planejamento e articulação política. A articulação entre gestão pública e os agentes culturais vinculados ao Carnaval no DF foi alinhado ao aporte do referencial teórico que pautou pelas seguintes fontes:

- Fontes Primárias: Editais, pesquisas e relatórios da Secec-DF, Setur-DF e Fecomércio.
- Trabalho de Campo: A observação durante as conversas com os diversos atores culturais para compreender a dinâmica real do evento.

- Triangulação de Métodos: Combinação de diferentes métodos (quantitativos e qualitativos) para obter uma visão mais completa e robusta do fenômeno estudado.

Assim, as categorias iniciais elaboradas nesta fase na preparação seguiu critérios próprios que vislumbram basicamente as áreas de estudo, conforme Quadro 8, a seguir:

Quadro 8 - Exemplos de categorias possíveis para pesquisa sobre Carnaval.

CATEGORIAS	FONTE DE ESTUDO
Políticas Públicas e Governança	Análise documental de editais, decretos e leis; entrevistas com gestores públicos; mapeamento e análise de editais, leis de incentivo, marco regulatório, atuação e coordenação da secretaria e órgãos públicos; avaliar políticas de segurança pública e ordenamento.
Economia da cultura e Financiamento	Quantificar o impacto econômico direto e indireto; analisar o modelo de financiamento; mensurar custo-benefício do investimento público. Dados secundários (comércio, hotéis).
Economia Criativa	Mapear o entendimento dos agentes Carnavalescos sobre o conceito de cadeia produtiva da economia criativa.
Impactos culturais Simbólicos	Investigar os sentidos de identidade e pertencimento; analisar os conflitos e tensões no uso do espaço público. Observação participante e análise de mídia.
Sustentabilidade	Avaliar políticas de sustentabilidade; avaliação de ciclo de vida do evento; indicadores de desempenho social, econômico e cultural de longo prazo.

Fonte: Elaborado pelo autor.

2.2.2. Fase: Categorização (Processamento)

Após a leitura de todo o material (entrevistas, documentos, questionários e notas de campo) para chegar a uma visão geral e ter as primeiras impressões acerca dos temas que surgiram durante esse processo, foram marcados os trechos importantes dos dados, dando início ao processo de imersão para a codificação e definição de categorias possíveis e de outras novas categorias que poderiam surgir a partir da incidência dos dados (abordagem indutiva). Foi a partir dessa fase, com a criação da codificação primária (subcategorias), que surgiram os primeiros códigos que representavam as ideias ou temas encontrados de forma indutiva, identificados em partes dos textos e que se relacionavam com diferentes temas.

A codificação considerou os dados apresentados tanto nas entrevistas abertas como no questionário on-line. Logo após, a criação da categorização primária dos dados se desenvolveu o processo de refinamento do Esquema de Categorias agrupando os códigos semelhantes em categorias mais abstratas, com precisão e a definição clara do que incluir e do que excluir, para garantir a consistência e a organização das categorias, estruturadas hierarquicamente. Por fim, foram agrupados em categorias mais amplas, procurando inter-relações entre os diferentes códigos (Códigos Axiais).

Esse desenvolvimento de categorias a partir da identificação das que são mais representativas em relação ao tema central da pesquisa contribuiu para que houvesse definições precisas para cada categoria, explicando o que cada uma representa e quais dados a sustentam. Para analisar as categorias foi fundamental entender como elas se inter-relacionam,

se há a existência de subcategorias e quais temas poderiam se sobrepor, considerando o contexto em que os dados foram coletados e os fatores externos poderiam influenciar as categorias identificadas.

A persistência e a frequência com que as categorias surgiram nos dados mostram quais são as mais recorrentes e significativas. A revisão e validação do esquema de categorização foram realizadas com a volta aos dados e aplicação do esquema refinado justificando o pertencimento dos dados a cada categoria definida.

Por tanto, a categorização partiu da definição das categorias desenvolvidas em três momentos, configurando as categorias conforme surgiram, sendo o primeiro momento como categorização primária, identificando um total de 54 subcategorias, que depois foram agrupadas e transformadas em categorias mais precisas. As 54 subcategorias foram agrupadas em 18 categorias a partir do processo de refinamento e alinhamento teórico e, por conseguinte, a associação dessas 18 categorias sintetizadas em grupo para a definição de 6 categorias amplas, conforme define o Quadro 9 a seguir:

Quadro 9 - Processamento de refinamento e Agrupamento das Categorizações.

(continua)

Categorização Primária		Categorias Refinadas	Categorias Amplas
Legislação Vigente	SubPPC - 01	Marco normativo (Leis e decretos) PPC-01	Políticas Públicas de Cultura PPC
Decretos eventos evangélicos	SubPPC - 02		
Normativas regulatórias	SubPPC - 03		
Editais Públicos	SubPPC - 04	Pactuação e fomento (seleção e editais) PPC-02	
Seleção de OSC	SubPPC - 05		
Parcerias	SubPPC - 06		
Indicadores	SubPPC - 07	Avaliação das ações PPC-03	
Relatórios	SubPPC - 08		
Monitoramento	SubPPC - 09		
Conselhos deliberativos	SubGC - 01	Institucional (Conselhos, Fundos) GC-01	Governança Cultural GC
Fundos Públicos	SubGC - 02		
Órgãos executores	SubGC - 03		
Audiências Públicas	SubGC - 04	Participação (Sociedade Civil) GC-02	
Setores do carnaval	SubGC - 05		
Sociedade	SubGC - 06		
Espaços Culturais	SubGC - 07	Infraestrutura GC-03	
Equipamentos e logística	SubGC - 08		
Manutenção e acessibilidade	SubGC - 09		
Fornecedores de insumos	SubEC - 01	Cadeia produtiva EC-01	Economia Criativa EC
Produção Artística	SubEC - 02		
Distribuição e comercialização	SubEC - 03		
Recursos culturais locais	SubEC - 04	Potencialidades EC-02	
Oportunidade de inovação	SubEC - 05		
Capacitação e formação	SubEC - 06		
Geração de renda	SubEC - 07	Impacto econômico EC-03	
Custo-benefício	SubEC - 08		
Índices econômicos	SubEC - 09		

Quadro 9 – Processamento de refinamento e Agrupamento das Categorizações.

(conclusão)

Categorização Primária		Categorias Refinadas	Categorias Amplas
Planejamento estratégico	SubOC - 01	Planejamento e orçamento OC-01	Organização do Carnaval OC
Alocação orçamentária	SubOC - 02		
Prestação de contas	SubOC - 03		
Blocos tradicionais e alternativos	SubOC - 04	Agentes culturais (Blocos, Escolas de Samba) OC-02	
Escolas de Samba	SubOC - 05		
Coletivos independentes (Fanfarras)	SubOC - 06		
Acordo interinstitucionais	SubOC - 07	Parcerias OC-03	
Parcerias Público-privado	SubOC - 08		
Colaborações com a sociedade civil	SubOC - 09		
Empregos diretos	SubPE - 01	Emprego e Renda PE-01	Potenciais econômicos PE
Renda informal	SubPE - 02		
Qualificação profissional	SubPE - 03		
Fluxo de visitantes	SubPE - 04	Turismo PE-02	
Infraestrutura turística	SubPE - 05		
Promoção e marketing	SubPE - 06		
Impostos diretos	SubPE - 07	Arrecadação fiscal PE-03	
Receitas indiretas	SubPE - 08		
Incentivo fiscais	SubPE - 09		
Bens imateriais	SubSU -01	Patrimônio Cultural e Território SU-01	Sustentabilidade SU
Gestão territorial	SubSU -02		
Identidade cultural	SubSU -03		
Sustentabilidade	SubSU -04	Viabilidades Sustentáveis SU-02	
Aspectos sociais	SubSU -05		
Viabilidade financeira	SubSU -06		
Inclusão social	SubSU -07	Desenvolvimento local SU-03	
Fortalecimento comunitário	SubSU -08		
Viabilidade territorial	SubSU -09		

Fonte: Elaborado pelo autor.

2.2.3. Fase: Pós-Categorização (Análise e Síntese)

Na pós-categorização, o processo partiu da análise das Categorias e a identificação da frequência com que aparecia cada código indicador, até chegar a uma definição de relevância: Quantas vezes a categoria aparece, como elas se relacionam entre si, qual identificação com o tema central e o que foge ao padrão. A partir dessa análise crítica sobre as categorias foram observadas os padrões e discrepâncias importantes em diferentes perspectivas e interpretações que apontam para a inter-relação entre o que foi aferido e o referencial teórico que subsidiou o estudo a partir da pergunta inicial de pesquisa. No Quadro 10, a seguir, as categorias amplas e categorias refinadas (consideradas subcategorias) são definidas, com código/indicador:

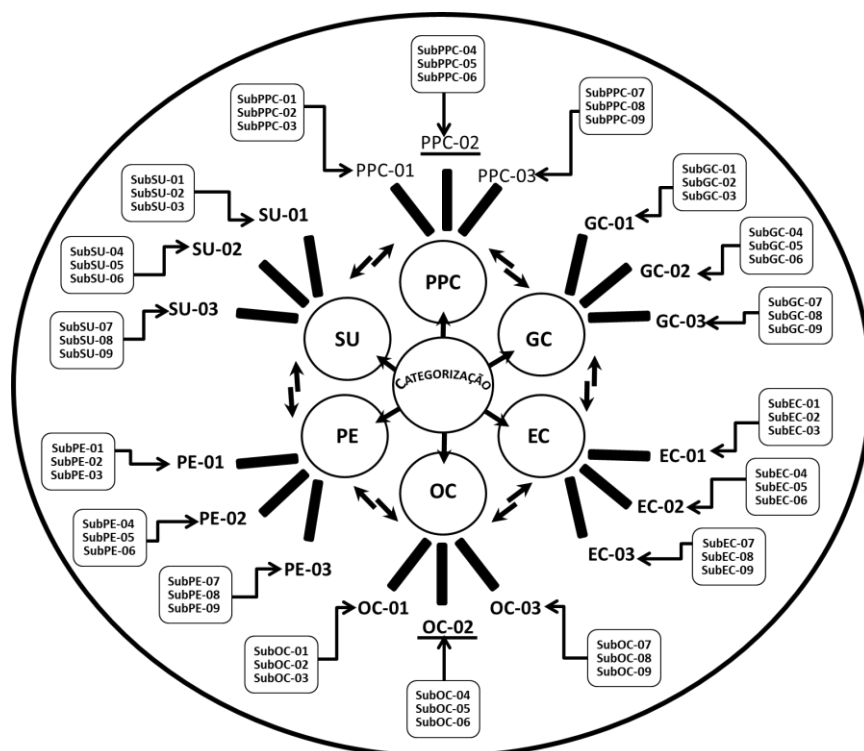
Quadro 10 - Definição de Categorias, subcategorias e código indicador utilizado.

CATEGORIA AMPLA	CÓDIGO/INDICADOR - SUBCATEGORIA	REPETIÇÃO
Políticas Públicas de Cultura – PPC	PPC-01 Marco normativo (Leis e decretos)	19
	PPC-02 Pactuação e fomento (seleção e editais)	74
	PPC-03 Avaliação das ações	84
Governança Cultural – GC	GC-01 Institucional (Conselhos, Fundos)	11
	GC-02 Participação (Sociedade Civil)	32
	GC-03 Infraestrutura	18
Economia Criativa – EC	EC-01 Cadeia produtiva	29
	EC-02 Potencialidades	49
	EC-03 Impacto econômico	16
Organização do Carnaval – OC	OC-01 Planejamento e orçamento	61
	OC-02 Agentes culturais (Blocos, Escolas de Samba)	49
	OC-03 Parcerias	51
Potenciais econômicos – PE	PE-01 Emprego e Renda	8
	PE-02 Turismo	10
	PE-03 Arrecadação fiscal	3
Sustentabilidade – SU	SU-01 Patrimônio Cultural e Território	81
	SU-02 Viabilidades Sustentáveis	28
	SU-03 Desenvolvimento local	12

Fonte: Elaborado pelo autor.

A interpretação e redação da análise partiram das categorias organizadas hierarquicamente para guiar a análise dos dados. Os resultados analisado apresenta o que cada categoria demonstrou, ilustrado com evidências (trechos de dados) diretamente vinculadas a ela e conectada com as descobertas das categorias de volta ao referencial teórico e à pergunta de pesquisa (Figura 2).

Figura 2 - Refinamento das Subcategorias em Categorias mais Amplas.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Na Seção a seguir, se desenvolve o Estado da Arte que trata das transversalidades do Carnaval e da Economia Criativa a partir do mapeamento das produções acadêmicas, existentes nos principais Portais de Periódicos e Repositórios relacionados ao Carnaval em sua diversidade contribuindo para maior refinamento do estudo.

*“Na Portela tem, Mocidade Imperatriz
No Império tem, uma Vila tão feliz
Beija-Flor, vem ver a porta-bandeira.
Na Mangueira tem morena da tradição”*

3 TRANSVERSALIDADES DO CARNAVAL E DA ECONOMIA CRIATIVA

As diferentes abordagens existentes nos estudos acadêmicos que tratam temas em torno do Carnaval sobre gestão pública, governança, economia criativa, economia da cultura, financiamento público, turismo, entre tantos outros temas, com enfoque que parte desde o planejamento da ação pública até a gestão do evento e as particularidades referentes às expressões culturais no âmago das representações sociais, são aspectos que, na sua amplitude, formaram parâmetros prioritários para a pesquisa e que alinharam referências bibliográficas ao objeto de estudo, pela transversalidade das questões que envolvem o desenvolvimento da economia criativa, a instrumentação da ação pública e o Carnaval de Brasília.

A vasta produção de investigações e estudos acadêmicos presentes nos portais de periódicos e repositórios oficiais oferecem uma diversidade de opções de ensaios, teses, monografias, dissertações e trabalhos que possibilitam uma revisão que contribuem efetivamente para o entendimento da importância do estudo de caso gerado a partir da pesquisa *“Carnavalização: A Estruturação do Carnaval de Brasília e a incidência na Economia Criativa”*. O foco no Carnaval como fenômeno para além de uma mera festividade cultural traz para o contexto mais amplo das discussões acerca das potencialidades, valores e crenças que mobiliza conjunturas políticas, sociais e culturais enquanto modelo de desenvolvimento que estão alinhados com a economia criativa. Para entender melhor os diversos cenários em que se apresenta o fenômeno Carnaval, é preciso romper os limites territoriais e culturais em busca de uma compreensão mais aprofundada dos campos de análises que, a partir de estudos acadêmicos, foram desenvolvidos e convergem para um recorte específico ao apontar similaridades presentes nas conclusões dessas produções em sintonia com os referenciais bibliográficos utilizados na consolidação deste estudo de caso, e determinam a importância da potência representativa que o Carnaval tem como produto cultural construído ao longo do tempo pela sociedade brasileira.

[...] o Carnaval assume não apenas o aspecto de instrumento cultural, mas também social, econômico, histórico, político, entre outros. [...] Tendo como ponto de partida esses elementos, nos chama a atenção a forma como o fenômeno cultural do

Carnaval é retratado no cenário das pesquisas acadêmicas para além de uma mera festividade, no sentido de perceber a sua potência como um importante artefato cultural presente na tessitura social. Nesse sentido emerge a necessidade de compreensão do campo da pesquisa científica e os seus entendimentos sobre este fenômeno que mobiliza valores e crenças, articulados a uma conjuntura econômica, social e cultural em nosso país (Dutra; Fontoura, 2023, p. 2).

A compreensão sobre o fenômeno Carnaval mobiliza valores, crenças e articula à conjuntura econômica, social e cultural. Grand Júnior (2016, p.31) destaca três aspectos característicos da força desse fenômeno enquanto manifestação cultural, a saber:

[...] (i) sua expressão espacial, caracterizada por uma forte territorialização e pelos efeitos de aglomeração produzidos na cidade, (ii) sua força de agregação social proveniente da atmosfera da festa e, (iii) sua ampla inserção no tecido produtivo metropolitano, conectando diferentes redes de atividades econômicas (Grand Júnior, 2016, p.31).

No campo que mobiliza a cultura como um vetor de desenvolvimento urbano, o Carnaval se distingue como patrimônio cultural e importante ativo econômico. Na perspectiva voltada ao desenvolvimento da economia criativa e à mercantilização da festa, reflete os interesses econômicos de grandes empresas ligadas ao setor de entretenimento e cria possibilidades alternativas de mobilização produtiva, muitas vezes escapando às lógicas das indústrias criativas. Celso Furtado (1984), em seus ensaios sobre a dimensão cultural do subdesenvolvimento, tinha em mente o “sistema de cultura”, observado enquanto processo dinâmico com aspectos materiais e imateriais que incidem diretamente em mudanças nos indivíduos e na coletividade. Quando Furtado se refere à cultura como uma das bases do desenvolvimento, amplia a nossa noção de políticas culturais, pois além de agregar uma multiplicidade de agentes sociais, uma política orientada para o desenvolvimento cultural só pode ser implementada com o protagonismo das populações, pois uma “política de desenvolvimento deve ser posta a serviço do processo de enriquecimento cultural” (Bolaño. 2015, p. 241).

3.1. A GOVERNANÇA NO CARNAVAL NAS PRINCIPAIS CIDADES BRASILEIRAS

Andion e Magalhães (2021) em seu artigo *(Re) aproximando os pragmatismos da análise das políticas pública. Experimentação e investigação pública em um cenário de crise democrática* faz uma análise sobre a governança das políticas públicas e seus efeitos em um cenário de crise das democracias, evidenciando a dicotomia entre o modo de governar e de reformar o Estado. O experimentalismo democrático e a investigação pública com o olhar de

como “fazer política” consideram os desafios da ação pública na atualidade. A perspectiva da política de Carnaval e a governança estão presentes em vários outros estudos acadêmicos publicados. Os aspectos econômicos e o modelo de gestão da logística e da infraestrutura que são praticadas nas principais cidades referenciais de sucesso da festividade, apresentam modelos diversos de êxito por acúmulo das experiências construídas em cada gestão como, por exemplo, em Salvador, Recife, Olinda, Rio de Janeiro, e algumas outras experiências específicas de localidades que efetivamente investem no Carnaval.

Aplicado ao campo político e à ação pública, um instrumento de ação pública pode ser definido como um dispositivo ao mesmo tempo técnico e social que organiza relações sociais específicas entre o poder público e seus destinatários de acordo com as representações e os significados dos quais é portador (Lascoumes; Le Galès 2007 *apud* Halpern; Lascoumes; Le Galès, 2021, p. 34).

Santos (2010, p.61) em seu artigo *Carnaval e administração pública: o papel dos governos locais na configuração das festas* afirma que “fatores culturais e sociais sempre estiveram presentes nas análises sobre o Carnaval brasileiro. Mais recentemente, fatores econômicos da festa também começaram a ter visibilidade”. Assim, pode-se entender como se estabelecem os modelos de gestão do Carnaval. Por exemplo, em Recife o contexto de estruturação para o Carnaval se apresenta a partir de um modelo de organização implantado pela Prefeitura da Cidade do Recife (PCR), o *Carnaval Multicultural do Recife*, organizado com diversos polos de animação, no centro da cidade e nos bairros periféricos, divididos em três grupos: os polos centrais, os polos descentralizados e os polos comunitários. A festa da capital pernambucana conta com o protagonismo da prefeitura por intermédio da Secretaria de Cultura com a atuação da Fundação de Cultura da Cidade do Recife (FCCR).

Os discursos contrários ao formato atual da festa demonstram não ter força articulatória suficiente para fazer frente a todas as posições discursivas que se articulam em favor do Carnaval do Recife. Essa cadeia de equivalência favorável parece articulada o bastante para atribuir sentido ao significante vazio “Carnaval Multicultural do Recife”, que aponta para a diversidade cultural como ponto nodal que propicia ao discurso oficial definido pelo governo municipal ocupar o espaço de hegemonia em torno desse discurso. A festa surge como um espaço de diversidade e pluralidade cultural, fonte de oportunidade econômica para diversos agentes (Gaião; Leão; Mello 2014, p.150).

O diferencial do Carnaval recifense, em comparação com os demais municípios brasileiros é que possui características marcantes. É o compromisso com a preservação, com o resgate das tradições locais e a multiculturalidade, que a Prefeitura do Recife e sua Secretaria de Cultura protagonizam sua atuação tanto na organização como no fomento e estímulo às agremiações e grupos populares. O maior referencial da festa são as variedades culturais presentes no Carnaval. O frevo, os maracatus, os caboclinhos, ursos, la ursoras, bois, troças,

blocos de rua e blocos líricos (de pau e corda), orquestras de metais entre tantas outras agremiações, além da contratação de muitos artistas da cena local, nacional e internacional que fazem a animação do Carnaval recifense. É uma mistura de ritmos e manifestações culturais que dão forma ao Carnaval Multicultural com a pretensão de ser diversificado, popular e democrático, pensado para oferecer espetáculos acessíveis a todos, no âmbito espacial e social.

A organização da festa é bastante complexa, pela descentralização do Carnaval nos polos do centro da cidade e dos polos nos bairros periféricos. A composição de um circuito de eventos-espetáculo envolve investimentos em insumos, mercadorias e as redes midiáticas como espaços de grande importância econômica, e de variedade de atividades desenvolvidas na prestação de serviços voltados à diversão e entretenimento. Os artistas locais e nacionais fazem shows em variados polos descentralizados, com apresentações gratuitas, que permite a formação de plateias de todos os tipos de públicos e de todas as classes sociais proporcionando a oportunidade da população ter acesso às apresentações nacionais sem precisar se deslocar para o Recife Antigo (ou Bairro do Recife).

A prefeitura faz a contratação direta dos artistas que irão se apresentar por meio de uma comissão de cultura específica do Carnaval responsável pelos principais eventos culturais da cidade e pela organização o evento. Nos últimos anos, a ação pública na capital pernambucana tem investido na divulgação constante da grandeza do seu Carnaval multicultural em algumas capitais brasileiras, como São Paulo e Brasília, por meio de festa de lançamento que divulga o Carnaval recifense como uma aposta para que os foliões, ao entrar em contato com a multiculturalidade preconizada pelos diferentes ritmos presentes no evento, planejem sua ida ao Carnaval do Recife (Santos, 2010, p.69-70).

Segundo dados da Secretaria de Cultura do Recife (Recife, 2025) a subvenção do ciclo Carnavalesco 2025 beneficiou 268 agremiações, com um investimento total de R\$ 4,16 milhões. A capital pernambucana recebeu 3,5 milhões de foliões que passaram pelos 50 polos espalhados pelo Carnaval do Recife, movimentando R\$ 2,7 bilhões, gerando cerca de 58 mil empregos temporários. A ocupação hoteleira foi de 97%, com permanência média de 5,5 dias, segundo dados da ABIH-PE. Conforme dados da operadora aeroportuária AENA, o movimento no Aeroporto Internacional Gilberto Freyre, no período, ultrapassou a faixa de 190 mil pessoas, e o incremento de 200 voos extras para atender demanda dos turistas (Bento, 2025).

[...] muitos grupos enxergam, no evento Carnavalesco, a possibilidade de geração de renda, seja por meio de shows, prestação de serviços, especulação imobiliária etc. É nesse ponto que o discurso econômico se cruza com o da modernidade. A

diversificação da festa, com a inclusão de novas atrações, é particularmente benéfica para a consolidação e o sucesso econômico da festa. A ampliação do campo de abrangência do evento e sua consequente descentralização possibilitam um maior retorno financeiro (Gaião; Leão; Mello 2014, p. 163).

O modelo de gestão do Carnaval de Salvador também é diferenciado. Santos (2010) descreve como acontece o Carnaval em Salvador: O Conselho Municipal do Carnaval (COMCAR) disciplina e regula os desfiles e outras atividades relacionadas ao Carnaval, como convênios e subsídios, trios independentes, estruturas físicas e ambulantes. A execução das atividades Carnavalescas fica sob a responsabilidade da Empresa de Turismo de Salvador (Emtursa), e do poder público que participa basicamente fornecendo a infraestrutura necessária para que os trios elétricos possam desfilar.

Os trios elétricos, como um projeto hegemônico, impõem uma festa quase que completamente privatizada, gerida por um grupo empresarial, que restringe quem não tem poder aquisitivo para comprar os abadás. O público que tem o acesso é composto majoritariamente de jovens brancos das regiões Sul e Sudeste. A Empresa Central do Carnaval comercializa e centraliza a venda dos abadás dos principais trios elétricos, que desfilam, principalmente no domingo, segunda e terça-feira, ocupando a área tradicional de desfile, em três circuitos, o Batatinha, o Osmar e o Dodô. O circuito Dodô (Barra/Ondina) é o mais procurado do Carnaval, concentrando a maioria dos camarotes privados e das instalações das redes de televisão (Santos 2010, p.68).

Na dissertação de Naiara Vieira (2014), *Carnaval de Salvador: Discutindo a Gestão da Festa*, a autora faz a avaliação das questões relacionadas à gestão do Carnaval de Salvador. O foco do estudo foi direcionado à atuação do COMCAR para a estruturação do Carnaval soteropolitano, e considera a necessidade de uma gestão mais democrática da festa. Os anos 1990 foi um marco para a configuração do Carnaval de Salvador como produto turístico, econômico e empresarial. Foi o início de uma gestão pública mais elaborada, contando com novos atores públicos e privados na festa.

O Carnaval da Bahia, segundo o portal Bahia Notícias (2025), atraiu cerca de 3,5 milhões de turistas que injetou R\$ 7 bilhões na economia do estado, superando 2024, que registrou 3 milhões de visitantes e uma receita de R\$ 6,6 bilhões. Um destaque foi o crescimento expressivo no número de turistas internacionais, que aumentou 16% em relação ao ano anterior. A taxa média de ocupação hoteleira em Salvador atingiu 94%, com picos de 100% nos estabelecimentos próximos aos circuitos do Carnaval.

Santos (2010, p.66) também descreve o Carnaval carioca que se destaca, entre todos os eventos nacionais, como o que atrai a maior atenção da mídia nacional e estrangeira com os desfiles das escolas de samba, que é um grande símbolo do Carnaval brasileiro. Na primeira administração de César Maia, em 1992, se concretizou o compromisso de privatizar o Carnaval carioca, com a chamada “profissionalização” do desfile e das escolas de samba. A criação da Liga das Escolas de Samba do Rio de Janeiro (Liesa) foi um marco importante, porque a entidade ficou encarregada por toda a administração do desfile das escolas de samba, desde a parte artística, incluindo os desfiles e os jurados. Em 2005, a inauguração da Cidade do Samba, construída pela Prefeitura e aparelhada pela Liesa, surge como fábricas de carnavais para os carnavalescos, sendo um espaço que apresenta condições técnicas para a construção de uma superprodução de inovação tecnológica. Assim, as escolas passaram a gerir diretamente seus próprios interesses: as disputas e os desfiles.

O custo da realização de um desfile competitivo gira em torno de cinco ou seis milhões de reais. A venda de ingressos é uma importante fonte de arrecadação das escolas para financiar os desfiles e com a comercialização das apresentações, seja por meio da venda de ingressos para os ensaios das escolas de samba, seja pela venda das fantasias para integrantes do desfile, ou mesmo por meio de patrocínio para alguns enredos de interesse de governos nacional, estaduais e internacionais. As empresas privadas também buscam ganhar com a visibilidade gerada por meio do evento dos desfiles das escolas de samba e sua transmissão televisiva. São recursos que vão movimentar toda uma cadeia produtiva por meio do carnaval.

A Prefeitura é responsável pela organização do esquema operacional do Carnaval, que inclui segurança, transporte e limpeza. Garante a infraestrutura para o evento, além da promoção turística do evento por meio da Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro (RioTur). O Governo do Estado investe no Carnaval para a difusão da cultura local e a geração de empregos. Paralelamente aos desfiles, há o chamado Carnaval popular do Rio de Janeiro. Embora tratados como residuais em relação ao evento da Avenida Marquês de Sapucaí, nos últimos tempos, a atenção do governo, da imprensa e da sociedade carioca em geral vem mudando para entender a viabilidade do Carnaval de rua. Neste sentido, o Ministério da Cultura promoveu o seminário “Carnaval do Brasil” sobre o Carnaval de Rua do Rio de Janeiro, resultando em uma série de propostas relativas à infraestrutura, à organização do Carnaval de rua, e aos financiamentos públicos e privados, apontando como se dá a proporcionalidade de financiamento entre o “Carnaval dos desfiles” e o “Carnaval de rua”.

No Rio de Janeiro, o Carnaval de 2025 rendeu ao setor de serviços o melhor desempenho desde 2015, segundo balanço do governo. O setor hoteleiro teve 98,62% de taxa de ocupação na capital, enquanto o setor de bares e restaurantes registrou um crescimento de 40% em relação a 2015 e de 20% na comparação com 2024. O impacto positivo do período na economia chegou a R\$ 6,5 bilhões, e dados setoriais apontam recordes na economia. Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Rio de Janeiro (ABIH-RJ), a região do centro do Rio liderou a ocupação, com 99,37%, seguida por Leme/Copacabana (99,18%), Flamengo/Botafogo (99,05%), Ipanema/Leblon (98,82%) e Barra/Recreio/São Conrado (96,69%) (Agência Brasil, 2025).

O levantamento também aponta que o Carnaval atraiu cerca de 300 mil turistas internacionais ao Brasil. Dados da Divisão de Economia e Inovação da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) mostram que as vagas temporárias para o Carnaval apresentaram crescimento de 8,6%. Além de que até o início de fevereiro de 2025, foram criados mais de 2,1 mil novos empreendimentos ligados ao Carnaval. A estimativa dos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), é que foi gerado 70 mil empregos em setores como comércio, serviços e turismo (Agência Brasil 2025).

Os exemplos positivos apresentados dessas capitais apontam o crescente desenvolvimento econômico gerado pelo investimento das gestões públicas no evento Carnaval, que se torna evidente em diversos setores da iniciativa privada e na relação intrínseca entre geração de trabalho e renda, que também envolve as agremiações, as organizações da sociedade civil e os trabalhadores informais.

Quadro 11 - Desempenho Econômico por Setor no Carnaval 2025.

DESEMPENHO POR SETOR	RECIFE	SALVADOR	RIO DE JANEIRO	BRASÍLIA
Número de Agremiações	268	118	537	62+3*
Total de Investimentos Governamental	4,16 milhões	15 milhões	90 milhões	8,2 milhões
Número de Foliões	3,5 milhões	3,5 milhões	8 milhões	2 milhões
Movimentações Econômicas	2,7 bilhões	1,8 bilhões	6,5 bilhões	320 milhões
Geração de Empregos	58 mil	250 mil	136 mil	850 mil
Ocupação dos Hotéis	97%	94%	98,5%	< 70%
* 62 Blocos de Rua + 3 Territórios Folia				

Fonte: Elaborado pelo autor, com auxílio de IA *Perplexity*, em 23/12/2025.

Celso Furtado, em *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial* (1978), tratou dessa relação entre cultura e desenvolvimento, criticando visões estritamente econômicas ao enfatizar a liberação de forças criativas na sociedade periférica. Ao discutir o quanto o poder político do Estado interage com os grupos que dominam o processo de acumulação de capital, e com as organizações sociais que podem interferir de forma significativa na distribuição da renda na economia, incorporou as dimensões culturais como

essenciais ao processo de mudança social, influenciáveis pelo poder político por ser capaz de modificar o comportamento dos grupos sociais.

O poder político – concebido como capaz de modificar o comportamento de amplos grupos sociais – configura-se como uma estrutura complexa na qual as instituições que formam o Estado interagem com os grupos que dominam o processo de acumulação e com as organizações sociais capacitadas para interferir de forma significativa na distribuição da renda (Furtado, 1978. p. 22).

Em Brasília, segundo Salum (2025), a Secec-DF divulgou o repasse estimado do GDF para 2025 destinando aos blocos a importância na ordem dos 7,575 milhões de reais, e a projeção levantada pela CNC para a movimentação de recursos em atividades ligadas ao turismo em 2025 ficou no montante de cerca de 320 milhões de reais. O Distrito Federal teve um aumento de 1,5% em relação a 2024 e na série histórica, o segundo melhor ano, atrás somente de 2015. O volume financeiro abrange os setores de alimentação, transporte e hospedagem, além dos serviços ligados à produção de atividades da economia criativa.

Na seção de notícias do portal da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal – Fecomércio-DF (Neto; Rocha, 2025), José Aparecido Freire, presidente do Sistema, avalia o crescimento nos últimos anos e destaca o potencial de Brasília para o turismo. *“Apesar de não sermos um tradicional destino para turistas no Carnaval, temos a capacidade de atrair e manter foliões na cidade, celebrando nossa cultura e movimentando nossa economia”*, com cerca de 10% dos foliões vindos de fora do DF, de acordo com dados do Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF). O Distrito Federal conquistou o status de um dos melhores carnavais da federação, ficando em 9º lugar, à frente dos estados do Ceará, Goiás e Espírito Santo, por exemplo, com projeção de maior movimento financeiro no setor de atividades turísticas.

O quadro 12, a seguir, evidencia algumas características que fazem do Carnaval o espaço onde as principais atrações são organizadas por grupos privados e públicos, como acontece no Rio de Janeiro e em Salvador, com a estrutura da festa organizada por órgão público – no Rio de Janeiro a RioTur e Salvador a Emtursa, ambas as empresas públicas de turismo. No Recife, a Secretaria de Cultura organiza o “Carnaval Multicultural” contando com suas potencialidades turísticas. (Santos 2010, p.69). Em Brasília, a Secec-DF seleciona uma Organização de Sociedade Civil (OSC) para produzir e executar o seu projeto de Carnaval, o DF-Folia, além de articular e fiscalizar os projetos dos blocos de rua (Quadro 12).

Quadro 12 - Comparação resumida dos carnavais nas principais capitais.

	RECIFE	RIO DE JANEIRO	SALVADOR	BRASÍLIA
ATRAÇÃO PRINCIPAL	Festa multicultural	Desfile de escolas de samba do grupo especial	Trios elétricos	Blocos de Rua, Escolas de Samba, apresentações em 3 territórios.
ACESSO À ATRAÇÃO PRINCIPAL	Gratuito	Predominantemente pago	Predominantemente pago	Gratuito
PRINCIPAL ORGANIZADOR	Prefeitura	Liesa	Grupos privados	OSC selecionada por chamamento público
ÓRGÃO PÚBLICO RESPONSÁVEL	Secretaria de Cultura	RioTur	Emtursa	Secec-DF

Fonte: Adaptação para incluir Brasília pelo autor de Santos (2010, p.69).

Gabriella Silveira (2023), em seu artigo, *Economia da Economia Criativa Maranhense: um estudo sobre o Carnaval e o São João do Maranhão* aponta a importância econômica da criatividade por ter uma significativa capacidade de inovar e criar valor como diferencial, e por servir como motor gerador para impulsionar o crescimento econômico e promover sustentabilidade.

A importância econômica da criatividade em estados em desenvolvimento é significativa, uma vez que a criatividade pode servir como um motor essencial para impulsionar o crescimento econômico e promover a sustentabilidade. Em contextos de desenvolvimento, a capacidade de inovar e criar valor a partir dos recursos disponíveis pode ser um diferencial crucial (Silveira, 2023, p.18).

3.2. A GESTÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA

Entendemos por instrumentação da ação pública o conjunto dos problemas colocados pela escolha e o uso dos instrumentos (técnicas, meios de operar, dispositivos) que permitem materializar e operacionalizar a ação governamental (Lascoumes; Le Galès, 2012b, p. 20).

Halpern, Lascoumes e Le Galès (2021) definem a ação pública como um conjunto de ações múltiplas, coordenadas e orientadas para a construção e qualificação de problemas coletivos e a formulação de respostas. É um fenômeno social complexo, multifacetado e fundamental para a governança contemporânea, que reflete a dimensão social e histórica, a complexidade e pluralidade dos contextos, atores e instrumentos envolvidos em processos públicos, cuja finalidade é a solução de demandas públicas no espaço social e político.

A eficácia da implementação de políticas públicas está na capacidade de instrumentação e articulação do governo, que muitas vezes estão condicionadas à burocracia dos processos políticos e administrativos, por vezes pela garantia das dotações financeiras e até por limitações técnicas e operacionais. É preciso reconhecer que as políticas culturais compreendem relevante componente social e que envolve efetivamente questões econômicas

e necessárias previsões orçamentárias. A participação popular na formulação das políticas de cultura, a ocupação de espaços públicos tem íntima relação com o Carnaval, por seus vínculos territoriais e identitários em diferentes dimensões. Enquanto referencial teórico trabalhado, Lascoumes e Le Galès contribuem com a vasta compreensão acerca da gestão pública e governança.

[...] a ação pública contribui para as transformações sociais, a resolução dos conflitos, a conciliação entre diferentes grupos de interesses. Mas ela também visa à repartição dos recursos, à criação ou compensação das igualdades. A interação entre autoridades públicas e atores sociais mais ou menos organizados é um aspecto central das políticas públicas (Lascoumes; Le Galès, 2012a, p. 52).

Segundo Santos (2010, p.71), a análise histórica da relação entre o Carnaval e a gestão pública aponta que, na maioria das vezes, a administração pública e o Carnaval permanecem sempre muito próximos, em momentos às vezes consensuais, em outras bastantes conflituosas. Em seu artigo, chama a atenção para diversos aspectos do Carnaval como a oportunidade de resgatar tradições, preservar a cultura local, reafirmar os estreitos laços de amizade entre as comunidades participantes, e também condições para o governo potencializar a geração de trabalho e renda. Segundo o autor, é preciso analisar a relação entre o Carnaval e o desenvolvimento econômico local observando três dimensões: da geração de trabalho e renda, dos patrocinadores ou do patrocínio, e do impacto da economia formalizada nas finanças municipais que investem grandes quantias na organização do evento e espera o retorno aos cofres públicos por meio da arrecadação de impostos que sistematizam o Carnaval como subproduto da economia cultural.

Como bem coloca Menezes (2020 apud Cardoso, 2018, p.7), a redução de investimento da verba pública no Carnaval é tanto uma ação neoliberal de privilégio do chamado empreendedorismo, ‘um caso privilegiado para a compreensão da crise como um projeto no Brasil atual’ (Cardoso, 2023, p.7).

Associar a democracia à eficiência do Estado é um modelo de regulação estatal que se apoia no esforço de fortalecimento do espaço público, das alternativas inovadora de gestão, e possibilidades de participação de diversos segmentos sociais, ampliando a comunicação com as esferas institucionais para a promoção de justiça social capazes de atenuar conflitos e enfrentar desigualdades sociais. A importância da governança se aplica ao caso que Santos (2010) exemplifica como interfere diretamente no “direito à folia”:

[...] há uma análise sobre o Carnaval de Santos/SP, em que, por uma série de acontecimentos políticos, foram proibidos o desfile das escolas de samba e o Carnaval. Em 1999, por não haver acordo entre a Prefeitura e as escolas de samba sobre o local onde realizar o desfile, o Carnaval santista, com história há mais de 50 anos, não foi realizado, causando grande comoção na cidade e, sobretudo nas

comunidades historicamente ligadas ao samba. E só em 2006 os desfiles voltaram a acontecer (Santos, 2010, p.66).

As divergências políticas não podem agravar o “direito à folia” considerando tanto a importância cultural e valor identitário que o Carnaval representa para a sociedade, quanto o potencial econômico e turístico que foi construído ao longo dos anos. Segundo Varella (2021), por ser relevante e estar enraizado na estrutura social do país passa a ser visto como um direito, pela importância cultural, significância simbólica e a força social da festa que consagra a inevitável dinâmica social brasileira.

Até aqui, a tese demonstrou o quanto o Carnaval é relevante para a cultura brasileira e o quanto ele é enraizado na estrutura social do País. Passar a ser visto como um direito significa dizer que o ordenamento jurídico nacional assimilou a importância cultural e a força social da festa, convertendo-a em bem jurídico a ser protegido, tutelado e promovido. Quando isso ocorre, o direito compreende e responde positivamente a um movimento histórico de formação cultural, obedece a seu imperativo identitário, reconhece sua significância simbólica e consagra uma inevitável dinâmica social brasileira (Varella, 2021, p.111).

Diante de tantas variáveis, uma boa governança para o Carnaval, faz com que os interesses da comunidade cultural e as relações estabelecidas com o poder público se deem por meio do diálogo, por vezes, nas arenas de disputa políticas, quando conseguem harmonizar os interesses comuns e consensualizar os acordos para garantir a execução do evento sem prejuízo ao direito conquistado. Neste sentido Varella (2021) esclarece que:

Na concretude, quando se realiza o direito de blocos de Carnaval levar milhares de pessoas às ruas, e há uma política pública gerando condições para isso, se afeta o funcionamento ordinário das políticas de transportes, limpeza, segurança. O argumento que, então, surge, é o de que a fruição destes direitos, em certa medida, é mitigada pela dos direitos culturais ali resguardados (Varella, 2021, p. 26).

Entretanto, é nas festas populares, enquanto interações políticas e sociais, em seus territórios de disputas e conflito, que se refletem os movimentos de fruição e de mitigação dos direitos culturais, servindo de pano de fundo para tratar as questões geradas pelas políticas públicas ordinárias, por meio de tensões e de disputas geradas nas relações dos grupos culturais e da governança.

3.3. A ECONOMIA CRIATIVA E O CARNAVAL

Reis (2008, p. 129) destaca o impacto da economia criativa por meio das novas tecnologias de comunicação e a valorização econômica da intangibilidade cultural. Economicamente a singularidade da cultura de um povo confere valor agregado aos seus

produtos criativos (música, audiovisual, moda, design, games, literatura) e proporciona vantagens competitivas inimitáveis (Reis, 2008, p. 13). Por outro lado, o impacto econômico setorial destaca-se por dois modos menos evidentes de incorporação do valor do intangível cultural: nos bens e nos serviços criativos. F. Silva (2020, p.14) afirma que na economia criativa, interagem agentes econômicos diversos e se projetam as várias esferas da atividade social. Cruzam lógicas de ação, produção e difusão simbólicas diferenciadas. Certamente o conceito nasce da vontade política.

Para estudar o Carnaval e a Economia da Cultura é impreterível se debruçar aos tópicos sobre Economia Criativa e aos detalhes peculiares que impactam o desenvolvimento econômico e a sociedade. Todos os anos o Carnaval gera grandes movimentações culturais, sociais, econômica e políticas. Saldanha e Gonçalves (2019) evidenciam o Carnaval como uma das formas de manifestação da cultura brasileira mais importante.

Estudos mostram que a indústria criativa é vista como um fator potencial para o desenvolvimento socioeconômico local e regional no mundo, sendo um gerador de empregos e de riquezas, além de contribuir consideravelmente na expansão de vários países. O Carnaval como atração cultural e turística, se apresenta como evento forte e responsável pela elevação do Produto Interno Bruto cultural e criativo de muitos estados e municípios brasileiros (Saldanha; Gonçalves, 2019, p. 54).

As cidades do Rio de Janeiro e São Paulo com suas escolas de samba, Salvador com seus trios elétricos e o Recife com o Carnaval multicultural, são grandes referenciais do Carnaval brasileiro que se perpetuam ao longo dos anos. Com programações extensas e uma grande diversidade de atividades culturais – desfiles de blocos de rua e das escolas de samba – fazem dessas cidades carnavalescas destaques para o mundo, movimentando a economia local por gerar um aumento nas vendas do setor de comércio e serviços de até 40% e no turismo ao promover desenvolvimento econômico.

Na economia criativa, interagem agentes econômicos diversos e se projetam as várias esferas da atividade social. Nela se cruzam lógicas de ação, de produção e difusão simbólicas diferenciadas. A economia criativa é um conceito que tem as margens borradas. Todos sabem o que é, mas quando indagados, a certeza desaparece. Certamente o conceito nasce da vontade política. O aproveitamento intencional da economia criativa para gerar desenvolvimento, capacidades, renda e trabalho é comum a qualquer tentativa de conceptualização e às experiências mais conhecidas (F. Silva, 2020, p.14).

Um desdobramento da economia criativa é entendê-la como estratégia de desenvolvimento que promove convergências de benefícios econômicos, culturais e sociais. Ao reconhecer a criatividade humana como ativo econômico, abre um leque de oportunidades econômicas baseadas em empreendimentos criativos e na valorização dos intangíveis culturais (Reis 2011, p.26).

No ensaio *Ciclo Para o Desenvolvimento da Economia Criativa: Uma proposta teórica* de Gomes *et al.*, (2024, p.8), os autores afirmam que a política pública ainda produz uma classe artística acomodada aos fundos públicos e outros tipos de financiamento que podem inviabilizar uma economia criativa verdadeira. Os condicionantes do desenvolvimento da economia criativa precisam ser apropriados e modelados para aprumar e ajustar ao melhor modelo de desenvolvimento. Os aportes e a produção de talentos devem ser capazes de criar e gerar capital para a cultura. A política pública é um fator associado às alternativas estratégicas para o desenvolvimento da economia criativa.

O Quadro 13, a seguir, sintetiza em três categorias os principais condicionantes do desenvolvimento da economia criativa.

Quadro 13 - Condicionantes para o Desenvolvimento da Economia Criativa.

CONDICIONANTES	DESCRIÇÃO
Ambiente humano	Diversidade, <i>gaytrificação</i> ² (Florida, 2002); capital humano e capital social (<i>Home Affairs Bureau</i> , 2004); educação (Grefe, 2015).
Ambiente sociocultural	Infraestrutura social e cultural; filantropia e gastos públicos com o bem-estar social (<i>Home Affairs Bureau</i> , 2004); instituições de lazer e culturais (Florida, 2002).
Ambiente de negócios	Sistema legal; empreendedorismo; <i>high technology industry</i> (<i>Home Affairs Bureau</i> , 2004); novos projetos e novas atividades (a inovação em si); ligações entre agentes, comunidades e organizações (lucrativas ou não, ou seja, uma codependência e cooperatividade entre instituições); redes logísticas de comunicação; o comprometimento dos responsáveis políticos (Grefe, 2015).

Fonte: Elaborado por Gomes *et al.* (2024, p.9).

3.4. A CADEIA PRODUTIVA DO CARNAVAL

A definição de cadeia produtiva do Carnaval segundo Prestes Filho (2009) consiste em um ciclo de etapas que formam a "fabricação" do Carnaval, em um processo integrado e sequencial que envolve diversos atores e etapas até o espetáculo final, destacando a dimensão cultural e econômica da produção Carnavalesca.

Em *O Carnaval Carioca: Uma reestimativa do emprego e renda relacionados ao espetáculo*, o economista Carlos Lessa em seu trabalho (2002 *apud* Prestes Filho, 2009, p.10) diz “a produção mercantil de bens e serviços voltados para o lazer é um importante segmento do aparelho produtivo e, de um modo geral, as pessoas não dedicam ao lazer apenas parcela crescente de sua renda; ampliam ou tentam ampliar o tempo a ele destinado”.

² Os autores definem como “uma forte presença comercial, residencial e simbólica das comunidades LGBT que induz ao fenômeno cunhado como “gaytrificação”, devido às mudanças materiais e simbólicas que realizam nos bairros”.

A luz do conceito de cadeia produtiva pode-se entender como a produção do Carnaval movimenta um complexo sistema por envolver diferentes cadeias produtivas e profissionais de diversas áreas de atuação e conhecimento.

Luiz Carlos Prestes Filho (2009, p. 34), introduz o conceito de cadeia produtiva como "um conceito representativo das diversas etapas pelas quais passa um processo produtivo para a obtenção de um produto, ou produtos, para consumo final". Conceito este, embasado por Carlos Lessa, que diz que a festa Carnavalesca só é realizada, pois existe uma estrutura organizada quase como uma empresa que planeja e executa um conjunto atividades complexas e relacionadas (Kukul, 2024, p. 352).

A dinâmica de produção do desfile das escolas de samba é uma base para o entendimento dessa cadeia produtiva, mas também é um dos desafios que esta indústria enfrenta, considerando que elas são entidades culturais sem fins lucrativos, cuja principal atividade consiste na realização do desfile durante o Carnaval, uma festividade que constitui a participação e competição entre essas agremiações. Segundo Matos *et al.* (2016), em seu artigo *O Sistema Produtivo e Inovativo do Carnaval Carioca*, as escolas de samba estão colocadas no centro de um sistema como principal agente produtivo, e o desfile na posição em que as diversas atividades desse sistema convergem para sua consecução.

Sistemas e arranjos produtivos e inovativos locais são definidos como o conjunto de atores econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, desenvolvendo atividades econômicas correlatas e que apresentam vínculos expressivos de produção, interação, cooperação e aprendizagem (Matos *et al.*, 2016, p.61).

O sistema produtivo do Carnaval é constituído por agentes econômicos, sociais e culturais, que dentre suas ações produtivas, possui uma grande diversidade de atividades industriais, comerciais e de serviços. Caracterizar as atividades relacionadas ao Carnaval como um sistema produtivo local, centrado nos agentes culturais, é entender a forma como se estrutura e funciona esse sistema, e também como uma manifestação cultural se articula na cadeia produtiva com a economia local.

Os resultados indicam que a cadeia produtiva apresenta complexidade da multifuncionalidade presente nos profissionais das indústrias criativas, além dos condicionantes de sua atratividade, sustentabilidade e desenvolvimento. Entretanto, quando se discute desenvolvimento e sustentabilidade econômica e cultural do Carnaval, ainda é a indústria turística uma das principais beneficiadas por essa cadeia produtiva, com resultados relevantes durante o Carnaval. As manifestações culturais que são responsáveis pela oferta do principal atrativo do Carnaval, apenas recebem uma pequena parte dos recursos dentro das perspectivas de crescimento da economia cultural.

Ribeiro (2014, p.59), em seu artigo *A Economia do Carnaval: Estudo Sobre a “Produção” da Festa mais Popular do Brasil com Base na Observação de uma Experiência Florianopolitana*, afirma que para entender como se caracteriza essa cadeia produtiva, devem-se identificar os elos que a constroem, ou seja, as relações que fazem um entretenimento ser essa cadeia produtiva. A autora ainda afirma que, segundo Prestes Filho (2009 apud Ribeiro, 2014, p.59) “os principais elos de uma cadeia produtiva podem ser identificados, de modo geral, como pré-produção, produção, distribuição, comercialização e consumo”.

Também é possível identificar quatro grandes conjuntos de agentes e atividades: a) Subsistema Produtivo; b) Subsistema de Coordenação, Representação e Políticas; c) Subsistema de Educação de Ciência e Tecnologia; e d) Subsistema de Demanda/Consumo, que estão presentes, por exemplo, como componentes do Sistema Produtivo no Carnaval carioca, que compõe a cadeia produtiva, conforme descrito no Quadro 14, a seguir:

Quadro 14 - Componentes do Sistema Produtivo do Carnaval Carioca.

Subsistema Produtivo	Divide-se em: (i) a produção de insumos e a intermediação comercial. (ii) o conjunto de agentes responsáveis pela transformação de insumos e conceitos, através do trabalho criativo, “produzindo” o espetáculo. (iii) o conjunto de agentes e atividades econômicas que são mobilizados nos dias do desfile ou durante o período do Carnaval. Estas atividades são fundamentais para a infraestrutura, os serviços e produtos para (iv) promover o encontro do público consumidor com os executores do espetáculo.
Subsistema de Coordenação, Representação e Políticas.	Em todas as capitais pesquisadas no estudo, identifica uma rica parceria estabelecida entre organizações de representação e coordenação e o poder público. A partir desta interação, sobretudo com as pastas de cultura e turismo, é organizado o desfile são mobilizadas muitas dos agentes produtivos que viabilizam a realização do desfile.
Subsistema de Educação e de Ciência e Tecnologia	Este subsistema contempla o conjunto de organizações de ensino e pesquisa que possuem alguma interface com as atividades do Carnaval.
Subsistema de Demanda/Consumo	Por fim, destaca-se o subsistema constituído pelos consumidores dos diversos produtos da economia do Carnaval. Por um lado, destaca-se como produto principal a experiência do desfile das escolas de samba, seja esta como expectador nas arquibancadas ou como participante, que adquiriu mediante compra da fantasia o direito à vivência.

Fonte: Adaptado pelo autor, a partir de Matos, Soares, Domingues e Gonzalo (2016, p. 64).

Por outro lado, Couri (2020, p.6) em seu artigo *Mapeamento do Sistema Produtivo Criativo do Carnaval de Rua do Rio de Janeiro*, complementa a discussão ao ampliar o período que acontece às atividades produtivas. O Carnaval de rua se expande para além do período Carnavalesco e dos cinco dias oficiais, uma vez que produz consumo das atividades dos blocos ao longo do ano, por meio de diferentes formatos e configurações. Promovem o fomento de atividades criativo-culturais e de profissionais de diversos setores, e assim como desfiles das escolas de samba, os blocos de rua que gera oportunidades e impulsiona a economia criativa.

3.5. O TURISMO CRIATIVO E O CARNAVAL

A globalização econômica impactou significativamente a cultura contemporânea, a qual tem sido demarcada pelas tecnologias digitais, transmídias, diversidade cultural, e uma fluidez dos processos sociais e mobilidades. Resulta que a cultura passa a ser um importante vetor econômico, especialmente quando associada ao turismo, no que a literatura especializada trata na Economia Criativa (Kukul, 2024, p. 347).

Uma economia criativa vibrante pode se tornar ainda mais atraente para potenciais investidores e turistas. Cidades que cultivam uma cena cultural rica e promovem inovação são propensas a atrair mais visitantes e investimentos, impulsionando assim o desenvolvimento econômico (Ruiz *et al*, 2019 *apud* Silveira, 2023, p.18).

A economia criativa busca impulsionar o desenvolvimento sustentável, integrando cultura e criatividade como motores de inovação, estimulando a economia de forma inclusiva e sustentável. Dentro desse ecossistema dinâmico, engloba setores tradicionais e emergentes, como artes, mídia, design, moda, tecnologia, artesanato e gastronomia, nos quais a criatividade desempenha papel central. Portanto, a interseção entre conhecimento, cultura, criatividade e economia é fundamental para os produtos criativos.(Vieira; Silva; Knupp, 2023, p.250).

Como explica Prestes Filho (2009 *apud* Kukul, 2024, p. 35), paralelamente a oferta dos produtos culturais finais, ocorre à cadeia da economia indireta com os setores que produzem serviços e bens que são consumidos individualmente ou em conjunto com produtos culturais finais expressos no turismo (alojamento, transporte, alimentação, comércio), e em outras indústrias como a de bebidas e de entretenimento. Nesse estudo sobre o Carnaval, essa economia está representada pela indústria editorial e gráfica, indústria do audiovisual e fonográfica, internet, indústria de instrumentos, indústria de bebidas, turismo e entretenimento.

O Turismo é um fenômeno sociocultural de profundo valor simbólico para sujeitos que o praticam. Simbólico porque as práticas realizadas, os produtos e serviços envolvidos significariam menos pelo seu valor venal ou valor de troca, e mais pelo seu valor de uso e pelo seu valor afetivo (Gastal; Moesch, 2007 *apud* Araújo; Waizbort, 2023, p.142).

Segundo Silva, Paiva e Santana (2021, p.326), em seu artigo “*O Turismo Criativo na Agenda Política: possibilidades de contribuição para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável*”, afirmam que o turismo se conecta direta e indiretamente com alguns dos objetivos da Agenda 2030, como o ODS-1 da redução da pobreza nas comunidades, o ODS-8 que trata do crescimento econômico e também o ODS-11 que trata de construir cidades e comunidades sustentáveis. Estes são objetivos que estão estreitamente ligados a soluções criativas e a economia criativa.

A promoção do turismo criativo tem se estabelecido como parte das políticas públicas adotadas para fomentar a economia criativa nos territórios de destino turístico. Ao serem valorizadas as práticas criativas e culturais particulares de uma região por meio de envolvimento ativo entre os participantes, essa abordagem de turismo cultural se apresenta como modalidade favorável ao desenvolvimento sustentável daquela localidade (Silva; Paiva; Santana, 2021, p.323).

O Rio de Janeiro e São Paulo são cidades que se destacam pela produção de grandes eventos e espetáculos culturais, que geram impactos significativos na economia local e no turismo, com taxa de ocupação hoteleira próxima a 100%, devido ao expressivo aumento da chegada de turistas nacionais e internacionais, que demandam um conjunto de bens e serviços, centrados na experiência cultural que é promovida por um evento da magnitude que é o Carnaval.

Ao analisar as cadeias produtivas criativas dentro da mesma perspectiva sistêmica do turismo tradicional, pode-se afirmar que o turismo criativo possui características singulares. Ambientes, produtos, práticas, histórias e experiências significativas desempenham um papel fundamental na construção da identidade dessa atividade criativa, o que o torna diferenciado, pois conectam os visitantes com a história, costumes e tradições, envolvendo-os em experiências autênticas e valorizando os saberes locais (Vieira; Silva; Knupp, 2023, p.250).

A promoção do turismo criativo é uma oportunidade para que agentes locais promovam iniciativas complementares à oferta turística local e para a redistribuição da demanda turística para outros setores e localidades da cidade, reduzindo os impactos negativos causados pela exploração do turismo de massa.

A criatividade é a cola que une os elementos fundamentais do turismo e também o lubrificante que faz o sistema turístico evoluir para novas dimensões. A orientação básica de muitos programas de turismo criativo pode ser resumida em um ditado de Confúcio: “Eu ouço e esqueço. Eu vejo e lembro. Eu faço e entendo”. Essa abordagem enfatiza a atividade criativa como um meio de envolver os participantes e desenvolver um vínculo entre produtores e consumidores (Richards 2016 *apud* Lima, 2020, p.38).

As cidades que possuem rico patrimônio cultural e um grande potencial turísticos são destinos atrativos para turistas, e exige da gestão pública um planejamento voltado para o aperfeiçoamento desse potencial para promover desenvolvimento social e econômico a partir de economia criativa. O gestor de turismo é essencial quando são responsáveis por criar mecanismos que estimulem a produção cultural em territórios que podem oferecer hospitalidade, produtos e serviços ao consumidor de cultura criativa, para uma prática turística participativa, onde o indivíduo possa consumir o que a cultura oferece, impulsionado pelo desejo de buscar o que pode ser novo ou tradicional, mas ao mesmo tempo, que o faça participar das atividades culturais que podem ser desfrutadas costumeiramente, com acontece no Carnaval.

É necessário, também, ampliar o olhar sobre o turismo para além da dimensão econômica, sobrepondo a visão reducionista de que o sucesso turístico se baseia simplesmente no aumento do fluxo de turistas, que redunde em maior arrecadação financeira. O Turismo precisa ser enxergado em sua base fenomenológica, tendo, nas questões socioculturais e históricas, sua essência ontológica. É primordial superar a ideologia que reduz lugares a produtos, e turistas a meros consumidores (Araujo; Godoy, 2016 *apud* Araújo; Waizbort, 2023, p. 142).

Por fim, essa seção conclui o alinhamento de conceitos com a produção acadêmica produzida pelos principais repositórios, que desenha o estado da arte, juntamente aos referenciais teóricos que subsidiaram a pesquisa. A próxima Seção trata da origem do Carnaval, do Sagrado e do Profano, seus festivais e rituais religiosos e a evolução até chegar ao Carnaval nos dias de hoje em Brasília.

4 O SAGRADO, O PROFANO E A CARNAVÁLIA

4.1. OS FESTIVAIS E RITUAIS RELIGIOSOS: AS BACANALIAS E A IGREJA CRISTÃ

A origem do Carnaval dentro da história está intrinsecamente ligada aos festivais, aos bacanais e aos rituais religiosos. Segundo Susana de Castro (2016, p.110), a Saturnália, também chamada de Bacanália (*i.e.*, festa em honra ao deus Baco, o equivalente, entre os romanos, do deus grego Dioniso), era a versão romana dos quatro festivais atenienses em honra ao deus Dioniso: as Dionísias rurais; o festival de Lenaea; o festival da Antesteria; e finalmente, a grande Dionísia ou Dionísia urbana. Dioniso, o deus do vinho, o seu culto era sinônimo de embriagues, loucura e erotismo. Castro (2016) relaciona o Carnaval moderno às festas da antiguidade grega, em especial os festivais que caracterizam a Dionísia, destacando elementos de dois deles, a Dionísia rural e a Antesteria, que se assemelham a características encontradas no Carnaval de rua brasileiro da atualidade.

A Antesteria era celebrada ao longo de três dias corridos, entre o final de janeiro e início de fevereiro. Era o festival do vinho onde, durante as festividades, a ordem social era interrompida ou mesmo invertida, e os escravos podiam excepcionalmente participar. No primeiro dia do Carnaval, o rei Momo recebe das mãos do prefeito as chaves da cidade, isso significa simbolicamente que enquanto durar a festa, as regras, a ordem, as hierarquias estão suspensas. Percebem-se aí elementos que são comuns e que estão presentes no Carnaval de rua brasileiro. A Dionísia rural, celebrada durante o inverno é o mais antigo dos quatro eventos. Descreve o culto a Dioniso por meio da dança, da música, pelo êxtase erótico, o cortejo, esses são os elementos da Dionísia rural que também encontramos no modelo do Carnaval brasileiro. Para a era cristã, é inegável o que o Carnaval representa, por estar no período que antecede a quaresma e a Páscoa, e por isso o Carnaval faz parte do calendário cristão. É o período da dicotomia entre o profano e o sagrado, onde o Carnaval por um lado, celebra a vida terrena, os prazeres corpóreos e sensoriais, e a Páscoa por outro lado, exalta a vida espiritual que é celebrada por meio da representação da morte e ressurreição de Cristo. É o anúncio para o arrependimento dos pecados, período de penitência na quaresma e quando a Páscoa chega se encerra e é celebrada a salvação e a imortalidade da alma dos fiéis (Castro, 2016, p. 108).

As raízes históricas do Carnaval são difíceis de estabelecer com precisão. Embora tenha se constituído na Idade Média sob a forma de festa cristã, enquanto último momento de excesso a anteceder às privações da quaresma, o Carnaval não deixa de possuir uma origem inegavelmente pagã. Entre outras heranças possíveis, destacam-se as festas de inverno da Antiguidade Romana, tais como a Lupercália, a Matronália e a Saturnália (Amalric, 2016, p.37).

Em *As formas elementares da vida religiosa*, Durkheim (2000) indica uma relação fundamental para entendimento do surgimento e da importância do Carnaval em sua matriz religiosa que se perpetua na intrínseca relação entre o profano e o sagrado, nas festividades religiosas e as profanas, quando diz que:

[...] toda festa, mesmo quando puramente laica em suas origens, tem certas características de cerimônia religiosa, pois, em todos os casos ela tem por efeito aproximar os indivíduos, colocar em movimento as massas e suscita assim um estado de efervescência, às vezes mesmo de delírio, que não é desprovido de parentesco como o estado religioso. [...] Pode-se observar, também, tanto num caso como no outro, as mesmas manifestações: gritos, cantos, música, movimentos violentos, danças, procura de excitantes que elevem o nível vital etc. Enfatiza-se frequentemente que as festas populares conduzem ao excesso, fazem perder de vista o limite que separa o lícito do ilícito. Existem igualmente cerimônias religiosas que determina como necessidade violar as regras ordinariamente mais respeitadas (Durkheim, 2008 *apud* Alves, 2018, p.98).

Durkheim (2000) explicita um contexto relevante característico do Carnaval, por ser uma festa popular, do inconsciente coletivo atrelado à mistura do pecado e da cura pela fé, da festa da carne e da permissividade, onde o contexto profano aproxima os indivíduos em movimento das massas num estado de efervescência, para depois ser revertido em redenção pela fé durante a quaresma, o tempo para expurgar toda a bebedeira e o pecado experimentado durante os dias da festa conduzida pelo excesso e disponibilidade para violar regras morais e sociais.

Lorena (2019, p.57) faz uma observação ampliada do evento “*Carnaval*”, como tem sido tratado na literatura por diversos enfoques, margeando análises sociais, ou quando se inserem temáticas da antropologia do ritual, da performance e do simbólico, chegando a uma abordagem crítica sobre a dimensão cultural e política. A importância do Carnaval como tema transversal que atravessa vários espectros sociais, culturais, econômicos e políticos da vida da sociedade. Serve em vários momentos como catarse e expurgo dos problemas sociais e das crises vividas que são representadas pela população durante o evento. As diversas manifestações culturais presentes no Carnaval trazem em si uma característica muito própria da crítica social apresentada por meio de fantasias elaboradas com referenciais nas representações sociais que se apresentam de forma espontânea, própria da cultura popular, pelo olhar da memória histórica quando contam os momentos datados pelo tempo em

composições de enredos, ou pela exaltação da vida de personagens importantes para a sociedade. Também, há certa crítica num tom mais ácido sobre questões que estão sendo vivenciadas pela sociedade no seu cotidiano, ou ainda, aquelas que são noticiadas pela imprensa no dia a dia.

O Carnaval tem sido encarado das mais variadas formas. Na literatura proliferam enfoques diversos a esta festa, que cruzam várias perspectivas da teoria social e que têm gerado um vasto leque de interpretações. [...] Para a sua teorização, há algumas referências incontornáveis, seja porque inauguraram a análise social do Carnaval, como é o caso da obra clássica de Bakhtin (1984/1965)³, seja porque a inseriram nos debates de outras áreas temáticas, nomeadamente a antropologia do ritual, da performance e do simbólico, como fez Victor Turner (1988)⁴, ou nos exames críticos que focaram a sua dimensão cultural e política, como fez James Scott (1990), compatibilizando-a com correntes teóricas já bem sedimentadas (Lorena, 2019, p.53).

A introdução do Carnaval no Brasil colônia se deu logo com a chegada dos portugueses, período no qual vieram as primeiras referências que se tem conhecimento sobre sua chegada. Foi o “Entrudo” o primeiro registro e uma das mais antigas formas de brincar o Carnaval, que remonta o ano de 1553 em Pernambuco.

Trazido para cá por imigrantes portugueses, ele é caracterizado pela brincadeira de sujar uns aos outros com polvilho, pó-de-sapato ou farinha de trigo e de atirar limões-de-cheiro (limões recheados de água, urina ou outras coisas) em familiares e vizinhos. Rapidamente, o entrudo virou sinônimo de Carnaval pelo Brasil. Por mais que houvesse normas rígidas no patriarcalismo da sociedade colonial e imperial, o entrudo cativava a todos. Brincava o escravo, o fazendeiro, os lavradores, o padre... E ainda que muitos imigrantes e representantes da pequena classe média e da nobreza o encarassem como brutal. Vários outros não resistiam e também participavam da festa. Até os imperadores Pedro I e Pedro II eram adeptos dos limões-de-cheiro e das farinhas (Diniz, 2008, p. 17).

Ao longo dos anos, o Carnaval se tornou uma das festas populares mais celebradas no Brasil. Conhecido por sua exuberância cultural, pela explosão de alegria, de cor, da multiplicidade de representações sociais e das identidades culturais. O Carnaval tem grande capacidade de mobilizar multidões perpetuadas ao longo dos tempos, em diferentes regiões do país. Assume características peculiares, refletindo a grande diversidade da cultura brasileira. Uma festa com raízes históricas que evoluiu no tempo em seu formato e tradição chegando aos dias atuais a um modelo que acontece desde a semana pré-Carnavalesca até Quarta-Feira

³ Refiro-me obviamente a Rabelais e seu mundo (1984/1965). Convém lembrar que esta obra foi escrita na década de 1930 e publicada pela primeira vez em 1965, na versão russa, e em 1968, na versão inglesa. E convém ainda não esquecer os trabalhos pioneiros de Roger Caillois, que também abordou o carnaval na sua teoria da festa (cf. Caillois, 1988/1939, 1950, p. 95-124 e 2001/1958) (nota no original).

⁴ Stallybrass e White (1986, pp. 16-17) sustentam não somente uma convergência, mas uma antecipação de Bakhtin reativando à antropologia simbólica (nota no original).

de Cinzas, quando se reafirma todos os anos enquanto fenômeno cultural que está em vigência e em ebulição desde muito tempo.

4.2. A DIVERSIDADE CULTURAL E AS CARACTERÍSTICAS IDENTITÁRIAS

Em *Carnavais, Malandros e Heróis*, Roberto DaMatta (1997) reflete e contesta como funciona o espaço de construção e negociação da realidade social brasileira. O Carnaval representa um excelente exemplo de institucionalização e legitimação na construção da realidade social, uma vez que ao longo dos séculos, foi adquirindo uma estrutura e organização que vem transcendendo gerações e costumes. Na medida em que DaMatta associa o Carnaval ao dilema social e a catarse da realidade vivida, é possível perceber a natureza da crítica social feita. Afinal, para muitos, o Carnaval representa apenas um momento pleno de liberdade, de ludicidade e criação artística, e nunca a relação colocada pelo autor do contraditório permissivo, que passa pela folia através da caricatura da sociedade e da sua essência ritualística, que transita entre o sagrado e o profano e que depois busca a cura e o perdão das irresponsabilidades vividas durante o evento.

[...] discutir as peculiaridades de nossa sociedade é estudar também essas zonas de encontro e mediação, essas praças e adros dados pelos carnavais, pelas procissões e pelas malandragens, zonas onde o tempo fica suspenso e uma nova rotina deve ser repetida ou inovada, onde os problemas são esquecidos ou enfrentados; pois aqui – suspensos entre a rotina automática e a festa que reconstrói o mundo – tocamos o reino da liberdade e do essencialmente humano. É nessas regiões que renasce o poder do sistema, mas é também aqui que se pode forjar a esperança de ver o mundo de cabeça para baixo (DaMatta, 1997, p.18).

O Brasil é detentor do título do “País do Carnaval”, identidade que foi construída a partir de uma imagem midiática ao longo do tempo, que se consolidou pelo marketing turístico a partir das apresentações das Escolas de Samba do Rio de Janeiro e de suas sambistas. É um espetáculo rico de representações e expressões artísticas, identitárias e simbólicas, que envolve em sua execução a utilização de grande diversidade de linguagens culturais. Na música, com o samba e as composições dos enredos temáticos (sociais, históricos ou mitológicos), nas artes plásticas e na pintura, com as alegorias e a elaboração de esculturas em deslumbrantes carros alegóricos. Presente até nos figurinos e apresentações de elaboradas coreografias e representações teatrais, entre outras expressões da representatividade da miscigenação do povo brasileiro que destaca a riqueza da criatividade e multiculturalidade do país.

Ver o Brasil em sua especificidade é também procurar interpretá-lo pelo eixo dos seus modelos de ação, paradigmas pelos quais podemos pautar nosso

comportamento e marcar nossa identidade como brasileiros. É buscar entender nossas irmandades e associações populares, sempre voltadas para o alto e para fora do sistema, onde, com certeza, encontram seu lugar ao sol. É, enfim descobrir que, ao contrário dos Estados Unidos, nunca dizemos “iguais, mas separados”, porém “diferentes, mas juntos”, regra de ouro de um universo hierarquizante como o nosso (DaMatta, 1997, p.18).

Logo nas três primeiras décadas do século XX, durante o período do Estado Novo, o Carnaval foi consolidado como a maior expressão da tradição brasileira e, conseqüentemente, a maior representatividade de identidade cultural. Foi à consolidação de uma única identidade brasileira, a Identidade Nacional ou o Nacionalismo, um produto que ganhou força nos governos Vargas para unificar o território a fim de demarcar fronteiras geográficas e culturais, simbólica e politicamente, entre as classes sociais e categorias raciais (F. Silva, 2022, p.140). Uma sociedade com alto índice de racismo estrutural, forjada pela hierarquização de raça e gênero entendeu que esse seria o único caminho disponível capaz de construir relações para as igualdades sociais respaldados pela cultura popular, em sua maioria formada pela cultura negra, desenvolvendo táticas que procuraram agregar valor às práticas culturais, antes vistas como perigosas, da “ralé”, do “Zé povinho”⁵, entendida como ameaçadoras da ordem social. Porém, a presença popular negra era predominante nas procissões religiosas e nos festejos carnavalescos de rua, desde quando se praticava o entrudo. (F. Silva, 2022, p.140).

No caso brasileiro, podemos perceber que as narrativas sobre identidade nacional e identidades negras foram sutilmente produzidas pelo Estado, ou melhor, foram “imaginadas” discursivamente de modo que produzissem a tão desejada Nação Brasileira racialmente democratizada, representando uma suposta harmonia racial e social. Prática essa que silencia todo um processo histórico de exclusão e segregação sofrido pela população negra e indígena decorrente dos trezentos anos de escravidão (F. Silva, 2022, p.140).

O Carnaval brasileiro é um evento de representação e expressão cultural de grande heterogenia, quando se trata da regionalidade e da diversidade de suas manifestações e ritmos. É uma característica que se estende ao longo de todo o território nacional, e têm em cidades como Salvador, Recife e Olinda, exemplos de resistência da cultura negra e indígena, que apresenta peculiaridades próprias da sua expressão identitária de forte representação de uma cultura regional. As diferentes formas de apresentação, a natureza plural e os tipos de atrações das expressões culturais diferenciadas do Carnaval brasileiro mostram como a multiculturalidade coexiste num mesmo perímetro urbano e compõe o vasto acervo do patrimônio imaterial nacional.

⁵ “Termos que designavam negros e pobres.”, segundo Albuquerque; Fraga Filho (2006, p. 226).

[...] o fato de o Carnaval brasileiro representar uma interrupção total das atividades laborais tem um significado importante dentro da lógica da verdade orgiástica da experiência da continuidade do ser. No sistema econômico moderno tudo gira em torno do trabalho. Por isso, parece extraordinário que este mesmo sistema produtivista aceite que anualmente *sacrifiquemos* três dias de trabalho em nome da festa, do prazer, que gastemos ao bel prazer uma energia física antes voltada para a finalidade da produção (Castro, 2016, p.122).

O sucesso da produção do Carnaval destas cidades incentiva outros polos carnavalescos a investirem em políticas mais assertivas para a promoção do Carnaval, com vistas ao desenvolvimento econômico, por meio do alinhamento de estratégias das políticas culturais com a economia criativa. Em São Paulo e Belo Horizonte, por exemplo, têm-se investido na promoção da cultura no Carnaval com uma perspectiva para atingir melhores resultados da economia, viabilizar o consumo de bens e serviços ligados à cultura e ao turismo, gerando direta e indiretamente, mais postos de trabalhos durante o período carnavalesco e uma maior arrecadação de Impostos Sobre os Serviços (ISS).

Investigando o aspecto político do Carnaval, não estaremos nos referindo à definição habitual da política; aquela que remete à política institucional e ao âmbito dos governos, dos partidos e das eleições. De maneira mais abrangente, *política* diz respeito aqui aos modos de organização da convivência e às suas transformações possíveis. Tal organização, raramente neutra, além de envolver instituições chamadas de *políticas*, implica ainda muitas vezes desigualdades de *status* ou de condições, formas de dominação cultural, social, e economicamente enraizadas (Almaric, 2016, p.35-36).

As ações se impõem de maneira própria no *fazer*, no *investir* e no *viabilizar* a partir das singularidades das demandas de uma política cultural voltada para o Carnaval, que precisa estar estrategicamente alinhada para atender especificidades locais de execução ao fornecer infraestrutura, logística e segurança, além da integração entre o fomento e a articulação política ao potencializar a ação cultural para o desenvolvimento econômico. O poder público necessita interpretar que o investimento na economia criativa funciona como vetor para a promoção de crescimento a partir da economia da cultura e do investimento no turismo resultando em desenvolvimento econômico local.

4.3. O CARNAVAL DO DISTRITO FEDERAL

A realidade do Carnaval politicamente organizado está presente também em outras grandes cidades brasileiras, como é o caso de Brasília. A inauguração da nova capital federal em 1960 trouxe uma nova realidade para o país. Foi a partir da transferência da capital do Brasil do Rio de Janeiro para Brasília que houve a formação de outras raízes culturais e que

trouxeram uma nova dinâmica de celebração para o Carnaval do planalto central. Uma convergência de várias tradições culturais construiu uma nova identidade cultural formada a partir do protagonismo da sociedade brasiliense ao forjar sua própria história, marcada pela multiplicidade de influências culturais vindas das várias localidades do Brasil. Uma população que chegou para construir, habitar e formar a metrópole do plano piloto, trazendo uma nova criatividade e uma forma própria de impor a sua representatividade naquela localidade que se estabelecia.

Desde o período da formação de Brasília, entre 1958 e 1960, as festas de Carnaval eram realizadas nas localidades que ainda estavam em construção. Registros históricos com relatos orais de pioneiros da cidade narram a realização de animados eventos nos salões dos acampamentos e no Brasília Palace Hotel. Outros locais também eram refúgios Carnavalescos, como a Travessa Dom Bosco e as boates da Cidade Livre, atual Núcleo Bandeirante. Até mesmo o Teatro Nacional, então em construção, serviu como palco para as celebrações momescas. Ademais, trabalhadores entusiasmados compartilham experiências organizando participações festivas em Luziânia e Planaltina (Spies, 2024).

Os pioneiros habitantes da capital Federal transportaram consigo sua força de trabalho, suas famílias e suas identidades culturais, além de um repertório de referenciais culturais incorporados às representações sociais de suas tradições ritualísticas e carnavalescas, existentes em suas cidades de origem, que ao serem somadas e misturadas deram origem a uma nova identidade: a Identidade Cultural do Candango. Surge nesse momento a expressão identitária criada pela mistura dessas culturas somada ao novo ambiente que, após um período de experimentação e adaptação das tradições culturais, se estabeleceram como representatividade daquele grupo social. Inicialmente, se apresentavam como uma manifestação modesta nos primeiros blocos de rua e escolas de samba, que mobilizava os habitantes da nova capital. Entretanto, a população cresceu, a cidade se desenvolveu oferecendo melhores condições para a realização de um Carnaval mais estruturado, que foi se desenvolvendo e se consolidou, atraindo foliões de outras localidades próximas.

Os primeiros carnavais de Brasília foram modestos, refletindo a população ainda pequena e as condições de infraestrutura da época. No entanto, mesmo nesses primeiros anos, já era possível perceber um esforço para criar uma identidade Carnavalesca própria, adaptada à nova capital (Souza, 2015, p. 23).

Na década de 1970, se estruturaram as primeiras Escolas de Samba e Blocos Carnavalescos, organizados enquanto manifestação cultural local. Agremiações fundamentais para a organização e realização do Carnaval no Distrito Federal, que eram responsáveis pela preservação de importantes tradições culturais e pela inovação do evento. A cultura trazida pela população para a capital brasileira contribuiu para a formação de um evento

multifacetado pautado pela diversidade das expressões culturais. Assim, Brasília ganhou grande notoriedade por sua vocação carnavalesca atraindo a atenção também de foliões de outras partes do país.

O Carnaval de Brasília nos anos 1970 e 1980 foram marcados por uma efervescência cultural, com a formação de diversas agremiações que refletiam as diferentes influências regionais dos moradores da cidade (Almeida, 2018, p. 45).

Considerando a diversidade das agremiações e expressões culturais existentes no Distrito Federal, destacam-se, como exemplo mais significativo, as escolas de samba, os blocos de rua, as fanfarras e os grupos de frevo e maracatu. As escolas de samba são instituições sociais com regras, hierarquias e tradições próprias bem definidas, fundamentais para a manutenção e transmissão de práticas e significados que atuam no processo de legitimação do Carnaval, por meio de diversos mecanismos, que inclui a mídia, a educação e a participação popular. As narrativas e discursos trazidos pelas escolas de samba sobre o Carnaval contribuem para legitimação do evento, reforçando valor e importância para a sociedade brasileira.

Em Brasília, a Associação Recreativa Cultural Unidos do Cruzeiro (Aruc), por exemplo, é uma das escolas de samba mais antigas e tradicionais do Distrito Federal. Fundada em 1961, é conhecida por sua forte ligação com a comunidade do Cruzeiro e por apresentações vibrantes e bem organizadas. Desde o início de sua trajetória cultural desempenha um importante papel para a consolidação do samba e dos desfiles das escolas de samba no Carnaval de Brasília, sendo uma das primeiras escolas de samba a se organizar de forma profissional e a atrair grande público para seus desfiles. Em 2009, a Aruc recebeu o título de Patrimônio Cultural Imaterial do Distrito Federal.

Já a escola de samba Acadêmicos da Asa Norte, que também se destaca no Carnaval do Distrito Federal, foi fundada em 1969, com o nome de Grêmio Recreativo Escola de Samba Acadêmicos da Asa Norte, que só passou à categoria escola de samba, em janeiro de 1973, após ser campeã por três anos consecutivos na categoria de blocos. Ganhou notoriedade pela qualidade de seus desfiles e pelo engajamento com a comunidade local, tem contribuído significativamente para o fortalecimento do movimento das escolas de samba e a profissionalização do Carnaval de Brasília, trazendo inovações em termos de fantasias, alegorias e enredos.

Os blocos de rua surgiram no Distrito Federal a partir de diversas motivações. Entre elas, a vontade de expressar as regionalidades de outros estados neste recém-criado território, de expressar e afirmar estilos musicais, de criar um ambiente acolhedor e dinâmico nos espaços de moradia e até mesmo de forma espontânea e

despretensiosa, a partir de outros blocos ou de maneira aleatória (Codeplan, 2019 *apud* IPEDF; Codeplan, 2024, p.12).

Os blocos de rua é um tipo de manifestação popular que acontece em espaços públicos durante o Carnaval. São grupos de pessoas que se reúnem para brincar, dançar e celebrar, muitas vezes em torno de um tema específico, que se caracteriza pela irreverência, o uso de fantasias, música ao vivo e a participação ativa da comunidade. Os blocos de rua promovem a folia carnavalesca, a convivência social, a criatividade e a valorização da cultura local. Dentre os mais antigos, tradicionais, alternativos e os novos blocos de rua de Brasília, destaca-se o que é um dos mais famosos e antigos, um dos mais icônicos do Distrito Federal que é o Pacotão. Fundado em 1978, se destaca por seu tom irreverente e crítico de suas paródias e sátiras políticas, ficou conhecido por misturar o Carnaval com manifestações políticas. Suas apresentações atraíam um grande número de foliões, fazendo com que o Carnaval se tornasse o lugar propício para o protesto, a crítica e a reivindicação social pela tradição da irreverência e do humor, característica do Carnaval brasileiro.

Entre os novos, um dos blocos mais importantes é o *Baby-doll de Nylon*, que surgiu em 1991 com uma proposta de resgatar a simplicidade e a espontaneidade dos antigos carnavais de rua. Sua proposta fez com que fosse conhecido por proporcionar uma atmosfera descontraída e acolhedora, atraindo foliões de todas as idades, se tornando um símbolo da resistência cultural no Distrito Federal, mantendo viva a tradição dos blocos de rua e promovendo um Carnaval inclusivo e participativo.

As tradicionais fanfarras também se destacam no Carnaval da capital federal por serem compostas por músicos de diversas idades e formações, que trazem a mistura de ritmos, cores e energia que faz refletir a diversidade e a criatividade do Carnaval dos brasilienses. As fanfarras, às vezes, podem se apresentar em diversos blocos de rua, animando foliões com suas músicas contagiantes, que podem variar entre marchinhas tradicionais, samba, axé e outros ritmos brasileiros. Uma explosão de criatividade que combina a animação das ruas com os foliões que dançam e cantam junto com os músicos, criando uma atmosfera festiva e acolhedora.

Uma característica das fanfarras é a inclusão e a socialização, por serem formadas por estudantes de escolas públicas e particulares, promovendo um ambiente de união e desenvolvimento social. Com o passar dos anos, o reconhecimento das fanfarras de Brasília tem crescido, colocando-as como uma parte essencial da identidade carnavalesca da cidade. A cada edição do Carnaval, novas fanfarras surgem, mantendo viva a tradição de o Carnaval ser

uma expressão da cultura rica e diversificada, uma celebração da comunidade que une pessoas de diferentes histórias e origens em um mesmo espaço.

Os Grupos de Frevo e Maracatu de raízes pernambucanas, também estão presentes no Carnaval candango, e tem sua importância enquanto manifestação cultural, como é o caso do Bloco Suvaco da Asa, um grupo de frevo que se destaca no cenário carnavalesco do Distrito Federal desde 1999 e promove desfiles e apresentações que valorizam o frevo. Desde 2012, o bloco foi considerado pela UNESCO como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, como uma das manifestações culturais mais tradicionais do Carnaval brasileiro, e que desempenha um importante papel de preservação e difusão do ritmo pernambucano em Brasília. Os Tambores do Cerrado é um maracatu de baque-solto, que acrescenta o toque da multiculturalidade pernambucana e sua diversidade cultural, conhecido desde 2003 por suas apresentações energéticas que enriquecem a cena carnavalesca, promove o resgate dessas tradições culturais no planalto central. São manifestações culturais que contribuem para a difusão da cultura presente no Carnaval candango e que veio com os nordestinos para a capital federal.

O Carnaval de o Distrito Federal revelar-se como um território rico de manifestações culturais e por sua diversidade reflete a história e a identidade própria dos moradores de Brasília, desde a fundação da capital federal até os dias atuais. A consolidação de políticas culturais representa a possibilidade do Carnaval se tornar umas principais festas populares da região, por se destacar pela criatividade, resistência e resiliência das agremiações em busca de políticas inclusivas que contemplem as demandas dos grupos culturais. O apoio governamental, que acontece como em outras localidades do país, minimiza o impacto para que as manifestações culturais superem os desafios de sustentabilidade e de preservação. Os grupos e agremiações culturais precisam viabilizar suas apresentações e cortejos. Nas arenas de disputas políticas, defendem suas pautas de militância cultural. O desafio está em garantir o acesso aos recursos oferecido pelos editais de financiamento e, entre outras possibilidades, a criação de uma política institucional de sustentabilidade e autonomia.

A dificuldade dos grupos culturais está, muitas vezes, na compreensão do que determina os editais de financiamento e fomento, além de conseguir atender as exigências da burocracia prevista pela legislação vigente, que impõe restrições para o acesso aos recursos, quando estes deveriam ser facilitados para efetivamente garantir a execução do evento previsto na lei. As Escolas de samba e os blocos de rua entre outras entidades culturais, ao longo do tempo, dependem do patrocínio e do apoio governamental para realizar suas atividades culturais. Muitas vezes não conseguem o acesso aos recursos dos editais em tempo

hábil para viabilizar e garantir a realização do Carnaval, por causa das exigências do processo licitatório, que inviabilizam o cronograma da comunidade cultural por não prevê o tempo necessário para a aquisição dos insumos e a confecção das fantasias e alegorias. A ineficiência da capacidade institucional de captação de recursos e da falta de estrutura das entidades para se vender enquanto produto cultural viável e consumível pelo mercado, também representa efetivamente uma questão muito crítica quanto à sustentabilidade das agremiações. Esta situação tem exigido uma maior articulação política dos grupos para a combinação de estratégias que buscam a antecipação do planejamento do poder público no projeto do Carnaval, da possibilidade de patrocínio e apoio público/privado e de outras estratégias para a geração de oportunidade de captação de recursos.

No Brasil, sequer se sabe quantas prefeituras possuem secretarias de cultura e, por conseguinte, em quantas os assuntos culturais são tratados através de secretarias de educação, esportes e turismo, ou outra qualquer. O fato de haver uma secretaria autônoma para cultura nos organogramas estadual e municipal não significa necessariamente que nos locais onde isso ocorre o trato da área seja mais eficiente, ágil e substantivamente melhor. Basta, a propósito, recordar o desgaste que foi, em âmbito federal, a criação do Ministério da Cultura no início do governo Sarney (Durand, 2001, p.67).

O futuro do Carnaval de Brasília depende muito mais da capacidade das agremiações de se adaptarem às novas realidades sociais e econômicas a que estarão expostas e da necessidade da reestruturação de suas estratégias de sustentabilidade cultural e econômica. As novas tecnologias, o momento político em que vivem e a capacidade de resiliência e inovação dos grupos culturais, precisam superar obstáculos ainda maiores para a manutenção da autonomia e da essência cultural a partir de uma estratégia eficaz de captação de recursos para execução de um projeto que torna o Carnaval um evento único. Além de contribuir para a proposição de políticas públicas de cultura voltadas para a promoção de condições para a preservação das tradições frente às mudanças políticas, sociais e culturais, da crescente influência da mídia e das novas tecnologias que tem grande capacidade de descaracterização das manifestações culturais tradicionais, e da consolidação de uma política pública com legislações que aprimora a economia da cultura para potencializar o desenvolvimento econômico, social e humano.

A incessante busca de inovação do modelo de gestão para que o Carnaval atenda as demandas da comunidade cultural e da iniciativa privada, naturalmente enfrenta desafios para efetivar oportunidades de manter a agilidade dos processos e promover a eficácia da produção do Carnaval de Brasília. Depende da capacidade dos grupos culturais em estar harmonicamente organizados com a capacidade do Poder Público em atender todas as

demandas que dependem apenas da vontade política e daquilo que foi previsto no plano de governo, assim como do envolvimento da iniciativa privada e do reconhecimento da sociedade para legitimar o calendário previsto para o Carnaval de Brasília. A articulação dos movimentos culturais diante às realidades econômicas para a preservação cultural esbarra contra a inclusão de novos atores culturais que estão surgindo durante o processo.

Assim, compreender todo esse processo dentro do contexto da economia criativa, é aprofundar o aporte teórico, por meio dos estudos culturais, para fazer as pontes necessárias entre as peculiaridades do Carnaval e do desenvolvimento da economia criativa. Por isso, a próxima seção aborda conceitos importantes como Indústria Cultural, Economia Criativa e a Economia do Conhecimento promovendo a ampliação das variáveis consideradas para o estudo de caso.

5 FUNDAMENTAÇÕES TEÓRICAS: A ECONOMIA CRIATIVA, A ECONOMIA DA CULTURA E A ECONOMIA DO CONHECIMENTO

5.1. A ECONOMIA CRIATIVA E A POLÍTICA CULTURAL

A economia criativa enquanto vetor de desenvolvimento representa para o Carnaval do Distrito Federal um portal que revitaliza a inovação e impulsiona a economia da cultura para a promoção do crescimento e desenvolvimento da economia local. Sua relevância e caráter atrativo turístico e cultural permitem acolher as novas gerações, que trazem propostas ancoradas em suas pautas sociais em temas relevantes sobre diversidade, como gênero, raça, etnia, faixas etárias, PcD e outras representatividades, sem perder a essência identitária multicultural em um ciclo de retroalimentação da capacidade criativa e de reafirmação das tradições das manifestações culturais, que incorpora novos agentes nos movimentos culturais para a sociedade.

O aprofundamento de temas como Economia Criativa e a Política Cultural dão subsídios para o embasamento das discussões teóricas sobre indústria cultural, economia cultural, indústria criativa e a interseção na economia criativa, que vão embasar a construção de conceitos sobre as diferenças dessas perspectivas teóricas e práticas. A partir da análise das teorias estudadas, é possível elencar as interseções e convergências para uma compreensão mais ampla, a partir dos aspectos que as reflexões assimiladas desses teóricos apontam, para destacar as principais características, diferenças e complementariedades que enriquece o estudo, conforme se apresenta a seguir.

5.2. PRODUTO CULTURAL E OS OBJETIVOS ECONÔMICOS DA INDÚSTRIA CULTURAL

Escola de Frankfurt nasceu em 1923, baseada na concepção hegeliano-marxista, foi fortalecida pelas contribuições da Psicanálise de Freud com o objetivo da formação da teoria crítica e a contribuição do idealismo alemão, sobretudo em Kant, Hegel e o materialismo dialético de Marx. A elaboração do conceito de indústria cultural foi uma das principais

contribuições da escola, que tinha como objetivo produzir estudos interdisciplinares, e a teoria crítica influenciada por propostas psicanalíticas e fatores culturais.

A expressão indústria cultural foi utilizada originalmente em *Dialética do esclarecimento* (1947), obra de Theodor Adorno e Max Horkheimer, com a colaboração de outros colegas da escola, que conceitua a indústria cultural como sendo um sistema político e econômico que tem por finalidade produzir bens de cultura como mercadorias e estratégia de controle social. A publicação trata sobre um fenômeno característico do capitalismo presente nas sociedades industriais do século XIX: a criação do mercado consumidor de bens culturais.

A massificação dos conteúdos culturais para atender as demandas do público crescente consiste na padronização e diminuição da complexidade de obras culturais, transformando em mercadorias para satisfazer muitos consumidores. A indústria cultural alcança seus objetivos, porque os produtos culturais servem a uma demanda formada ideologicamente, na expectativa e no interesse de produtos que tem origem em objetivos econômicos de grandes grupos empresariais, que influenciam as pessoas pelos meios de comunicação.

Por enquanto, a técnica da indústria cultural levou apenas à padronização e à produção em série, sacrificando o que fazia a diferença entre a lógica da obra e a do sistema social. Isso, porém, não deve ser atribuída a nenhuma lei evolutiva da técnica enquanto tal, mas à sua função na economia atual. A necessidade que talvez pudesse escapar ao controle central já é recalcada pelo controle da consciência individual (Adorno; Horkheimer, 1947, p.57).

A percepção que a indústria cultural estava na economia e em todos os setores da vida urbana, conquistando todos os espaços da sociedade com a padronização do comportamento do consumo humano, fez Adorno e Horkheimer questionar e esclarecer como a industrialização transformou a cultura em um produto comum, menor, roubando-lhe o valor artístico pela possibilidade da banalização da arte produzida em escala de produção.

A indústria cultural acaba por colocar a imitação como algo de absoluto. Reduzida ao estilo, ela trai seu segredo, a obediência à hierarquia social. A barbárie estética consome hoje a ameaça que sempre pairou sobre as criações do espírito desde que foram reunidas e neutralizadas a título de cultura. Falar em cultura foi sempre contrário à cultura. O denominador comum “cultura” já contém virtualmente o levantamento estatístico, a catalogação, a classificação que introduz a cultura no domínio da administração. [...] Só a subsunção industrializada e consequente é inteiramente adequada a esse conceito de cultura [...] Assim, a indústria cultural, o mais inflexível de todos os estilos, revela-se justamente como a meta do liberalismo, ao qual se censura a falta de estilo. Não somente suas categorias e conteúdos são provenientes da esfera liberal, tanto do naturalismo domesticado quanto da opereta e da revista: as modernas companhias culturais são o lugar econômico onde ainda sobrevive, juntamente com os correspondentes tipos de empresários, uma parte da esfera de circulação já em processo de desagregação (Adorno; Horkheimer 1985, p. 62).

A noção de indústria cultural, amplamente desenvolvida pelos teóricos da Escola de Frankfurt, argumenta que um sistema transforma a cultura em mercadoria, produzida em massa para consumo. Segundo Adorno e Horkheimer (1985), a indústria cultural perpetua a ilusão de que o entretenimento é livre e espontâneo, quando, na verdade, é rigorosamente controlado para manter a ordem social e econômica vigente.

Enquanto produto cultural o Carnaval é um exemplo icônico de como a indústria cultural perpetua a ilusão do entretenimento livre e espontâneo da população, que desempenha um papel significativo tanto na vida cultural da sociedade, quanto na economia local em muitas regiões do Brasil. O Carnaval se encaixa perfeitamente no contexto em que se apresenta o produto cultural, por seus objetivos ultrapassarem questões para além da tradição das manifestações culturais e da celebração enraizada na história. E está presente através da representatividade da identidade brasileira, refletindo a diversidade e a riqueza cultural do país, na expressão da cultura e da criatividade como produto cultural a ser consumido, que promove interação e coesão social, reunindo pessoas de diferentes origens e classes sociais engajadas no evento.

Os fatores econômicos típicos da indústria cultural atraem milhões de turistas nacionais e internacionais, para o consumo nos setores de bens e serviços, como hotelaria, gastronomia, transporte e lazer. Gera receita significativa para a economia local através da criação de novos postos de trabalho, pelo aumento na venda de produtos relacionados ao Carnaval e o aumento da arrecadação de impostos. O processo de criação e execução do aparato cultural impulsiona a gestão pública e grandes empresas de patrocínios, que investem na promoção e na publicidade no Carnaval, contribuindo para o crescimento dessa economia.

5.3. O CAPITAL CULTURAL E O VALOR SIMBÓLICO DAS PRODUÇÕES CULTURAIS

O capital cultural e o valor simbólico das produções culturais são conceitos importantes na compreensão da influência e do impacto da cultura em uma sociedade. O capital cultural é fundamental para a sociedade de produção. O conceito de capital cultural introduzido por Pierre Bourdieu em “*As Formas do Capital*” (2023), explica as formas pelas quais as pessoas podem acumular e utilizar o conhecimento, as habilidades e outras formas de cultura como meios para obter vantagens sociais e econômicas. Em sua concepção, o capital cultural é uma ferramenta importante para a reprodução social, pois quem possuir maior capital cultural tem mais chance de sucesso econômico e status social, e que será transmitido

de geração em geração. É uma reprodução social e econômica, que as pessoas com maior capital cultural tendem a ter maior acesso às oportunidades educacionais e profissionais. Por sua vez, levará essas pessoas às melhores posições no mercado de trabalho, criando um ciclo de desigualdades sociais, perpetuado pelo capital cultural e influenciando a maneira como as pessoas são percebidas e tratadas na sociedade.

O capital cultural desempenha um papel crucial na sociedade de produção e na economia criativa ao influenciar diversos aspectos da sociedade e da economia. Considera que os indivíduos com alto capital cultural serão frequentemente vistos como os mais competentes e respeitáveis e abre possibilidades para a existência de redes de influência. Na economia criativa, o capital cultural é ainda mais significativo. A criatividade e a inovação são os principais motores dessa economia, e ambos são fortemente influenciados pelo capital cultural que fornece a base de conhecimento e habilidades que permitem a geração de novas ideias e a inovação e por ajudar a determinar o valor de produtos culturais. Na economia criativa, o capital cultural pode ser um recurso valioso para obtenção de financiamento, apoio institucional e acesso a redes profissionais. Aqueles profissionais mais criativos, com alto capital cultural, têm mais facilidade para encontrar patrocinadores, investidores e colaboradores. O capital cultural é importante por promover a diversidade e a inclusão na economia criativa, que é essencial para a sociedade de produção, moldando as oportunidades e os resultados sociais e econômicos, ao promover inovação, valorizar os produtos culturais e facilitar o acesso a recursos e oportunidades, ao mesmo tempo em que continua a perpetuar mais desigualdades sociais.

O capital cultural pode existir sob três formas: no estado incorporado, ou seja, sob a forma de disposições duráveis do organismo; no estado objetivado, sob a forma de bens culturais - quadros, livros, dicionários, instrumentos, máquinas, que constituem indícios ou a realização de teorias ou de críticas dessas teorias, de problemáticas, etc.; e, enfim, no estado institucionalizado, forma de objetivação que é preciso colocar à parte porque, como se observa em relação ao certificado escolar, ela confere ao capital cultural - de que é, supostamente, a garantia - propriedades inteiramente originais (Bourdieu, 1999a, p. 72).

David Throsby e Arjo Klammer são autores que tratam de temas que auxiliam na composição dos referenciais teóricos acerca das definições de cultura, valor cultural e valor econômico para a economia da cultura. A economia cultural refere-se ao estudo da cultura como um setor econômico, enfocando a produção, distribuição e consumo de bens e serviços culturais. David Throsby (2001) define a economia cultural como a aplicação de princípios e métodos econômicos para o estudo dos bens e serviços culturais, incluindo a análise da

produção, distribuição e consumo desses bens. O autor destaca a importância do capital cultural e do valor simbólico das produções culturais.

Economia da cultura é a aplicação da análise econômica a todo o espectro das artes criativas ou performáticas, patrimônio e indústrias culturais, providos de forma pública ou privada. Consiste também na análise dos modelos de organização econômica do setor cultural e na compreensão do comportamento dos produtores, consumidores e governos que interagem nesse setor. O tema pode ser tratado por uma série de abordagens, incluídas as do *mainstream* neoclássico, economia do bem-estar, políticas públicas e economia institucional (Unctad, 2010 *apud* Valiati, 2022, p. 12).

O valor simbólico das produções culturais representa o significado que essa produção carrega além do valor econômico direto, associado à sua capacidade de transmitir significados, emoções, identidades e valores. Estão presentes no patrimônio cultural material e imaterial, nas representações sociais e no significado pessoal em que as obras de arte, canções e filmes têm enquanto significado para os indivíduos, evocando emoções e memórias. De modo geral, o valor simbólico pode influenciar o valor econômico de uma produção cultural, uma vez que a demanda por determinados produtos culturais é impulsionada pelo valor simbólico e o capital cultural associado ao produto.

O Carnaval é uma celebração popular, símbolo da identidade nacional e da diversidade cultural brasileira, que possui valor econômico e simbólico significativo pela formação da identidade coletiva e coesão social, elementos que ajudam a entender como a cultura e a economia se entrelaça, bem como as produções culturais causam impactos em diferentes esferas da sociedade. O capital cultural e o valor simbólico das produções culturais são componentes essenciais para entender a dinâmica entre a cultura e a sociedade, revelando sua influência na estrutura social, na identidade coletiva e no valor econômico das criações humanas.

5.4. A INDÚSTRIA CULTURAL E CRIATIVA E A EXPLORAÇÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

O conceito de indústria cultural e de economia cultural oferecem diferentes perspectivas sobre a relação entre a cultura e a economia. A indústria cultural enfatiza a transformação da cultura em mercadoria e sua produção em massa, com uma visão crítica sobre os efeitos sociais e ideológicos dessa transformação. Oferece uma visão crítica da mercantilização da cultura. A economia cultural aplica princípios econômicos para estudar o setor cultural, concentrando-se na aplicação desses princípios para aprofundar o estudo sobre

a cultura, analisando a produção, distribuição e consumo de bens culturais, o valor simbólico e o capital cultural.

A indústria criativa é um conceito que ganhou destaque no final dos anos de 1990, com a política de Tony Blair no governo britânico. Uma das definições para as Indústrias Criativas vem do documento *Creative Industries Task Force Mapping Document* (CITF, 2001 *apud* Hanson; Gomes, 2007, p.1). Segundo a referida declaração, as Indústrias Criativas englobam “as atividades que têm suas origens na criatividade individual, habilidade e talento e que têm o potencial para a criação de riquezas e empregos por meio da geração e da exploração da propriedade intelectual”. Nesta definição está incluída vários setores como design, mídia, publicidade, artes visuais e performáticas, entre outros.

Criatividade. Palavra de definições múltiplas, que remete intuitivamente à capacidade não só de criar o novo, mas de reinventar, diluir paradigmas tradicionais, unir pontos aparentemente desconexos e, com isso, equacionar soluções para novos e velhos problemas. Em termos econômicos, a criatividade é um combustível renovável e cujo estoque aumenta com o uso. Além disso, a “concorrência” entre agentes criativos, em vez de saturar o mercado, atrai e estimula a atuação de novos produtores (Reis, 2008, p.15).

Howkins (2001 *apud* Hanson; Gomes, 2007, p.3) afirma que as Indústrias Criativas são “a soma total de quatro setores: as indústrias do copyright, das patentes, das marcas registradas e do design (no sentido de concepção, de geração de ideias)”, agregando ao conceito o status que elas também formam a Economia Criativa. É quando Howkins torna a ideia mais abrangente e inclui ideias, conceitos, projetos, pesquisa e desenvolvimento. As indústrias e a economia criativas tangenciam-se e expandem-se para o interior da chamada economia do conhecimento. As indústrias cultural e criativa são importantes, porque é uma parte grande e crescente da economia que trazem grandes benefícios ao mercado e a sociedade por terem um efeito multiplicador, e serem essenciais à maioria das indústrias das habilidades e dos pensamentos criativos, além de proporcionar múltiplas possibilidades de exploração da propriedade intelectual.

A propriedade intelectual busca salvaguardar direitos sobre a criação e produção de bens e serviços intelectuais, por um tempo limitado. Está dividida em propriedade industrial e direito autoral (*copyright*). Para as indústrias e economia criativas, a exploração comercial da produção da chamada economia do conhecimento é de extrema importância, por movimentar grandes somas de recursos financeiros, que viabilizam com sucesso essa economia do conhecimento, principalmente quando as tecnologias desenvolvidas realmente são novidades. A propriedade industrial trata das criações intelectuais das atividades de indústria, comércio e prestação de serviços, para a proteção das invenções, desenhos industriais, marcas, indicações

geográficas e relações concorrenciais. Baseado no conhecimento existente na base de patentes é possível dar subsídio para se prosperar no campo tecnológico com as novas invenções, a partir da pesquisa de anterioridade da concessão de patentes, o que assegura o ineditismo e o direito a concessão da carta patente. Os Direitos Autorais (*copyright*) é uma das formas da propriedade intelectual, diferente da lei de patentes, que protege nomes de marcas, slogans, logotipos e outros identificadores de origem contra o uso por terceiros para fins específicos (Sabino *et al.*, 2008, p. 6-8).

5.5. O PAPEL DA CRIATIVIDADE E A ECONOMIA CRIATIVA

John Howkins discute a importância da criatividade na economia global e como se tornou o principal motor do crescimento econômico em um mundo impulsionado pela inovação e o conhecimento. A criatividade desempenha importante papel na economia, por ser um dos principais motores de competitividade para o desenvolvimento econômico, pela capacidade de gerar novas ideias, promover solução de problemas de forma inovadora, por criar tecnologias, produtos e serviços únicos, pela capacidade de encontrar soluções para os desafios de questões que interferem no crescimento econômico, como as mudanças climáticas e a sustentabilidade. A competitividade entre empresas que incentivam a criatividade aumenta as chances de adaptação às mudanças e demandas do mercado, atendendo às novas expectativas do público consumidor. A criatividade precisa ser incentivada e valorizada pela sociedade como recurso valioso que potencializa a economia criativa a fim de promover um desenvolvimento equilibrado, inovador e sustentável.

[...] a noção de cultura sofreu várias mutações para satisfazer as exigências do resultado final. As tendências artísticas, como multiculturalismo, que enfatizam a justiça social (talvez compreendida como uma representação visual equitativa nas esferas públicas) e as iniciativas para promover a utilidade sociopolítica e a econômica foram fundidas numa noção daquilo que eu denomino a “economia cultural” e aquilo que a retórica New Laborite de Blair intitulou “economia criativa” (Yúdice 2004, p.34).

A economia criativa amplia o conceito de indústrias criativas ao enfatizar o papel da criatividade como vetor de desenvolvimento econômico e social. A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) define a economia criativa como “um setor emergente que se baseia em ativos criativos potencialmente geradores de crescimento econômico e desenvolvimento, abrangendo a interface entre economia, cultura, tecnologia e inovação” (UNCTAD, 2010).

Em meio ao amadurecimento das questões sobre exceção cultural, o discurso da UNESCO procura justificar as ações de subsídio público para proteger a produção nacional e oferecer uma força para equilíbrio do mercado cultural. As perspectivas da UNESCO foram se transformando para mediar os conflitos inerentes à diversidade cultural (linguagens, conteúdos, etnias, gêneros, classes sociais, acessos e igualdade social), entendida como um direito humano e a força de equilíbrio para o desenvolvimento. A UNESCO assume um papel político ao discutir a diversidade cultural no mercado cultural e, em 2013, publica o relatório *Creative Economy Report: Widening Local Development Pathways* para demonstrar a importância estratégica da Economia Cultural e Criativa. Questões sobre culturas populares, minorias, colonização, aculturação são temas presentes nas discussões sobre a liberalização do comércio da produção cultural e aparecem no documento (Poli 2018, p.220).

A Indústria Criativa concentra-se em setores originados da criatividade individual e da exploração da propriedade intelectual, como design, mídia e artes. Já a Economia Criativa adota uma abordagem mais ampla, posicionando a criatividade como um motor de desenvolvimento econômico e social, ao integrar cultura, economia, tecnologia e inovação. A indústria criativa e a economia criativa apostam no potencial criativo para gerar riqueza e desenvolvimento, entretanto, a Economia Criativa destaca-se por sua abordagem holística e integradora. Juntas, essas perspectivas enriquecem a compreensão da complexa interseção entre cultura e economia na sociedade contemporânea.

Essa a razão pela qual nas sociedades economicamente dependentes uma política cultural se faz particularmente necessária. É nela que se manifesta a importância do conceito de identidade cultural, que traduz a ideia de manter com nosso passado uma relação capaz de enriquecer o presente (Furtado, 2012, p.111).

No entanto, o Carnaval, em sua essência multicultural, investe intensamente em seu potencial inovador e criativo como parte das indústrias criativas e da economia criativa. Isso beneficia as manifestações culturais, ainda que estas demandem apoio das políticas culturais e do conceito de identidade cultural, marcado por suas raízes ancestrais e pela catarse inerente às representações sociais vivenciadas nos cinco dias do evento, como Celso Furtado (2012), diz:

Também é natural que tratemos de captar a criatividade naquilo que ela tem de exemplar. O ato criativo tanto se manifesta na produção de obras excepcionais, que enriquecem o patrimônio da humanidade, como em obras que se incorporam imediatamente ao viver cotidiano de certas comunidades (Furtado, 2012, p. 95).

É num momento como o Carnaval que a sociedade pode discutir publicamente questões importantes, conforme explica Peter L. Berger e Thomas Luckmann em “*A Construção da Realidade*” (2004), abordando conceitos de como o conhecimento se torna realidade, e é percebido, interpretado individualmente, institucionalizado e internalizado pelas pessoas. A realidade é uma construção social que cria e mantém a realidade social através de

processos contínuos de interação. (Berger; Luckmann, 2004). No Carnaval, o palco da interação da realidade social possui uma simbologia rica e variada, para a construção da realidade, que é comunicada por mensagens sobre identidade e resistência, a partir da celebração e da crítica social. Utilizando-se da arte e da criatividade, trata de temas como desigualdade, diversidade e corrupção, entre tantas outras questões prementes e vigentes no cotidiano da sociedade. Essa simbologia torna o Carnaval mais que uma festa, um evento da indústria e da economia criativa, cuja forma de expressão contribui para o desenvolvimento social, econômico e político.

É a partir dessa simbologia, que a economia criativa, enraizada pela imaginação e o movimento de inovação, reúne as indústrias culturais para potencializar o talento individual por meio da criatividade que, como combustível, impulsiona a economia que é alimentada por novas ideias, produtos e soluções originais em diversas áreas, da tecnologia à sustentabilidade. Por isso, a economia criativa exerce um impacto significativo no desenvolvimento cultural e social, promovendo diversidade e inclusão ao gerar empregos, aumentar a arrecadação de impostos e movimentar a economia.

Neste contexto, o Carnaval pode ser visto como um exemplo da ação da economia criativa, pela grande circulação de capital para fomentar a economia da cultura nas mais variadas áreas da criação. A criatividade está presente no design e na moda, na produção de figurinos e fantasias, nas artes visuais, como na decoração dos carros alegóricos, nas composições para o Carnaval e na dança e coreografias presente nos desfiles das escolas de samba e nos blocos de rua, onde as orquestras e bandas carnavalescas encantam e animam o público. As empresas investem em campanhas publicitárias e em ações de marketing para associar suas marcas ao Carnaval. Hotéis, restaurantes e os mais variados serviços turísticos se preparam para receber visitantes de todo o mundo. A criatividade desempenha um papel central para a evolução de toda área, impulsionada pela inovação e originalidade, que faz o Carnaval se tornar uma vitrine, uma oficina criativa, um evento que promove inclusão por meio da diversidade, que celebra a riqueza cultural e atrai diferentes públicos consumidores. O Carnaval mostra como a cultura e a arte pode promover o intercâmbio entre sociedades distintas e ainda impulsionar o crescimento econômico e desenvolvimento social.

Além de preservar essas tradições e celebrar a cultura, o Carnaval também se revela como oportunidade para a geração de emprego e renda para músicos, artistas, vendedores ambulantes e outras variedades de profissionais. Conforme a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), os festejos devem alcançar um volume financeiro de R\$ 9 bilhões, representando um aumento de 10% em comparação com 2023. Seja na música popular ou nas ruas, garantindo o divertimento, alimentação e hidratação dos foliões, a festa popular abre portas (Brasil, 2024).

5.6. ECONOMIA DO CONHECIMENTO

O Carnaval se destaca não só pela grandiosidade das representações sociais e das apresentações das manifestações culturais, mas também pela enorme relevância econômica e simbólica. Os conceitos até então estudados neste capítulo parte na direção, ou tangencia, ou ainda se expande para dentro do conceito de economia do conhecimento, tendo como base o emprego intensivo do conhecimento, onde a informação é fator determinante para o desempenho econômico e o peso do capital intangível é maior do que o capital tangível. É a economia cujo crescimento e competitividade assenta cada vez mais nas atividades associadas à produção, processamento e transferência de conhecimento e informação (Amaral; Ribeiro; Sousa, 2007, p.7).

Amaral, Ribeiro e Sousa (2007, p.7), também designa a economia do conhecimento enquanto categoria econômica, com características e tipologias próprias, especificidades no modo de produção, difusão e transformação em inovação, no papel das dinâmicas de crescimento econômico e na sua organização espacial. Neste âmbito:

[...] a Economia do Conhecimento analisa e discute as instituições, as tecnologias e as regulações sociais que podem facilitar a produção e utilização do conhecimento, partindo da constatação de que, dadas as características específicas do Conhecimento, os mecanismos habituais de alocação de recursos utilizados no mundo dos bens tangíveis não funcionam de modo adequado para maximizar a criação e difusão do Conhecimento (Amaral; Ribeiro; Sousa, 2007, p.7).

O Carnaval constitui o palco natural para atos simbólicos das manifestações culturais, nos quais opera em movimento cíclico de conhecimento e reconhecimento, conforme Bourdieu destaca. Esse é um ciclo que se dá pela percepção e apreciação mútua das partes envolvidas por meio da troca simbólica: a catarse cultural em apresentação e a sociedade, personificada no folião.

Os atos simbólicos supõem sempre atos de conhecimento e de reconhecimento, atos cognitivos por parte daqueles que são os seus destinatários. Para que uma troca simbólica funcione, é preciso que as duas partes tenham categorias de percepção e de apreciação idênticas (Bourdieu, 1996, p.168).

5.7. SUSTENTABILIDADE CULTURAL E ECONÔMICA

A importância da sustentabilidade constitui um tema central e transversal nos estudos da economia do Carnaval, pois envolve intimamente as interseções entre cultura e economia. A definição dos processos de fomento e financiamento cultural representa questões fundamentais para que as agremiações conquistem sua autonomia econômica e garantam

maiores condições de preservação da tradição, viabilizando a experiência cultural junto à comunidade e, conseqüentemente, à sociedade.

Como foi dito, Ignacy Sachs elencou alguns critérios de sustentabilidade, entre os quais a sustentabilidade cultural que, em seu ponto de vista, refere-se às mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação) e à capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição à cópia de modelos do exterior) (L. Silva, 2011).

A sustentabilidade cultural e econômica integra resultados que fortalecem a preservação da diversidade cultural, viabilizada pela autonomia financeira e pelo fomento à inovação do setor criativo. Sua relevância para eventos como o Carnaval exige políticas públicas que equilibrem impactos sociais, ambientais e econômicos, como questões cruciais para a proteção de tradições e seus territórios, além da salvaguarda das identidades culturais, a garantia de acesso à cultura e o incentivo a produções criativas inovadoras, que acontece quando se estabelece o envolvimento das manifestações culturais com a comunidade, a universidade, a iniciativa privada e a gestão pública, assegurando autonomia e inclusão social.

No contexto do carnaval do DF, políticas públicas culturais prevê a estruturação dessa sustentabilidade ao fomentar inclusão e viabilidade financeira para o segmento cultural, com iniciativas que apoiam a autonomia financeira das manifestações culturais como estratégias que geram o fortalecimento de Carnavais mais sustentáveis. Ação pública que combate à exclusão social valoriza as economias locais e integra práticas ecológicas com baixa emissão de carbono, e destacam seu papel na coesão social, impactando no PIB cultural e no crescimento da economia do Distrito Federal. A dimensão econômica oportuniza uma maior condição de geração de renda e a criação de diversos postos de trabalho, promovendo o crescimento das indústrias criativas a partir da produção artístico-cultural. Juntamente com a sustentabilidade ambiental formam o tripé que racionaliza recursos para harmonizar com a preservação e o desenvolvimento proporcionando maior autonomia.

Após a construção de todo esse aporte teórico e da compreensão da importância dos fenômenos estudados por grandes teóricos, a seção a seguir aborda como está estruturada a governança do Carnaval no DF e sua Legislação para promover as ações do projeto DF-Folia 2025 implementado junto com as Escolas de Samba, os Blocos de Rua e todos os outros atores envolvidos na construção desse modelo de gestão para o Carnaval Candango.

6 MARCO NORMATIVO DA GESTÃO PÚBLICA DO CARNAVAL CANDANGO

O Carnaval em cidades como Rio de Janeiro, Salvador, Recife/Olinda e Brasília, o setor público é o principal agente de produção e gestão do evento. Assume toda a coordenação ao articular sua proposta de projeto de Carnaval por meio de suas secretarias de Cultura, de Turismo e da Secretaria de Segurança Pública (SSP). Esses órgãos promovem todas as ações de infraestrutura e gestão que serão implementadas para o Carnaval junto às Escolas de Samba, os Blocos de Rua, as Fanfarras e todos os outros atores envolvidos no projeto de Carnaval. Inclusive, pode contar com a iniciativa privada e as mídias digital, escrita e televisiva, aportando todo aparato que a cidade necessita durante o período, para que possa funcionar como uma grande amostra de sua expressão criativa, ficando exposta aos milhares foliões e turistas que vêm à cidade de diversos países e de outras localidades do Brasil.

De uma forma ou outra, na atualidade é dado como certo que a cultura necessita de guarida e conforto. É uma posição simpática e politicamente correta. Mas é preciso que se diga que os argumentos que a sustentam são emocionais, são ideológicos são patrióticos, são convenientes, mas não são logicamente sustentáveis (Thiry-Cherques, 2013, p. 263).

A gestão cultural perpassa um universo complicado dentro das relações estabelecidas entre a sociedade, os grupos culturais e o poder público. Os compromissos sociais e políticos assumidos pela gestão pública, resultantes das arenas de disputas, esbarram em questões identitárias e territoriais, pautas sociais e embates com a “vontade política” e o plano de governo oficial, principalmente quando se trata das relações entre as manifestações culturais e a governança. Esta relação permeia questões importantes no fazer da gestão cultural. O governante precisa negociar e pactuar estratégias para viabilizar a ação cultural atendendo os interesses das partes envolvidas, e ao mesmo tempo, promover a política cultural de forma mais inclusiva e democrática. Nesse aspecto, o Carnaval tem assumido um dos principais campos de disputa da sociedade, que coloca o movimento cultural, a iniciativa privada e os agentes políticos diante de demandas culturais e reivindicações para a efetivação do evento.

A singularidade da gestão cultural não pode, nem deve ser desconsiderada. Sua complexidade torna-se ainda mais pronunciada quando se observa que a cultura é por si mesma um universo amplo e complicado. Ela envolve inúmeras áreas diferenciadas; múltiplos agentes, amadores e profissionais; deferentes e desiguais instituições e uma rica diversidade de manifestações e expressões (Rubim, 2019, p.12).

É dentro do plano de ação do Carnaval que a gestão pública determina os espaços que vai ocupar e como vai atender as demandas dos grupos culturais, ao considerar as diversas variáveis que o evento apresenta, e ainda promover crescimento econômico. Além disso, há outros aspectos a se considerar como outros ganhos que o setor turístico e a iniciativa privada podem gerar. Desse modo, os esforços conjuntos para potencializar o Carnaval como espaço de desenvolvimento social e econômico torna-se o ponto central para a estruturação das ações de gestão e de planejamento, além do envolvimento das diversas áreas com seus múltiplos agentes, instituições e toda diversidade de manifestações culturais que disputam atenção e investimentos, a fim de atingir os resultados desejados.

Um dos primeiros desafios de qualquer gestor cultural, em especial do setor público, atende pela disputa do espaço ocupado pela cultura no âmbito do governo e da sociedade. Com raríssimas exceções, a cultura ocupa um lugar secundário, em sintonia com uma noção ornamental da cultura (Coutinho, 2000 *apud* Rubim, 2019, p.12).

A gestão pública define o plano de ações para o Carnaval através de editais públicos, que garantem recursos financeiros para a organização, a logística, a infraestrutura e a segurança pública necessária para que os grupos culturais se apresentem durante o evento. A Secretaria de Cultura e Economia Criativa (Secec-DF) elege por edital público uma Organização da Sociedade Civil (OSC), para coordenar ações e preparativos para instalação da infraestrutura necessária: palcos, iluminação, banheiros químicos e a definição das áreas de acessibilidade. A Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP-DF) trabalha em conjunto com os serviços de saúde e gestão de tráfego, para o planejamento das medidas que vão garantir a segurança dos foliões e participantes, disponibilizando policiamento treinado e qualificado para o trato e controle de multidões, além da organização do transporte público para facilitar o deslocamento dos foliões e evitar os congestionamentos. Os serviços de saúde devem disponibilizar emergências médicas, preparadas com ambulâncias e os postos de atendimento com ações preventivas e campanhas que conscientizam a população sobre o uso de preservativos e o consumo responsável de álcool.

Por outro lado, o apoio às iniciativas culturais e a promoção do Carnaval funcionam como atrações essenciais para o desenvolvimento de outros setores da gestão, como o setor turístico que, a partir da valorização da cultura popular, atrai uma grande variedade de públicos e visitantes, gerando receita para o Distrito Federal, além de outras oportunidades de investimentos e o crescimento econômico para a iniciativa privada local.

6.1. OS ASPECTOS LEGAIS E O MODELO DE GESTÃO

Colocar o Carnaval estruturado nas ruas é um desafio anual para a gestão pública. A Secec-DF regulamenta as apresentações das manifestações culturais e a ação dos vendedores ambulantes, para que cumpram as normativas previstas pela legislação, portando as licenças exigidas para participarem do evento e garantir a segurança dos foliões e turistas seguindo as determinações da SSP-DF. É uma ação integrada com diferentes setores que envolvem o governo, a iniciativa privada, a sociedade e a comunidade cultural em uma articulação de difícil consensualização, por envolver múltiplos interesses e acordos, mas que possibilita que o Carnaval seja um evento seguro e organizado. O plano de ações é desenhado com o objetivo de fortalecer a economia da cultura, a partir da execução do projeto Carnaval DF-Folia e a oferta de oportunidades econômicas que promovem o crescimento e o desenvolvimento da região.

Um dos desafios mais vitais da gestão cultural, pública e mesmo privada, hoje floresce na reiterada expressão “transversalidade”. Ou seja, a cultura e as políticas culturais para se desenvolverem de maneira consistente precisam dialogar intensamente com outros campos sociais e ter a competência de implementar programas e projetos compartilhados, que contemplem os interesses das áreas em cooperação (Rubim, 2019, p.17).

O Carnaval no DF teve um processo longo para a sua regulamentação por meio de lei e decretos, até ser legitimado o modelo de governança para a viabilidade de uma política pública de Carnaval para o evento. A disponibilização de recursos se dá através dos editais de fomento e financiamento elaborados para apoiar os grupos culturais, garantir a infraestrutura e logística necessária para realização do evento. A legislação define critérios para a liberação do uso e a ocupação do solo, promover a segurança pública e institucionalizar os programas e as normas disciplinares para o Carnaval de rua. Determina o ordenamento para a circulação dos blocos e troças, e as diretrizes direcionadas às escolas de samba. Também define procedimentos para a profissionalização e capacitação do segmento cultural e instituir planos e instrumentos das atividades carnavalescas. Define as responsabilidades governamentais e as áreas de atuação de cada órgão do Governo do Distrito Federal (GDF) para o Carnaval.

Segundo Márcio Tavares, Secretário-Executivo do Ministério da Cultura (MinC/2025), as manifestações culturais projetadas no Carnaval enriquecem toda a identidade cultural brasileira. “São expressões de criatividade, resistência e diversidade que devem ser preservadas e valorizadas, pois representam a essência do nosso povo e a riqueza da nossa história”. Conforme o Iphan, para uma manifestação ser considerada um patrimônio cultural imaterial, ela precisa “se difundir a partir das relações comunitárias, familiares e religiosas” e ter relação direta aos saberes antigos, celebrações e formas de expressão vinculadas às práticas simbólicas,

ritualísticas, artísticas, étnicas ou produtivas. Por meio da autarquia, o MinC tem ações voltadas para salvaguardar a tradição carnavalesca (Brasil, 2024).

6.2. A LEGISLAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E O CARNAVAL DO DF COMO EVENTO

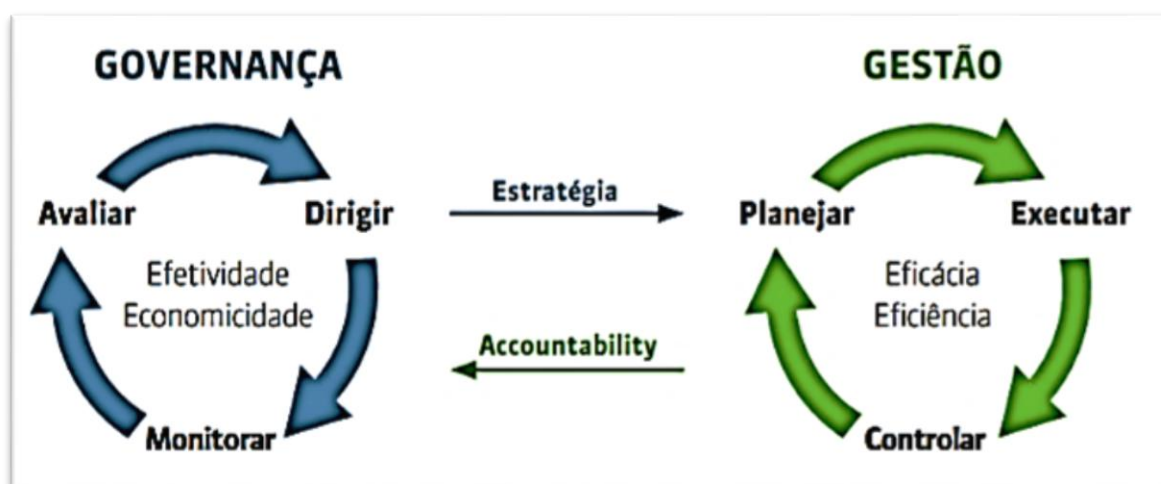
Atualmente, com a legislação aprovada e regulamentada, a cultura popular ainda continua a participar de várias disputas políticas e sociais para garantir as apresentações de seus grupos e a realização de seus projetos de Carnaval. O preconceito, a discriminação, as diferenças de classes sociais, o racismo estrutural, a intolerância religiosa, as questões que envolvem as orientações sexuais e de gênero são perfis que comumente fazem parte do enfrentamento que os grupos culturais sofrem e que influenciam na construção do Carnaval como evento de múltiplas faces.

A judicialização excessiva do estado e da sociedade tem o efeito perverso de criar entraves ao funcionamento do estado e inibir a atuação da gestão. A profusão de leis e normas cria uma enorme teia de legislações que ao invés de facilitar o controle legítimo e necessário, acaba por complicar sua realização, tornando possível a persistência de comportamentos indesejados no trato da coisa pública (Rubim, 2019, p.16).

A manifestação cultural assume seu espaço na vida da sociedade e se faz presente e necessária. O direito de se manifestar, de sair em cortejo, de se apresentar enquanto patrimônio imaterial da cultura durante o Carnaval, e de ser produzido e patrocinado com recursos públicos está previsto e garantido na lei distrital. É uma lei que representa o desafio colocado frente à articulação da gestão pública com a sociedade e com os grupos culturais para administrar um pacto social civilizatório a ser firmado entre essas partes, de modo a fazer valer a ação pública, conforme o que determina a lei, para viabilizar sem prejuízos o evento.

O governo e a política estão submetidos a um cronograma de trabalho que funciona em temporalidade curta. Com exceção de eventos e bens produzidos em velocidade acelerada, a cultura requer tempo para amadurecimento qualitativo e concretização de processos. Seus impactos societários demandam prazos mais longos. No enlace política e cultura o equilíbrio é difícil. A gestão cultural não pode desconhecer as temporalidades diferenciadas, mas precisa equacionar e resolver tais dilemas, que perpassam o dia a dia da administração (Rubim, 2019, p.13).

Figura 3 - Relação entre Governança e Gestão.



Fonte: Referencial Básico de Governança (Brasil, 2020, p.17).

O modelo de gestão e de governança foi estruturado pela legalização da ação do Carnaval no Distrito Federal e consolidado a partir do Decreto n.º 44.169 de 26/01/2023, substituto do Decreto n.º 38.019/2017, e que regulamenta a Lei n.º 4.738, de 29/12/2011. O Decreto dispõe o Carnaval como política pública de Estado, com o objetivo de adaptar a legislação à realidade do DF. O objetivo é definir procedimentos para profissionalização e capacitação do segmento; instituir planos e instrumentos para as atividades carnavalescas; disciplinar o Carnaval de rua; promover o cadastramento e o licenciamento para circulação dos blocos. Também, traçar as diretrizes das ações governamentais direcionadas às escolas de samba e as responsabilidades de cada área de atuação dos órgãos do GDF envolvido na execução do plano de ação para o Carnaval.

Entretanto, o caminho percorrido pela legislação, em particular, para a realização da produção do Carnaval, passou por diversas conjunturas até chegar ao reconhecimento que as agremiações da cultura popular exigiam, como legítimas manifestações do período do Carnaval, e tivessem suas apresentações garantidas como uma prática regular da governança dentro do calendário oficial do Distrito Federal. Por outro lado, diversos decretos foram sancionados para o apoio a outros tipos de eventos que não estavam relacionados propriamente com a produção do Carnaval. Muitos deles foram destinados, por exemplo, para apoiar o desenvolvimento de eventos e encontros religiosos anuais realizados durante o período do Carnaval, entre os meses de fevereiro e março (Quadro 15).

Quadro 15 - Legislação com apoio aos eventos religiosos durante o Carnaval.

DISPOSITIVO LEGAL	APOIO A EVENTOS RELIGIOSOS DURANTE O CARNAVAL
Lei Nº 2.817, de 14/11/2001	Institui no Distrito Federal a comemoração do <i>Congresso de Mocidade Evangélica do Centro-Oeste</i> , a ser celebrado no período do Carnaval de cada ano, e passando a constar do calendário oficial de eventos do GDF e no orçamento anual, recursos com a finalidade de apoiar o congresso.
Lei nº 3.200, de 02/10/2003	Inclui no calendário oficial de eventos do Distrito Federal a <i>1ª Convenção Nacional da Igreja Apocalipse Pentecostal - IAP</i> , realizada anualmente nos meses de fevereiro ou março, conforme recair o período carnavalesco. As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
Lei nº 3.243, de 11/12/2003	Inclui no calendário oficial de eventos do Distrito Federal o <i>Congresso das Mulheres Virtuosas</i> , realizada anualmente na semana de Carnaval.
Lei nº 3.305, de 19/01/2004	Inclui no calendário oficial do Distrito Federal o <i>Congresso de Mocidade da Assembleia de Deus do Gama - COMADEG</i> , realizado anualmente no Carnaval na Região Administrativa do Gama - RA II.

Fonte: Diário Oficial do Distrito Federal – resumo elaborado pelo autor.

A partir do ano de 2011, foram estruturados os primeiros passos que efetivaram uma proposta real de modelo de gestão para o Carnaval do DF. A Lei nº 4.738, de 29/12/2011 dá os primeiros passos para o fortalecimento do evento enquanto espaço de apresentação para os grupos carnavalescos, quando garante a realização do Carnaval dentro do calendário oficial, organizado, gerido e apoiado financeiramente pela Secretaria de Cultura do Distrito Federal (Quadro 16).

Quadro 16 - Evolução da Legislação voltada para realização do Carnaval.

Dispositivo Legal	Determinações Direcionadas ao Carnaval
Lei nº 4.738, de 29/12/2011	Dispõem sobre a realização do Carnaval do Distrito Federal, inclusive as manifestações artístico-culturais populares que o compõem, instituído como evento oficial do Distrito Federal, a ser organizado, gerido e apoiado financeiramente pela Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal. O GDF deve proporcionar a infraestrutura, os serviços públicos de apoio e a divulgação necessários à realização do Carnaval e contratação para a realização dos desfiles das escolas de samba, dos blocos de enredo e dos blocos carnavalescos notoriamente tradicionais.
Decreto nº 38.019, de 21/02/2017	Regulamenta a Lei nº 4.738, de 29 de dezembro de 2011, para dispor sobre o Carnaval de Brasília como política pública de Estado.
Lei nº 6.632, de 16/07/2020	Institui o Dia dos Blocos Carnavalescos Tradicionais do DF, a ser comemorado em 2/12 de cada ano.
Decreto nº 41.789, de 10/02/2021	Dispõe sobre a proibição de festas, eventos carnavalescos, bem como blocos de Carnaval em todo o distrito federal, no período de 12 de fevereiro de 2021 a 21 de fevereiro de 2021, para conter o avanço da pandemia causada pelo novo Coronavírus covid-19. Para quem causar fomento, induzir, instigar, auxiliar ou promover qualquer evento ou bloco de Carnaval, estaria sujeito à penalidade de multa.
Decreto Nº 44.169, de 26/01/2023	Regulamenta a Lei nº 4.738, de 29/12/2011 e substitui o Decreto Nº 38.019/2017, que dispõe o Carnaval do DF como política pública de Estado, e delimita as responsabilidades dos órgãos, o planejamento e a realização do evento. Garante a continuidade das ações inseridas na Lei, institucionaliza o programa Escola de Carnaval, lançado em 2021 para a retomada em 2023.

Fonte: Diário Oficial do Distrito Federal – resumo elaborado pelo autor.

6.3. A ESTRUTURAÇÃO DE UM MODELO DE GESTÃO

[...] o argumento de maior peso a favor da administração da cultura pelo Estado: o de que ele é o único ente reconhecido como garante da democracia cultural. Com efeito, ao Estado tem sido dado não só o encargo de preservar o patrimônio e

fomentar a criação como também a responsabilidade de afiançar a liberdade dos indivíduos e grupos de fruir, manifestar e empreender culturalmente. [...] O argumento de que, por terem sido escolhidos democraticamente, os governos administrarão democraticamente, transfere a forma de alcançar o poder para a forma de exercê-lo (Thiry-Cherques, 2013, p. 264).

Por meio da regulamentação, a Secec-DF planeja ações que garantem o projeto de Carnaval, procurando promover a harmonia entre os atores envolvidos na produção das apresentações e atendendo às demandas do setor cultural, que atua como controle social das ações governamentais, para conquistar propostas executáveis concretas. A Secretaria busca estabelecer diretrizes para a ação estatal para realizar o planejamento de toda infraestrutura e logística necessária, propor medidas para a prevenção da violência e, estabelecer diálogo com os blocos carnavalescos, escolas de samba, fanfarras e os moradores das áreas afetadas pelos cortejos e apresentações, entre outras demandas.

O Decreto n.º 44.169/23, por fim, adaptou a legislação à realidade do DF, ao definir procedimentos para capacitação do segmento e instituir planos e instrumentos para as atividades culturais direcionadas às escolas de samba. Nesse contexto, foi criado o Grupo de Trabalho – GT para discutir as ações do Carnaval como uma iniciativa que eleva o nível de organização e segurança das festividades carnavalescas. Esse GT é a representação da comunidade cultural, frente ao planejamento do evento e é responsável para discutir temas que promovem o fortalecimento das identidades, da diversidade e do pluralismo cultural, das manifestações das diferentes regiões do DF. Um exemplo da atuação do GT é a continuidade de ações inseridas anteriormente na Lei, como a que institucionalizou o programa *Escola de Carnaval*, lançado em 2021.

Por meio de chamamento público, a Secec-DF seleciona a Organização da Sociedade Civil (OSC) pelo edital nº 29/2024, para a realização da "*Escola de Carnaval*", firmando uma parceria com a Secretaria. O *Grêmio Recreativo Carnavalesco Cacique do Cruzeiro* foi a OSC selecionada para celebrar termo de colaboração e gerir a escola que teve a finalidade de atuar como mecanismo de disseminação de conhecimento para os gestores das Escolas de Samba do Distrito Federal, seus componentes e comunidades ligadas ao setor. A *Escola de Carnaval* deve promover a continuidade e a valorização das tradições carnavalescas das Escolas de Samba, incentivando a participação comunitária e oferecendo oficinas e produções para capacitar artistas e profissionais do Carnaval, conforme dispõe a Lei.

Também, por meio do Edital n.º 58 de 23/11/2024 que a Secretaria instituiu o Plano de Apoio ao Carnaval do DF, definindo as contratações artísticas, para firmar acordos de patrocínio direto com entidades privada, e a ativação de marcas empresariais durante o

período de Carnaval. O edital prevê a parceria selecionada por meio do certame, que define qual OSC ficará responsável por gerir recursos para a execução dos blocos de rua durante o Carnaval. A instituição escolhida por uma comissão de seleção, composta por cinco membros para avaliar os critérios técnicos estabelecidos pelo edital, foi o Instituto Rosa dos Ventos, que tem como objetivo incentivar e fomentar o projeto do Carnaval de Rua, o DF-Folia 2025.

A Secec-DF estimou recursos para a realização do Carnaval DF-Folia 2025 em torno de R\$ 8,2 milhões, sendo dois milhões de reais previstos na Lei Orçamentária Anual de 2024. A parceria com a OSC é estratégica porque permite descentralizar o Carnaval para as demais regiões do DF, promovendo integração entre as comunidades, valorizando as tradições locais e fomentando a economia criativa, além de difundir a cultura popular ampliando toda a ação para o DF (Agência Brasília, 2024a).

Durante a reunião, Claudio Abrantes anunciou a criação do comitê permanente, para discutir o Carnaval 2025: “A nossa ideia é que esse comitê seja permanente, dure o ano todo, com reuniões quinzenais, e que tenha a participação da sociedade civil, de representantes dos blocos de Carnaval, das escolas de samba, de agentes da cultura carnavalesca e também de órgãos do governo, para podermos, todos juntos, fazer do nosso Carnaval um marco cultural para todo o DF (Agência Brasília, 2024a).

Ainda em março de 2024, o secretário de cultura, *Claudio Abrantes* criou o Comitê Permanente do Carnaval composto por representantes da Secec-DF e representações de blocos carnavalescos, escolas de samba e agentes ligados diretamente ao Carnaval, dividido por categorias que representem os diversos segmentos do Carnaval do DF. O objetivo do Comitê Permanente é discutir as ações e definições dos processos que viabilizam o Carnaval a partir das demandas do setor cultural e dos termos propostos pela formulação do projeto de Carnaval que for apresentado pela Secec-DF. O Comitê é um espaço de fomento e debate para tornar o evento mais representativo e democrático. Sua composição é formada por um total de 12 categorias que representam os segmentos do Carnaval, que está dividida em (Quadro 17):

Quadro 17 - Composição do Comitê Permanente do Carnaval.

ENTIDADES QUE COMPÕEM DO COMITÊ PERMANENTE DO CARNAVAL – SECEC-DF	
▪ Ordem dos Advogados (OAB-DF); ▪ Conselho de Cultura do DF (CCDF); ▪ LGBTQIA+; ▪ Blocos alternativos; ▪ Blocos infantis; ▪ Blocos tradicionais; ▪ Pré e pós-Carnaval;	▪ Regiões Administrativas (RA); ▪ Pessoa com Deficiência (PCD); ▪ Plataformas; ▪ Escolas de Samba; ▪ Mulheres; ▪ Vulneráveis; e ▪ Afro.

Fonte: Dados do site do GDF/Agência Brasília (2024) - resumo elaborado pelo autor.

Todas essas categorias têm um representante titular e um suplente eleito que, após a posse de cada categoria, formou o Comitê Permanente para discutir uma proposta de planejamento para o DF-Folia 2025.

Esse não é um problema do setor cultural, mas uma fatalidade operacional da administração pública. O exercício democrático da gerência governamental enfrenta os embaraços intrínsecos a todo processo condicionado politicamente: a subordinação do funcional e justo ao conveniente e ideológico (Thiry-Cherques, 2013, p.265).

Outra ação prevista pela Secec-DF foi o cadastramento de organizadores dos blocos de rua, que tinha o objetivo de promover a participação dos agentes culturais ligados ao Carnaval e apoiar os blocos de rua, fornecendo recursos, suporte e contribuindo, de maneira significativa para a celebração do Carnaval no DF. O cadastro constitui uma etapa fundamental no processo de seleção dos blocos para obtenção de apoio financeiro às suas atividades durante o período carnavalesco. Este ano, segundo *site* da Secec-DF, foram cadastrados na concorrência do edital do DF-folia 2025 o total de 209 blocos de rua, e no processo foram aprovados apenas 60 blocos. Entretanto, vários blocos carnavalescos recorreram do resultado provisório do edital para o DF-Folia 2025, após sua divulgação em 20 de janeiro de 2025 no *site* oficial. O prazo para recursos encerrou-se com queixas recorrentes sobre a ausência de transparência nos critérios de seleção. Ao final, ficou determinado que o total de blocos selecionados foram 62 blocos de rua e três territórios de folia, conforme Quadro 18, a seguir:

Quadro 18 - Propostas dos Blocos Inscritas para o Projeto “DF-Folia 2025”.

GRUPO DF-FOLIA 2025	QUANTIDADE DE PÚBLICO	VAGAS	INSCRITOS
Blocos Novos ⁶	A definir	10	63
Pequeno	1.000 foliões	15	64
Médio	Entre 1.001 e 5.000 foliões	10	28
Grande	Entre 5.001 e 15.000 foliões	15	26
Super	Entre 15.001 e 30.000 foliões	05	07
Mega	Acima de 30.000 foliões	07	13
Território Folia ⁷	Acima de 50.000 foliões	03	08

Fonte: Edital n.º 58 de 13/11/2024 – Lista de Blocos Cadastrados. Secec-DF (Distrito Federal, 2025a).

Para o projeto DF-Folia 2025, as propostas recebidas dos blocos carnavalescos foram divididas em diferentes categorias, de acordo com o número de foliões que compõe cada bloco. Os recursos foram repassados em duas parcelas: a primeira na assinatura do termo de colaboração e a segunda após a aprovação do plano de trabalho. Em relação às escolas de samba, há de ser considerada uma discrepância dos recursos disponibilizados quando

⁶ Blocos Novos são considerados aqueles blocos inéditos

⁷ Território Folia: Espaço dedicado a apresentações e manifestações culturais carnavalescas programáticas.

comparado aos praticados em anos anteriores, como em 2014, 2023 e 2025 pela gestão. Essa equiparação mostra que, em 2014 foi repassado para as escolas de samba o total de R\$ 9 milhões. Em 2023, o valor diminuiu para R\$ 7 milhões, e agora em 2025, o valor do edital era de R\$ 4,5 milhões, a metade do que foi investido há 11 anos. As escolas de samba tiveram o seu desfile cancelado pela Secec-DF, não recebendo o aporte previsto para 2025, cujo saldo ficou para compor o montante de recursos para o Carnaval 2026.

Os desfiles das escolas de samba estavam previstos para acontecer uma semana antes do Carnaval, conforme planejado com a Secec-DF, porém houve o cancelamento do processo de seleção da instituição que faria a gestão dos recursos junto às agremiações, após a única empresa que participou do chamamento público, a União das Escolas de Samba e Blocos de Enredo do DF (Uniesbe-DF), estar inabilitada por falta da documentação na inscrição, por apresentar o CNPJ ativo com menos de dois anos DF. O último desfile com aporte financeiro da Secec-DF aconteceu em um Carnaval fora de época realizado no mês de junho em 2023. Antes disso, depois de uma longa tradição de desfiles até 2014, o espetáculo passou por um hiato de dez anos, desde então foram interrompidos os desfiles tradicionais.

Decorre que os Estados, condicionados histórica e politicamente, reagem de forma ambígua à responsabilidade democrática. Na prática, a influência da estrutura institucional na administração da cultura encerra um contínuo de possibilidades que vai da liberdade total de empreender ao dirigismo estatal (Thiry-Cherques, 2013, p. 264).

Assim, muitas vezes a intervenção da gestão pública pode ser impositiva e ultrapassar o âmbito da promoção do Carnaval, uma vez que ao determinar o modelo de financiamento através de recursos públicos, interfere nos casos em que determina a Portaria n.º 27, de 09 de fevereiro de 2023: “Os blocos carnavalescos e as escolas de samba que forem contemplados pelo Plano de Apoio ao Carnaval do Distrito Federal poderão negociar patrocínio privado direto ou incentivado com outras entidades privadas, desde que não sejam concorrentes da patrocinadora oficial, se houver”.

A gestão pública é consignatário do espaço público e enquanto poder público determina a ocupação do solo, o horário e data das apresentações, e até a estrutura que deve ser disponibilizada para as apresentações dos grupos carnavalescos. Controla o comércio informal, a segurança e o transporte público. Embora sempre destacadas como fundamentais, as políticas culturais ainda não recebem a devida atenção com paridade equivalente a outras políticas sociais. As articulações entre poder público e grupos carnavalescos permanecem tensas e complexas, apesar de ser essenciais para o êxito do evento. A disputa na arena política e a concentração de poder da gestão pública sobre o financiamento do Carnaval faz

com que os acordos só aconteçam por meio de uma forte articulação política que consiga provocar consensos ou por imposição da própria gestão.

No entanto, para além das questões econômicas, as políticas culturais envolvem outros componentes sociais que são de relevante valor. O fortalecimento das identidades culturais, o sentimento de pertencimento aos territórios e os laços comunitários, deveriam fazer parte como itens importantes de serem considerados na definição da proposta de Carnaval. A participação popular é fator imprescindível para a formulação de políticas públicas para o uso e ocupação dos espaços públicos, por exemplo, porque têm íntima relação com os espaços onde os grupos carnavalescos se apresentam, fazem seus cortejos e pelas representações dos territórios que são identitários para a comunidade do Carnaval.

A próxima seção trata do aprofundamento dos resultados da pesquisa e as análises realizadas dos dados coletados e sistematizados, fazendo a intersecção entre o modelo de gestão para o Carnaval vigente em Brasília e as demandas apontadas pelos setores que foram entrevistados, como maneira de aferir quando os instrumentos de governança cultural influenciam os mecanismos de articulação do Carnaval no que se refere à estruturação e à dinamização da economia criativa no DF e seus efeitos para o desenvolvimento local.

7 MARCOS CONSTITUTIVO DA ECONOMIA CRIATIVA NO CARNAVAL

Brasília já faz parte do circuito de Carnaval nacional com as apresentações culturais consolidadas como os Blocos de Rua tradicionais e alternativos, as fanfarras e as Escolas de Samba entre outras agremiações culturais. A capital federal recebe em sua programação grandes espetáculos em shows de artistas nacionais e locais, entre tantas outras atrações. O Carnaval impulsiona significativamente a economia criativa do Distrito Federal e seu impacto econômico pode ser mensurado por meio de indicadores importantes que apontam o crescimento econômico como o número de turistas, à taxa de ocupação hoteleira durante o Carnaval e o impacto no comércio com bebida, alimentação e transporte.

Além do setor de bens e serviços, existe um intenso dinamismo econômico por trás de outras oportunidades que promove a geração de trabalho e renda vinda da produção imaterial da cadeia criativa do Carnaval. São artistas de diversos segmentos como maquiadores, costureiras, cenógrafos, carpinteiros e escultores, compositores e músicos, sambistas e dançarinos de vários ritmos e de profissionais envolvidos apenas para a produção criativa do Carnaval. Muitas vezes a geração de trabalho e renda se dá pela contratação do trabalho temporário ou contrato de curto prazo ou ainda por uma produção autônoma e também pela representatividade da figura dos trabalhadores informais.

Além disso, existe uma alternativa proposta pela Secretaria de Turismo do DF (Setur) com seu programa chamado de “Coleção Rotas Brasília” que traduz a identidade da cidade e o programa de turismo rural, “Caminhos Rurais de Brasília”, que oferece o turismo campestre e movimentada toda economia na zona rural no período do Carnaval, com significativa taxa de ocupação de hotéis e pousadas em seus roteiros criativos como opção de proporcionar aos visitantes uma experiência longe da agitação carnavalesca.

Em verdade, a gestão da cultura lida com a administração financeira, de pessoal, de espaços, de infraestruturas, de recursos materiais, como qualquer gestão. Mas ela trata, especialmente, da programação das atividades culturais, sob sua direção. Ainda que a curadoria da programação possa ser realizada por terceiros contratados, cabe ao gestor fazer a supervisão da programação selecionada e mesmo participar da escolha dos curadores. Essa singularidade caracteriza a gestão cultural (Rubim, 2019, p. 11).

Entretanto, os setores da iniciativa privada são os principais beneficiados pela exploração do ativo cultural representado pelo Carnaval do Distrito Federal. Em suas

projeções financeiras estão sempre conseguindo superar suas estimativas e seus índices econômicos. A sua faixa de lucros projeta o crescimento mercadológico do setor privado. Não obstante, é um segmento que ainda não se faz muito presente dentro do espectro da gestão e da governança do projeto de Carnaval do DF, muito menos na organização e financiamento do DF-Folia. Talvez seja necessária maior habilidade e articulação do GDF para trazer e incentivar o setor privado a investir no Carnaval do DF de forma mais contundente.

7.1. INVESTIMENTOS PÚBLICOS E A ARRECADAÇÃO FISCAL DE ATIVIDADES DO TURISMO

O cenário evidencia a necessidade de aprimoramento da Secec-DF para o seu modelo de planejamento de ações para o Carnaval. Buscar a garantia de recursos orçamentários maiores que são necessários para a promoção do evento, adequando às demandas do setor cultural, com intuito de potencializar a convergência entre cultura, economia e políticas públicas para consolidar a efetivação do Carnaval. Todavia, na atual conjuntura, segundo dados da própria Secec-DF, os investimentos diretos do GDF para as atividades carnavalescas passam por todo um processo de articulação política para a definição da dotação orçamentária e do modelo a ser adotado para o fomento das agremiações carnavalescas, seja por via de edital, seja recursos direto ou ainda via FAC, LIC entre outras formas, modelo que gera incertezas por ter variado ao longo dos anos, conforme demonstra o Quadro 19 e Gráfico 1, a seguir:

Quadro 19 - Investimentos no Carnaval pela Secec-DF.

(continua)

ANO	VALOR (MILHÕES REAIS)	DESCRIÇÃO DOS APORTES/INVESTIMENTOS
2026	R\$ 10 milhões	Previsão para 2026, por chamamento público destina a coordenação do recurso por parcerias com OSC para fortalecer Carnaval popular no DF
2025	R\$ 8,2 milhões	O recurso de 2 milhões pela Lei Orçamentária Anual de 2024, para apoio de 62 blocos de rua. O repasse para as escolas de samba não saiu, foi cancelado.
2024	R\$ 6,3 milhões	Inicialmente o recurso determinado para a expectativa de público de 1,7 milhões, e apoio para 56 blocos de rua. Não teve o repasse para as escolas de samba.
2023	R\$ 10 milhões	Retomada da pandemia de Covid-19. O aporte foi 5 milhões do Fundo de Apoio à Cultura (FAC-DF), mais 2,8 milhões vindo de emendas parlamentares, e apoio para 34 blocos O repasse das escolas de samba de 7 milhões
2022	R\$ 11 milhões	O Carnaval foi oficialmente cancelado por causa da pandemia da Covid-19, mas teve o aporte, incluindo 3,45 milhões via edital para atividades permanentes e 1,5 milhão para capacitação na Escola de Carnaval.
2021	R\$ 3,95 milhões	O Carnaval foi cancelado, mas o aporte para atividades de apoio às entidades culturais carnavalescas permanentes, com foco na manutenção das tradições, mas não para a realização da festa de rua em si, mas para ações virtuais, por <i>lives</i> e eventos online.

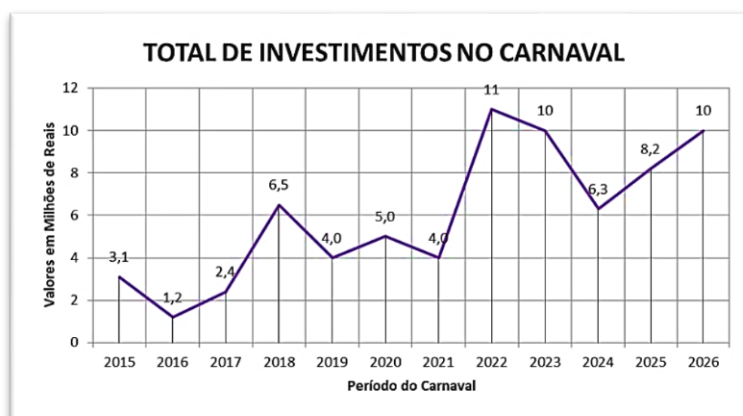
Quadro 19 – Investimentos no Carnaval pela Secec – DF.

(conclusão)

ANO	VALOR (MILHÕES REAIS)	DESCRIÇÃO DOS APORTES/INVESTIMENTOS
2020	R\$ 5 milhões	O Carnaval teve recursos provenientes FAC-DF.
2019	R\$ 4 milhões	Com a criação da Secec, o repasse foi direto para os projetos dos blocos por chamamento público, sendo este o último Carnaval antes da Covid-19, com o repasse dos recursos financeiros diretamente aos projetos aprovados por edital.
2018	R\$ 6,5 milhões	O Carnaval teve 5,0 milhões recursos diretos e mais R\$ 1,45 milhões patrocinados pela AMBEV.
2017	R\$ 1,5 milhões	A Secult-DF investiu R\$ 880,8 mil por recursos diretos, e 47 blocos receberam recursos da Lei de Incentivo à Cultura (LIC).
2016	R\$ 1,2 milhões	A Secult-DF investiu milhões de reais com recursos da LIC para fomento dos blocos de rua. As escolas de samba ficaram sem apoio financeiro direto.
2015	R\$ 3,1 milhões	Os recursos para o Carnaval desse ano foi para custear a infraestrutura e os profissionais que daria suporte aos desfiles e cortejos, mas o GDF anunciou o cancelamento dos desfiles das escolas de samba devido à falta de verbas. Foi o ano que passou a contar com recursos financeiros e apoio do GDF para infraestrutura com a organização da Secult

Fonte: Dados do site da Secec-DF⁸ - resumo elaborado pelo autor.

Gráfico 1 - Investimentos no Carnaval do Distrito Federal.



Fonte: Dados do site da Secec-DF- resumo elaborado pelo autor.

Evidentemente, percebe-se que a variação de investimento para os dias de folia na capital federal cresceu, considerando a evolução do incremento do Carnaval de 2024, que foi de 6,3 milhões, para 8,2 milhões em 2025. Esses recursos podem estimular ainda mais a cadeia produtiva das atividades criativas e setores da economia do carnaval como a confecção de figurinos, o aluguel de equipamentos e o marketing cultural, considerando que esses recursos financeiros têm garantido uma grande movimentação econômica quando aplicados na execução do projeto DF-Folia.

⁸ Levantamento de dados realizado no site da Secretaria de Cultura. Disponível em: <https://www.cultura.df.gov.br/>.

De acordo com publicação da Revista do Sistema Fecomércio-DF (Fecomércio, Sesc, Senac e Instituto Fecomércio), o artigo "Carnaval Cresce e Impulsiona a Economia do Distrito Federal" (Neto; Lurya, 2025) resume um panorama de dados sobre a movimentação econômica projetada pela CNC que diz: em 2015, o Carnaval do Distrito Federal alcançou seu recorde histórico de impacto econômico, registrando uma movimentação de 322,6 milhões. No entanto a projeção para o ano de 2025 prometeu um efeito similar, com uma estimativa de 320 milhões em atividades turísticas, atraindo mais de 1,7 milhão de foliões ao longo de quatro dias de festejos. Essa é uma projeção que representa crescimento de 1,5% em relação a 2024, evidenciando a resiliência do evento como vetor de desenvolvimento local no setor de comércio, serviços e turismo. Tais dados reforçam a relevância do carnaval brasiliense na economia cultural do Distrito Federal.

A distinção dos investimentos governamentais que fomentam blocos e infraestrutura no Carnaval gerou impacto por meio do turismo, do consumo de bens e serviços, e na geração de empregos temporários com cerca de 850 vagas em 2025, um aumento de quase 12% em relação a 2024, isso sem falar dos milhares de postos de trabalho informais diretos e indiretos. No ranking das dez unidades da Federação com maior faturamento, o Distrito Federal ficou em nono lugar, à frente de Goiás, Ceará e Espírito Santo, por exemplo. Segundo uma pesquisa dos dados internos da plataforma *Airbnb* (2024)⁹, a capital federal está entre os 25 destinos globais em alta para o período, conforme a lista elaborada com base no aumento das buscas por viagens em comparação com o ano anterior, e conta os variados perfis de turistas. Brasília, de acordo com o estudo, ganha destaque com um aumento significativo de buscas na plataforma.

O setor de eventos também foi positivamente impactado com a produção do Carnaval. Segundo dados da Setur-DF, durante o mês de março de 2025, no período do Carnaval, teve uma arrecadação de impostos expressiva com atividades do turismo no setor de diversão de cerca de 3,2 milhões. São resultados de apresentações de diversas atrações locais e nacionais e de festas organizadas por produtores locais, que comprova o Carnaval como vetor da economia criativa bastante consolidada na região. O evento atrai moradores do entorno do DF, e muitos turistas que vem para a folia aquecer toda essa cadeia produtiva de eventos, dos

⁹ Com base em dados internos do *Airbnb* (2024) sobre buscas em alta para viagens em grupo (3 ou mais adultos), em dupla e em família, realizadas entre o primeiro e o terceiro trimestre de 2024 para check-ins em 2025, em comparação com buscas feitas no mesmo período de 2023 para check-ins em 2024.

cortejos dos blocos de rua, desfiles das escolas de samba, da gastronomia, do artesanato e da produção cultural que gera grande impacto na economia local.

O Instituto Fecomércio-DF aponta, no artigo da sua revista, que o Carnaval de 2025 realmente movimentou a economia do DF com as expectativas de vendas do comércio positivas (Neto; Lurya, 2025). Entre os empresários entrevistados pelo Instituto, 58% projetaram vendas superiores às de 2024. Um dos setores com destaque foi o de transportes privados de passageiros, onde 74% dos motoristas registraram aumento no número de corridas durante o feriado, evidenciando a intensa circulação de foliões. As projeções de crescimento a partir das estimativas dos lojistas variaram. Entretanto, 43% dos lojistas disseram que teriam um aumento entre 10 e 20%, o que indica bons índices de crescimento. Além disso, da expectativa de vendas, 72% dos lojistas consideraram que seus estoques estavam com quantidade adequada de produtos para atender à demanda carnavalesca. Esses dados consolida o Carnaval como um evento cada vez mais relevante para a economia criativa da capital federal (Neto; Lurya, 2025).

Efetivamente, a participação de diversos trabalhadores e fornecedores nessa cadeia produtiva são fundamentais para fazer o Carnaval acontecer. Além daqueles ligados ao planejamento estratégico, da captação de recursos e da publicidade e propaganda, também os da cenografia, da limpeza, da gastronomia, dos bares, da sonorização, dos banheiros químicos e da infraestrutura elétrica, setores que demanda investimentos específicos para a obtenção de mão-de-obra qualificada para atuar no setor. As vendas crescem desde a semana que antecede o feriado (pré-Carnaval), quando praticamente 60% a 80% das vendas do mês acontecem. E assim, as oportunidades se ampliam de forma organizada para os vendedores ambulantes e cerca de 1,5 mil microempreendedores e pequenos empresários que têm a possibilidade de adquirir produtos no varejo e atacado para realizar a revenda dos produtos em locais estruturados atendendo às necessidades dos foliões. Consequentemente, toda essa produção e comercialização de bens e serviços fortalece diretamente a arrecadação de impostos para governo (Neto; Lurya, 2025).

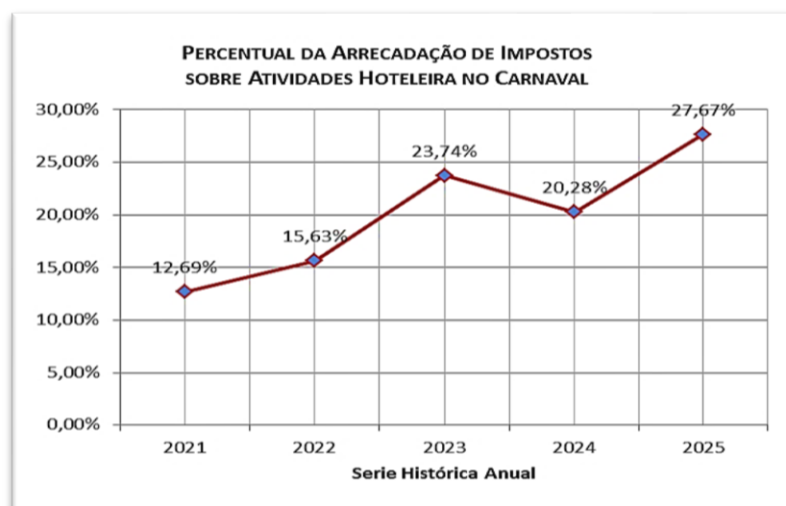
Os valores arrecadados de impostos sobre atividades do turismo, hotelaria e diversões durante o Carnaval, conforme dados da Setur-DF, tem percorrido uma curva ascendente desde 2021 com o total de R\$ 2.083.836,42, e chega em 2025 com o resultado de R\$ 6.921.441,98, e um incremento de 69,9% demonstrando o crescimento em atividades econômicas no setor (Quadro 20 e Gráfico 2).

Quadro 20 - Arrecadação de Impostos de Atividades do Turismo no Carnaval.

Referência		Atividades Econômicas				Total
Ano	Mês	Turismo	Hotelaria	%	Diversões	
2021	Fev	748.720,83	1.119.830,41	12,69	215.285,18	2.083.836,42
2022	Mar	1.173.419,21	1.379.917,18	15,63	400.263,10	2.953.599,49
2023	Fev	1.358.113,53	2.095.531,42	23,74	586.255,07	4.039.900,02
2024	Fev	1.369.199,51	1.789.788,52	20,28	955.126,13	4.114.114,16
2025	Mar	1.184.231,20	2.442.400,51	27,67	3.294.810,27	6.921.441,98

Fonte: Dados fornecidos pela Setur-DF (Distrito Federal, 2025b).

Gráfico 2 - Arrecadação de impostos no Carnaval do Distrito Federal.



Fonte: Dados fornecidos pela Setur-DF (Distrito Federal, 2025b)

Historicamente, a arrecadação de impostos com atividades do turismo no DF demonstra toda potencialidade do Carnaval candango para o desenvolvimento e crescimento da economia criativa durante o Carnaval. Esse grande potencial de arrecadação de impostos, de geração de trabalho e renda, e a produção de bens e serviços aquecida por meio da economia criativa, demonstra a necessidade de se investir ainda mais na gestão, estratégia e planejamento desse motor gerador de desenvolvimento econômico, social e artístico.

Analisando a série histórica só da arrecadação com as atividades econômicas referentes à hotelaria no DF no período do Carnaval, pode ser observado que também houve um crescente incremento desde 2021. Porém, focando atenção na relação entre o Carnaval de 2024 para o de 2025, o crescimento foi expressivo chegando a 7,39%, o que representa uma boa resposta para a taxa de ocupação hoteleira no DF. A arrecadação de impostos do turismo no Carnaval está diretamente ligada à taxa de ocupação hoteleira, uma vez que quanto maior a ocupação dos hotéis, maior o consumo de serviços turísticos (alimentação, transporte, lazer), o que amplia a base de arrecadação de impostos como o ISS.

De modo geral, a criação de formas institucionalizadas de poder político na Antiguidade teve como consequências a criação de impostos, um embrião de governo, a mobilização de recursos para financiar as guerras, o abastecimento de

produtos de primeira necessidade, a construção de cidades, o controle das populações. A estabilização das formas de governo decorre do conjunto de ações para dirigir e regular as respectivas sociedades (Lascoumes; Le Galès, 2012a, p.35).

Os investimentos em recursos humanos e financeiros para a execução dos planos de ações estratégicas que vão gerir o Carnaval também movimentam a economia local por meio da organização da infraestrutura necessária para as apresentações artísticas, da disponibilização de um plano de segurança para o evento, além da contratação de atrações culturais garantidos pelos editais de fomento à cultura que beneficia a realização do evento. Os dados apresentados a seguir (Quadro 21) mostram o desenvolvimento econômico e as grandes movimentações na economia no turismo e no setor de diversões que garante o crescimento da arrecadação fiscal para o GDF, conforme afere os dados apresentados pelo Instituto Fecomércio-DF (Neto; Lurya, 2025):

Quadro 21 - Dados da Fecomércio sobre a Economia no DF.

74% dos motoristas	Registraram aumento no número de corridas durante o feriado, evidenciando a intensa circulação de foliões.
No comércio,	58% dos empresários projetaram vendas superiores às de 2024. 22% anteciparam queda no faturamento e 20% estabilidade em relação a 2024.
Projeção de crescimento	43% teriam um aumento entre 10 e 20%. Na sequência, 40% previram um avanço modesto, de até 10%, e 15% dos lojistas entre 20 e 30%.
Transporte	74% dos motoristas registraram aumento no número de corridas durante o feriado, evidenciando a intensa circulação de foliões.
Estoques para atender à demanda do Carnaval	72% dos lojistas consideravam com quantidade de produtos adequada. 16% com estoques acima do necessário, e 12%, seriam insuficientes.
Estreia do programa “Vai de Graça” do GDF - tarifa zero no transporte público	A novidade impulsionou o comércio, o turismo e garantiu maior acessibilidade às festas, e movimento intenso nas ruas e nos transportes coletivos. Durante os quatro dias principais de folia, os ônibus e o metrô registraram mais de 2,5 milhões de acessos, um aumento de 46,5% em relação a 2024.

Fonte: Revista do Sistema Fecomércio-DF (Neto; Rocha, 2025).

Entretanto, o registro da evolução da ocupação hoteleira durante o Carnaval também pode ser aferido pelos dados divulgados pela *HotelInvest* (Caselli, 2025). Uma empresa de referência em assessoria de investimento hoteleiro que atua no Brasil e na América do Sul em três áreas: Consultoria Hoteleira, *Hotel Asset Management* e Fundo de Investimento Hoteleiro. O núcleo de Consultoria é responsável pela elaboração de estudos de mercado, “*valuation*”, análises de viabilidade econômico-financeira, reposicionamento de hotéis existentes, entre outros estudos estratégicos. Recentemente junto a STR Global, empresa líder mundial em levantamento de dados de desempenho hoteleiro, firmaram uma aliança estratégica para a América do Sul.

Com o apoio do FOHB (Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil), a *HotelInvest* apresenta a prévia trimestral do Panorama da Hotelaria Brasileira, com foco no desempenho para o 1º e o 2º semestre de 2025, permitindo comparações históricas dos últimos seis anos,

com médias móveis de 12 meses da taxa de ocupação e da diária para cada uma das capitais analisadas (Caselli, 2025).

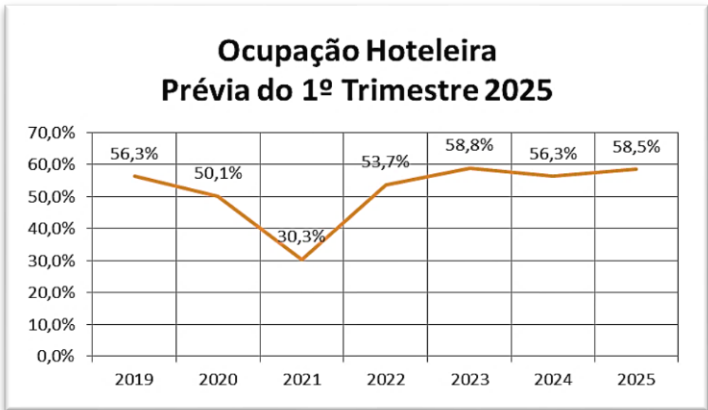
O estudo contempla 198 hotéis em 10 capitais (Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo). A partir do Panorama apresentado pelo *HotelInvest* no desempenho do 1º trimestre, se pode chegar a mais uma avaliação sobre a ocupação hoteleira de Brasília, cuja média dos últimos sete anos é de 52,9% no período, conforme os resultados a seguir (Quadro 22 e Gráfico 3):

Quadro 22 - Ocupação Hoteleira de Brasília – Prévia do 1º Trimestre 2025

Ano	Percentual do Trimestre
2019	56,3%
2020	50,1%
2021	30,3%
2022	53,7%
2023	58,8%
2024	56,3%
2025	58,5%

Fonte: Caselli, 2025.

Gráfico 3 - Ocupação Hoteleira de Brasília 1º Trimestre 2025.



Fonte: Caselli, 2025.

Os dados apresentados tratam da série referente ao primeiro trimestre da ocupação hoteleira de Brasília entre 2019 e 2025, e inclui na avaliação o período carnavalesco especificamente. Os percentuais divulgados pelo *HotelInvest* (Caselli, 2025) demonstra uma série histórica que pode ser considerada como consolidada, que mostra a evolução da

ocupação com a manutenção de percentuais sempre na média e uma queda apenas no período da pandemia do Covid-19. Por outro lado, segundo a Embratur (2025), das 10 Unidades Federativas (UF) com mais reservas por viajante aéreos nacionais para o Carnaval 2025¹⁰, o DF está em 7º lugar com 4,4% das reservas, sendo uma das Unidades Federativas mais buscadas por passageiros aéreos internacionais para o Carnaval 2025¹¹, ficando em 9º lugar com 57,97%.

O aprofundamento do estudo sobre o Carnaval na economia criativa se dá pelo o entendimento sobre o comportamento da movimentação de recursos e o compromisso da gestão pública na promoção do evento, pela aplicação da legislação para atender as demandas naturais da produção cultural e, como consequência, a aferição de uma maior eficácia no incremento econômico promovida pela incidência das políticas culturais na economia criativa garantida pela ampliação das ações públicas. Neste contexto, se faz necessário observar que os avanços da política praticada pelo GDF na organização do Carnaval de Brasília, os seus aspectos legais e pontos críticos que interferem na ampliação do desenvolvimento econômico, social e cultural pode desempenhar um papel positivo quando há uma sinergia entre a ação pública e as manifestações culturais. Para esse estudo acontecer é fundamental investir na escuta dos agentes culturais, entidades formais vinculadas à cultura carnavalesca e a iniciativa privada acerca do modelo de governança que foi desenhado, definido e implementado atualmente pela Secec-DF e que define os critérios para a efetivação para a produção do evento.

7.2. A INFRAESTRUTURA, OS SERVIÇOS PÚBLICOS DE APOIO E A DIVULGAÇÃO

A gestão pública financia as apresentações artísticas, os cortejos dos Blocos de Rua e os desfiles Escolas de Samba entre outras apresentações e atrações artísticas. A evolução do evento ganha grandes proporções a cada ano, que requer maiores investimentos, melhor planejamento das ações públicas, além de uma articulação política e a pactuação entre gestores, órgãos públicos e comunidade cultural, em um trabalho sistêmico. Para garantir a mobilização de recursos é necessário maior comprometimento do poder público na busca de dotações orçamentárias que abarque as despesas da produção e a pactuação das demandas do

¹⁰ Chegadas entre 23/2/25 e 1/2/25, com permanência de 5 a 8 noites, comparadas com 4/2/24 a 10/2/24.

¹¹ Chegadas entre 23/2/25 e 1/2/25, com permanência de 5 a 8 noites, comparadas com 4/2/24 a 10/2/24. O desembarque em uma UF não reflete, necessariamente, a permanência do passageiro na UF.

setor cultural, a fim de organizar, coordenar e executar o projeto DF-Folia e garantir a transformação e consolidação da produção em um evento de grande porte.

“[...] trabalhar a parte da questão orçamentária, a questão dos recursos, sempre tem um peso muito grande dentro das linhas que a gente vai adotar. E o de 2025, a gente queria efetivamente ter um ganho para além da correção de índices” (Entrevistado G1¹², 2025)

No contexto da Lei nº 4.738, de 29/12/2011, que determina a responsabilidade da gestão pública em proporcionar a infraestrutura, os serviços públicos de apoio e a divulgação para a realização do Carnaval, instituindo o evento oficial do Distrito Federal, é fundamental acertar a dinâmica de financiamento setor artístico-cultural para a efetivação dos contratos e garantir o acesso aos recursos públicos. A OSC selecionada pela gestão colabora com órgãos públicos competentes na organização e administração das normas e regras de funcionamento, respeitando as determinações oficiais para o Carnaval. É de sua responsabilidade o total de propostas enviadas à seleção do edital da Secec-DF, resultado da escolha dos 62 blocos e três territórios para o projeto DF-Folia 2025, distribuídos conforme o porte de público e a capacidade de mobilização de foliões (Quadro 23):

Quadro 23 - Categorias dos Blocos de Rua Selecionados pelo Edital da Secec-DF.

PORTE DOS BLOCOS	NÚMERO DE FOLIÕES	NÚMERO SELECIONADOS
Blocos Novos	até mil foliões	10 blocos
Blocos Pequenos	até mil foliões	15 proponentes
Blocos Médios	até 5 mil foliões	10 agremiações
Blocos de Grande Público	até 15 mil foliões	15 grupos
Super Blocos	até 30 mil foliões	5 selecionados
Mega Blocos	acima de 30 mil foliões	7 blocos
Territórios	acima de 50 mil foliões	3 territórios

Fonte: Site da Secretaria de Cultura e Economia Criativa (Distrito Federal, 2025a).

Segundo a OSC, além da ação junto aos blocos de rua, fazia parte de suas atribuições realizarem o processo de articulação com as demais instâncias governamentais que garante a segurança, o transporte e a acessibilidade para o Carnaval de rua 2025, no período que se iniciou em 15 de fevereiro, com o pré-Carnaval, e encerrou em 15 de março, no pós-Carnaval. O Instituto Rosa dos Ventos reconhece a necessidade de melhoria dos processos de articulação e comunicação com os parceiros governamentais, para garantir uma maior compreensão do tamanho que representa o Carnaval do DF e suas manifestações culturais. O Carnaval do DF não é apenas incremento econômico, mas expressão maior da cultural local. Compreender a potência cultural desse evento é essencial para que as instâncias governamentais — responsáveis por processos burocráticos legais e emissão de alvarás —

¹² Entrevista concedida pelo representante do grupo G1 (gestão pública) em 16/10/2025, em Brasília, DF.

priorizem mecanismos que ampliem a agilidade desses trâmites para viabilizar a programação cultural, oferecendo oportunidades aos artistas e às agremiações, garantindo diversidade para o grande público e assegurando infraestrutura adequada aos Blocos de Rua em diversos territórios do GDF. A OSC colabora com os órgãos governamentais, mas também assume o compromisso com a comunidade carnavalesca para a realização do evento, deixando a cargo da Secec-DF a responsabilidade pela comunicação.

Segundo o presidente da Liga dos Blocos Tradicionais, a OSC sabe qual a sua responsabilidade na gestão de 65 “eventos” do Carnaval: “Não é bloco, é evento. Onde ela tinha que fazer a prestação de conta dos 65 eventos” (Entrevistado C1, 2025). A análise do ponto de vista das competências do Instituto Rosa dos Ventos, aponta o desafio da eficácia dessa gestão por parte da entidade, que teve sua atuação criticada pelo segmento cultural pelo entendimento das apresentações das agremiações como um evento a ser prestado contas e não como manifestação cultural do Carnaval. E também pelos atrasos nos pagamentos aos produtores culturais, como foi pactuado em contrato, e que gerou muita insatisfação do setor carnavalesco. A Liga dos Blocos Tradicionais questionou o repasse dos recursos com tamanho atraso.

“Tinha Blocos que era sua primeira vez no edital. Como é que ela vai pegar e entregar o dinheiro para essa pessoa? Se ela entrega e a pessoa não faz, tem que devolver. E aí o que fez? Fez para todo mundo, só pagou depois. Nós fizemos Carnaval fiado para ela. Ela não filtrou. A Liga fez um empréstimo de 150 mil no banco e pagamos 18 mil de juros. E pagamos pouco, porque na hora que saiu o recurso a gente pagou o empréstimo. Quando eu falei, você está fazendo isso com a Liga que é organizada?” (Entrevistado C1, 2025)¹³.

O Carnaval 2025 teve um total de 62 blocos e três territórios – seis blocos a mais que no ano de 2024. Os recursos para o evento passaram de R\$ 6,3 milhões em 2024 para R\$ 8,2 milhões de apoio governamental para o Carnaval de 2025, um aumento de 23,2% de investimentos, com os editais de seleção para a disponibilização de infraestrutura, como palco e equipamentos de som e o repasse de recursos para o pagamento de cachês.

Segundo a Secec-DF, em 2024 o público foi estimado entre 1,7 milhão de pessoas. Para o Carnaval de 2025 a estimativa foi de cerca de dois milhões de pessoas no Distrito Federal¹⁴. Com esses dados é possível visualizar o crescimento na participação dos foliões e turistas no Carnaval de Brasília, bem como dos investimentos governamentais na produção do evento para o ano de 2025 (Quadro 24).

¹³ Entrevista concedida pelo representante do grupo C1 (Carnavalesco) em 20/09/2025, em Brasília, DF

¹⁴ Entrevista concedida pelo representante do grupo G1 (gestão pública) em 16/10/2025, em Brasília, DF

Quadro 24 - Resultado Definitivo da Seleção dos Blocos DF-Folia 2025.

BLOCOS NOVOS	BLOCOS DE GRANDE PÚBLICO
Bloco Samba Flores	Bloco Baile da Piki
Bloco Praga de Baiano – A Bahia é aqui!	Bloco Ventoinha de Canudo
Carnaflash	Bloco Galo Cego
Ressaca STZ, Não Acaba Nem Quando Termina	Bloco Groove do Bem 2025
Bloco do Pretinho	Carnaval Urgente 2025
Bloco T.HC (Techno, house e Carnaval)	Rebu, o Bloco
Bloco do Pelintra	Bloco de pré-Carnaval Maria Vai Casoutras
Bloco de Carnaval: Sublimação	Bloco Agoniza, Mas Não Morre
Bloco Pagodão Delas	Bloco Mamata Difícil
Espreme a pitanga – O bloco de choro do DF	Bloco na Batida do Morro
	Bloco Vamos Fullgil
BLOCOS PEQUENOS	Concentra Mas Não Sai
Bloco Infantil Carnapati	Bloco da Toca.
Suvaquinho da Asa	Carnaval Bloco Menino de Ceilândia
Bloco Trem das Cores	Bloco as Leis de Gaga
Bloco das 11	
Carnaflow	
Vassourinhas de Brasília	SUPER BLOCOS
Bloco Brilho Cor & Som	Aparelhinho
Bloco Carnaval Delas	Bloco Mamãe Taguá
Bloco Calango Alternativo	Bloco Pacotão 2025
Bloco Manga Botânica	Bloco Àsé Dúdú
Leds Bora	Bloco da Tesourinha
Bloco Bafo de Cana	
Bloco Guardiões do Samba	
Carnasarau	MEGA BLOCOS
Bloco Deficiente é a Mãe	Bloco dos Raparigueiros 2025
	Bloco Suvaco da Asa
BLOCOS MÉDIOS	Bloco Baratona 2025
Brincantes do Gama	Grêmio Rec.da Expressão Nordestina Galinho de Brasília
Bloco Vem Kem Ker	Bloco das Montadas
Bloco Sustentável do Patubatê	Bloco do Amor
System Safadown – ano 5	Bloco das Divinas Tetras
Bloco da Cabeça do Pimpolho	
Charretinha + Tropicaos	
Vai com as Profanas	TERRITÓRIO DO DF FOLIA:
Bloco Bora Coisar	Gran folia 2025/ Território Folia
Bloco Desmaiô	Plataforma da Diversidade
Carnafamilia	Setor Carnavalesco Sul

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da Secec-DF.

Cultura e economia criativa se apoiam em processos de transformação da realidade. Para transformar a realidade é preciso, antes de mais nada, conhecê-la. Os números expressam essa figura de fundo, mostram a distância a que se está do objetivo e permitem balizar a eficácia das ações e políticas públicas para transformar o quadro ideal em real (Reis, 2008, p.129).

As fanfarras, segundo o representante do Distrito Carnaval¹⁵ são grupos independentes que existem sem o apoio financeiro da gestão pública, e perfazem suas apresentações, não necessariamente, sem divulgar para os órgãos competentes do GDF a sua localização para as

¹⁵ Entrevista concedida pelo Representante do Grupo C2, em 15/10/2025, em Brasília, DF.

apresentações. Fazem a ocupação do espaço público como território por serem gratuitas e, de alguma forma, tentar ser democráticas como um princípio. A única fanfarra que saiu no Carnaval nos últimos anos com o financiamento público foi a *Tropicaos* em conjunto com a *Charretinha na Vila Planalto*. Nenhuma outra tem como fonte de financiamento alguma das linhas do estado, via secretaria ou outra fonte direta ou indireta. Porém, as fanfarras também podem ser convidadas como grupos artísticos e não só como organizadores ou produtores do seu próprio Carnaval. E quando é praticado o pagamento de cachês dessas apresentações, geralmente são revertidos para o pagamento dos custos da fanfarra com despesas dos Carnavais que eles vão organizar, como forma de financiamento. Enquanto grupos musicais podem participar de uma tocata numa plataforma (território), num bloco alternativo ou até mesmo num bloco tradicional, às vezes com ou sem cachê, vai depender do acordado, e se aquele grupo decidir que é interessante participar daquele evento.

“É um grupo formado por músicos de percussão, músicos de sopro, isso como principais. E pode ser formada também por uma trupe, que é uma parte mais lúdica de dança circense, e algumas vezes também uma alegoria, objetos cênicos para compor esse cortejo, essa saída de Carnaval” (Entrevistado C2, 2025).

Inicialmente, o Comitê de Cultura era uma rede para conectar artistas, produtores e coletivos culturais do DF. Foi criado para atuar como braço do Programa Nacional de Comitês de Cultura do Ministério da Cultura, para fortalecer a participação social e democratizar o acesso às políticas culturais, por meio da formação, divulgação e apoio na elaboração de projetos. Tinha como objetivo conectar o centro às periferias e áreas rurais e o mapeamento de agentes culturais para ampliar a diversidade e o acesso à cultura. Segundo um dos seus representantes¹⁶, “o que a gente tem hoje é uma frente chamada de Frente Ampla em Defesa do Carnaval de Rua que traz tanto os blocos que está há 15, 20 anos no Carnaval, quanto os blocos novos que surgem e vamos construindo essa militância carnavalesca”. É um movimento que reúne músicos, ambulantes, representantes de blocos e foliões do DF para se posicionar contra as medidas do GDF que possam representar uma ameaça à realização do Carnaval de rua. Como grupo, apoia o fomento da economia criativa e tem incentivado a participação dos grupos culturais nos editais de fomento, principalmente do DF-Folia. É um importante espaço de articulação e luta que discute pautas importantes como o modelo de fomento da cultura, a importância dos territórios para as manifestações culturais e a preservação suas identidades.

¹⁶ Entrevista concedida pelo Representante do Grupo C3 em 16/10/2025, em Brasília, DF.

Secretaria também criou o Comitê Permanente do Carnaval composto por representantes da Secec-DF e da sociedade civil organizada, que diferente da Frente Ampla, é um Grupo de Trabalho não institucionalizado, criado para instaurar um processo de escuta sobre o Carnaval. Segundo o representante da Frente Ampla¹⁷, “foi uma tentativa de articulação da Secretaria com o setor cultural, mas a dificuldade é muito grande de se fazer que esses atores e atrizes se reunissem e que entrassem em consenso”.

“Existe uma miscelânea na comunidade carnavalesca do DF com muitos conflitos. Quando chega para dialogar com o Estado ou o Governo Federal ou mesmo a Secretária de Cultura ou ainda com qualquer outro espaço que for, e tiver muitos conflitos, o interlocutor perde um pouco. É o processo de respeito mesmo. É quase como se ele tivesse se instaurado, mas ali percebe que não sai muita coisa, então a Secretaria vai e faz do jeito que quer. Por quê? Porque ela tem uma dificuldade de construir consensos. Eu acho que hoje a grande dificuldade do Carnaval de Brasília é construir consensos.” (Entrevistado C3, 2025)

7.3. OS TERRITÓRIOS E SUAS IDENTIDADES CULTURAIS

Ao entender os cenários que ultrapassam os limites dos territórios e identidades culturais, e permitir vislumbrar a importância do Carnaval como fenômeno que acontece por meio de uma simbiose das identidades culturais e com seus territórios, a gestão pública precisa vislumbrar que a natureza do evento vai além da mera festividade. Esta reflexão oferece uma ampla dimensão do que é fundamental para a plataforma de promoção das potencialidades econômicas, a partir de uma compreensão maior, considera que valores e crenças que mobilizam as conjunturas presentes nas representações sociais da comunidade cultural, resultam em um modelo pulsante de desenvolvimento da economia criativa.

“A Secretaria de Cultura entende e defende o território carnavalesco. Um bloco surgiu em tal lugar, tem a tradição de sair do ambiente, defende essa. Porém, outros órgãos de controle, outras secretarias do governo, têm outra visão. que envolve segurança pública, que envolve comodidade, as leis de silêncio, alvarás, enfim. Hoje a gente tem 22 linhas de desafios que são para dentro do próprio governo, de fazer esse convencimento da potência do Carnaval, não só da potência como vetor econômico, mas também da potência do ponto de vista da tradição, e aí manter os territórios é algo muito complexo.” (Entrevistado G1, 2025).

“[...] é a questão da tradicionalidade mesmo, que nós temos enfrentado muita resistência nas quadras, nas avenidas. Por Brasília ser uma cidade nova, contemporânea, moderna, a Secretaria de Segurança Pública tem o desejo que tem conseguido, mediante do poder que tem, de centralizar o Carnaval numa caixinha, que é ali a parte central da cidade. Só que eles sabem que ali não é um local de movimento carnavalesco”. (Entrevistado C1, 2025).

¹⁷ Entrevista concedida pelo Representante do Grupo C3 em 16/10/2025, em Brasília, DF.

Segundo o representante da Frente Ampla¹⁸, “seria interessante viabilizar os territórios, não só do povo da economia criativa, mas também do campo da tradição. Quando a gente fala de Carnaval, a gente tem que falar de território”. O setor cultural sente muito o distanciamento do seu território cultural por uma imposição do modelo de gestão do Carnaval pelo GDF, uma vez que é nesse espaço identitário que se estabelece o vínculo afetivo com a comunidade e que se garante a preservação e continuidade da matriz das manifestações culturais e sua tradição.

Mas falar de território e de vínculo comunitário é preciso entender que há uma ligação visceral entre o cuidar e o fazer, porque tem muita coisa para se realizar durante o Carnaval durante o ano inteiro. A Frente Ampla¹⁹ explica que *“a gente perdeu muito com o modelo, mas a gente tenta. Passa muito mais pelo processo de como a gente pensa, muito mais como é que a gente vai financiar, do que como que nós vamos incentivar o fazer Carnaval durante o ano inteiro”*. E os recursos financeiros, que são necessários, deveriam vir do Estado e do empresariado, mas também pode ser recurso comunitário.

“Então você tem muita, muita coisa, nos carnavais... é a feijoada, é a festa, é o que aqui a gente não tem. A gente tem o modelo do Estado, e se espera muito do Estado, mas espera pouco da iniciativa privada. O Estado é só um agente, e tem outros. Aqui em Brasília a gente lança mão só de um”. (Entrevistado C3, 2025).

Outro ponto nevrálgico na relação com o setor carnavalesco, e que impacta no fazer Carnaval, reside nas recomendações²⁰ anuais que o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) sobre a organização do evento. Essas determinações visam a implementação de ações que garantam a ordem pública, a segurança da população, a preservação ambiental e a proteção do patrimônio público, social, cultural e privado (Brasil, 2025). Foca na prevenção e combate à violência de gênero, ao assédio e à importunação sexual. Destaca o cumprimento de horários e trajetos pré-definidos para os blocos, o reforço em campanhas e a gestão adequada do transporte público e tráfego de veículos. A comunicação deve ser antecipada aos foliões e moradores, que precisam respeitar os limites sonoros legais (lei do silêncio), a gestão de resíduos sólidos e o planejamento prévio pelas autoridades. Solicita a disponibilização de banheiros químicos, segurança privada e socorristas nos locais onde ocorrerão eventos, além de observar os prazos para concessão de alvarás e licenças expedidos para que a estrutura e o número de foliões sejam compatíveis com a área escolhida.

¹⁸ Entrevista concedida pelo Representante do Grupo C3 em 16/10/2025, em Brasília, DF.

¹⁹ Entrevista concedida pelo Representante do Grupo C3 em 16/10/2025, em Brasília, DF.

²⁰ Recomendação-Carnaval Nº 01/2025 – Procedimento Administrativo nº 08192. 217310/2024-49 (Brasil, 2025).

O Serviço de Limpeza Urbana (SLU) deve fazer o gerenciamento sustentável dos resíduos sólidos. As forças de segurança instalar centros de comando e controle móvel, mantendo contingentes adequados para cada espaço do evento, especialmente durante a dispersão realizando a identificação de foliões portadores de objetos cortantes ou perfurocortantes. Também, os órgãos públicos precisam divulgar mensagens de conscientização, em parceria com produtores de eventos e comerciantes para garantir proteção às crianças e adolescentes, a proteção integral do público, e a prevenção da violência com mensagens sobre a importância da denúncia aos canais de proteção.

Na visão do setor carnavalesco o MPDFT vai contra o sentido do que é o Carnaval.

“O Ministério Público faz umas recomendações de como fazer, como se o nosso país fosse à Suíça, se fosse à Noruega, de uma organização da máquina pública, que não somos. Fala que tem que ter ônibus para todo mundo e ninguém pode ficar mais que 30 minutos esperando. Ter policial, ambulância, comida, água... Isso causa um terrorismo na outra ponta dos servidores públicos. A gente tem dificuldade de tirar um alvará”. (Entrevistado C1, 2025).

7.4. O OLHAR DA POPULAÇÃO SOBRE A REALIZAÇÃO DO EVENTO CARNAVAL

A amostra dos dados do *survey*²¹ do Instituto Rosa dos Ventos, apresenta um total de 1.075 questionários de entrevistas aplicados com a população transeunte que estavam nas ruas de Brasília e/ou participaram do Carnaval nos blocos de rua e nas apresentações artísticas no Setor Comercial Sul, Eixo Monumental e no entorno, entre os dias 28 de fevereiro e 06 de março de 2025. A pesquisa aferiu os dados demográficos e a caracterização da população participante do Carnaval do projeto DF-Folia 2025. Teve como objetivo identificar as percepções e ampliar a compreensão sobre as práticas e desafios dos diversos agentes envolvidos na produção e execução do Carnaval do DF, para apoiar e subsidiar o aprimoramento na política pública de cultura e subsidiar a Secec-DF, a fim de tornar a gestão mais eficaz e democrática para os futuros carnavais.

Ao final, o resultado da pesquisa faz uma avaliação do perfil dos participantes (foliões ou não) acerca do Carnaval 2025. O foco foi na infraestrutura do evento, na programação cultural e a percepção de diversos aspectos como inclusão, acessibilidade, segurança e o nível de satisfação do público participante durante o evento. A população entrevistada avalia a infraestrutura do evento considerando muitos aspectos como adequados, apesar de apontar algumas áreas críticas que precisariam de melhorias (Quadro 25).

²¹ Relatório sobre o perfil e avaliação dos participantes (foliões ou não) do carnaval 2025

Quadro 25 - Avaliação da população sobre a infraestrutura do Carnaval 2025.

ITEM ANALISADO	ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	PÉSSIMO
O Local ou o Trajeto	40,99%	50,00%	7,69%	0,84%	0,47%
Transporte público	46,48%	37,87%	12,21%	2,03%	1,41%
Disponibilidade de lixeiras	26,40%	30,36%	20,90%	18,37%	3,96%
Qualidade do Som	42,55%	44,99%	10,50%	1,31%	0,66%
Oferta de bebidas e alimentação	43,32%	38,31%	14,56%	3,70%	0,12%
Preços praticados (bebidas, alimentação, etc.)	18,31%	32,38%	34,87%	11,71%	2,74%
Disponibilidade de banheiros	36,92%	40,24%	15,74%	5,54%	1,55%
Acessibilidade para PCD	17,23%	37,19%	30,60%	11,02%	3,95%
Policiamento e segurança	47,47%	39,59%	10,13%	1,69%	1,13%
Saúde, SAMU, posto médico e brigadistas.	51,34%	36,05%	10,45%	1,53%	0,64%

Fonte: Survey da Pesquisa do Instituto Rosa dos Ventos (2025).

O “local ou trajeto” 90,99% das respostas evidenciam que a maioria dos participantes se sente satisfeita com a localização e/ou trajeto dos eventos. Os percentuais baixos em discordância indicam uma forte aceitação do Plano DF Folia 2025. O “transporte público” mostra uma boa percepção da população em relação ao transporte público acessível. No entanto, há indicações que sugerem que ainda há espaço para melhorias, como é o caso da “disponibilidade de lixeiras”, apenas 56,76% considera excelente ou bom, porém quase 42% classificam com uma percepção que indica que ainda há um problema significativo na infraestrutura de descarte de lixo.

A “qualidade do som” tem os índices positivos, sugerindo um ambiente sonoro adequado atendendo a expectativa do folião, apesar da Lei do Silêncio. Também se percebe bastante satisfação na “oferta de bebidas e alimentação”, entretanto, os “preços praticados” teve uma percepção negativa sobre o custo de bebidas e alimentação, indicando que os comerciantes praticaram preços considerados altos ou abusivos pelos participantes da pesquisa.

A “disponibilidade de banheiros” mostra que é muito boa, mas que pode melhorar, porque teve indicação de situação insatisfatória dos banheiros para uma parcela da população. A “acessibilidade para PcD” teve também um índice alto negativo para a acessibilidade das pessoas com deficiência, que representa um desafio importante para a gestão ter um olhar mais contundente para esta questão. O “policiamento e a segurança” tiveram avaliação bem positiva, reforçada pela boa atuação e presença policial nos locais do evento, e os “serviços de saúde” também teve uma aceitação bastante positiva, considerada essencial para o evento (Quadro 26).

Quadro 26 - Avaliação dos Pontos Fortes, Melhorias e Expectativa do Público.

PONTOS FORTES	“Policimento” e “segurança” assim como “serviços de saúde” foram ressaltados como áreas de nota 8 e 9 em uma escala de 10. Isso representa eficácia da infraestrutura oferecida para o evento em espaço público. É preciso garantir os padrões de segurança e serviços de saúde para manter a satisfação do público.
OPORTUNIDADES DE MELHORIA	A falta de lixeiras na quantidade adequada e a percepção negativa sobre a acessibilidade para PcD são áreas críticas que necessitam ser observadas. Precisa melhorar a disponibilidade de lixeiras e a acessibilidade para PCD. Também, as avaliações sobre os preços praticados sugerem uma insatisfação que pode impactar a experiência geral do público. É necessário pactuar o alinhamento dos preços praticados para bebidas e alimentação de forma que evite abusos na precificação.
EXPECTATIVAS DO PÚBLICO	A maioria dos participantes demonstrou uma expectativa alta em relação aos serviços oferecidos, principalmente em alimentação e infraestrutura geral. Entretanto, a experiência Carnaval 2025 demonstrou muito positiva para a população entrevistada.

Fonte: Elaborado pelo autor.

No ano anterior, segundo a *Pesquisa de avaliação com os participantes sobre os blocos de Carnaval do Distrito Federal – 2024* da IPEDF/Codeplan (2024), a ocupação dos participantes do Carnaval se distribuiu com 52% dos grupos de trabalhadores formais, tanto do setor público quanto privado. Os trabalhadores informais (autônomos) constituíram 19,1% do total, enquanto os microempreendedores individuais (MEI) representam 6,3%. Os aposentados formam o grupo de menor participação, com apenas 3%. Estudantes e desempregados compreendem 13,1% e 6,5%, respectivamente.

Em 2025, o Instituto Rosa dos Ventos aferiu, dentre todas as categorias analisadas de sua pesquisa, que o maior número de indivíduos (31,93%), tem predominância de empregos ligados ao trabalho formal do setor privado. Os estudantes têm significativa participação com 17,55% indica um potencial aumento na força de trabalho no futuro próximo. A proporção de aposentados é baixa e representa apenas 1,02%, sugerindo que a maioria dos entrevistados ainda está em idade ativa. O percentual de desempregados é de 4,28%, relativamente baixa em relação ao contexto econômico da região.

Os foliões do Carnaval no Distrito Federal têm uma percepção variada e complexa sobre o evento e anseia por um plano de ação integrado das áreas da gestão pública como segurança, mobilidade, infraestrutura e acessibilidade para a garantia de uma experiência positiva para todos. A análise dos dados revela questões que estão interligadas e que expressam a complexidade das vivências sociais, econômicas e culturais dos entrevistados durante o evento.

A segurança é uma das principais preocupações dos foliões, pelo contexto de violência urbana que permeia diversas regiões do Distrito Federal. Durante o Carnaval, a concentração

de pessoas intensifica condições de práticas delituosas como furtos, assaltos e situações de assédio. A sensação de insegurança inibe também uma participação maior de determinados grupos sociais, especialmente mulheres, pessoas com deficiência e pessoas LGBTQIAPN+, justificada pela vivência de experiências de violência física, de gênero e sexual em contextos de aglomeração. A violência, em seus múltiplos aspectos representa um grande desafio tanto para o folião como para a organização do Carnaval. Isso inclui atuar desde situações de enfrentamento de assalto, até agressões relacionadas ao consumo de álcool e drogas. Outro ponto que precisa ser prioritário é qualificação da segurança pública, que representa uma das principais preocupações dos entrevistados durante o Carnaval, que considera não bastar apenas à presença de efetivo policial, mas também o treinamento de profissionais para lidar melhor com o atendimento à população, nas situações de emergência e na atuação na implementação de campanhas de prevenção no enfrentamento ao uso abusivo de álcool e de substâncias ilícitas.

A extensão do horário das apresentações, no entendimento dos entrevistados, é uma reivindicação, para permitir uma vivência mais intensa do Carnaval. Com a ampliação e mais flexibilidade dos horários gera benefícios tanto para os foliões, quanto para os comerciantes locais, estimulando o consumo e aumentando as vendas. Neste sentido, o incentivo ao comércio para potencializar e impulsionar a economia local pode ocorrer a partir da criação de feiras e exposições durante o evento, o que vai beneficiar o setor com resultados diretos, fortalecer a identidade regional e garantir concorrência dos preços pelo aumento da oferta de alimento, água, adereços e outros produtos de Carnaval.

A mobilidade urbana e o transporte urbano durante o Carnaval são outro desafio significativo. O aumento do número de foliões que transitam e utilizam serviços de aplicativos ou transitam com automóveis particulares nas ruas gera congestionamentos dificulta o acesso ao evento. Muitos foliões dependem do transporte público, que enfrenta limitações nos horários, apesar do programa “Vai de Graça” ficar vigente das 0h de sábado às 23h59 de terça-feira, sua capacidade não atende ao grande número de passageiros durante os horários de pico, além da escassez de rotas alternativas das linhas do transporte público. A ausência de acessibilidade nos locais de festa, como rampas e veículos adaptados para PcD e idosos, dificulta o acesso dessa população, discriminando e marginalizando esses grupos ao restringir sua participação nos eventos carnavalescos.

Os entrevistados entendem que a mobilidade urbana é um aspecto frequentemente negligenciado no Carnaval pela organização. A implementação de linhas extras de ônibus específicas para melhorar a oferta de opções de transporte público, pode facilitar o

deslocamento dos foliões. O incentivo ao uso de aplicativos de mobilidade (Uber, 99, Driver etc.) e táxi evita o uso do automóvel particular, se apresenta também como mais uma opção para atender a demanda crescente por transporte seguro e acessível, mas que precisa de um plano para mobilidade urbana e controle de tráfego para o período.

Os entrevistados consideram a comunicação insuficiente, pois é fundamental para o acesso às programações e informações sobre mudanças de rota, pontos de segurança pública, postos de atendimento à saúde entre outros dados pertinentes, demandando maior atenção. Contudo, a oferta e a qualidade das apresentações artísticas e culturais atenderam, no geral, às expectativas dos entrevistados, configurando um ativo significativo, especialmente considerando os limites para financiamento, divulgação e infraestrutura. A disponibilidade de opções de alimentação e hidratação durante o Carnaval teve uma demanda alta e o consumo de alimentos com opções saudáveis. Embora haja discordância com a política de preços praticados, indica uma grande satisfação geral com a experiência do Carnaval. O aumento da diversidade e qualidade de opções alimentares pode melhorar significativamente a experiência do público. A inclusão de *food trucks* em diversas localidades e a valorização da culinária regional são medidas que interessam aos entrevistados e pode fomentar o mercado alimentício. No contexto da organização das apresentações no Carnaval do DF, a maioria das respostas válidas revela uma percepção muito positiva da população presente sobre as festividades. No entanto, áreas como logística, atendimento ao público, acessibilidade e segurança ainda demandam aprimoramentos contínuos.

A predominância de avaliações positivas pode indicar uma série de fatores que contribuem para o sucesso do evento no DF. A experiência do Carnaval continua apresentar desafios que precisam ser superados para garantir uma experiência mais agradável e harmônica para todos os participantes. Por isso, na opinião dos entrevistados é necessário um maior investimento em atrações como estratégia de enriquecimento do Carnaval local. A diversidade de apresentações e estilos musicais pode atrair diferentes públicos e aumentar o fluxo turístico. A valorização dos artistas locais, a contratação de estrelas consagradas e a promoção de espaços acessíveis para as apresentações das agremiações podem fortalecer a identidade cultural e proporcionar maior aproveitamento dos foliões, além de fortalecer a cena carnavalesca local. E também foi observada necessidade de priorização de melhores espaços de diversão, que proporcione maior segurança, acessibilidade e uma infraestrutura adequada. Neste sentido, a importância de reavaliar os locais de apresentação dos shows, dos cortejos dos blocos de rua, fanfarras etc., para acolher melhor a população que participam do evento.

”[...] precisaria mais recursos, a gente precisa ter. É um binômio. A gente precisaria não só de recursos, mas precisaria de mais tempo [...]. O Carnaval exige uma preparação maior, com mais antecedência. Então, a questão do recurso, ele precisa chegar com um volume maior para custear todo evento e precisa chegar com antecedência”. (Entrevistado G1, 2025).

Outra questão que foi considerada como de muita importância é o financiamento do GDF aos blocos e outras manifestações culturais de Carnaval. A análise dessa afirmação traz diversas perspectivas de entendimento, incluindo aspectos culturais, econômicos, social e político. As respostas dos entrevistados expressou um forte apoio à ideia dos financiamento governamental para as manifestações culturais como reconhecimento da importância cultural que o Carnaval representa como expressão da cultura local, que contribui para a preservação da tradição e da identidade cultural. Na percepção dos entrevistado, o apoio do GDF ao Carnaval gera um significativo fator de crescimento econômico para a região e o seu entorno, por impulsionar a economia com a geração de empregos temporários, beneficiando trabalhadores da área de eventos, serviços e comércio.

Os dados até então analisado referem-se apenas ao recorte da opinião da população que participou dos eventos no período do Carnaval 2025 e responderam a pesquisa do Instituto Rosa dos Ventos, sem considerar a opinião da outra parte da população que não frequentaram nem participaram do processo de gestão e execução do projeto DF-Folia 2025.

7.5. A AVALIAÇÃO DO SETOR CARNAVALESCO POR QUESTIONÁRIO ELETRÔNICO

A elaboração dos questionários na plataforma do Google Formulário foi uma ferramenta escolhida para realizar a entrevista do Setor Carnavalesco por garantir acessibilidade e facilidade para o entrevistado fornecer referenciais, amostras e elementos que potencializa a interpretação diagnóstica e representativa do estudo, trazendo o paralelo acerca da economia criativa e a gestão das políticas culturais para o Carnaval de Brasília, a partir do segmento entrevistado.

Apesar da comodidade oferecida pelo formulário on-line, parte dos grupos estudados resistiu em responder às questões da entrevista, mesmo cientes da garantia do anonimato das repostas, possivelmente por temor de comprometimento político com os resultados da pesquisa e retaliação por parte do GDF. Porém, foi realizada uma coleta significativa com o grupo dos carnavalescos, considerando 16 agremiações/entidades do segmento cultural, que

representa um recorte de 25,8% dentro do universo dos 62 Blocos e dos três territórios contemplados pelo DF Folia 2025 para apresentações no Carnaval.

Desse total de entrevistados foi unânime dizer que o Carnaval do Distrito Federal contribui significativamente para a valorização da cultura local, para o fortalecimento da economia criativa e para a preservação das tradições culturais locais, promovendo a diversidade cultural no Distrito Federal. Efetivamente há uma compreensão do setor sobre o significado da economia criativa, como influencia a sustentabilidade econômica e cultural e onde as agremiações se situam dentro da cadeia produtiva do Carnaval, compreendendo que a diversidade cultural está representada pelas identidades das manifestações culturais que desempenham um papel importante nesta cadeia produtiva.

Essa diversidade é fundamental para o processo de inclusão social. Promove oportunidades para artistas locais, novos artistas e grupos culturais que se destacam ganhando maior visibilidade e pelo envolvimento da comunidade nas festividades. Entretanto, o segmento entende que, no Carnaval do DF que tem plataformas criativas, poderia ser mais eficaz para a economia criativa se fossem disponibilizadas plataformas específicas para acolher os artistas locais durante o Carnaval.

As agremiações do Carnaval do DF se consideram bem organizadas para promover uma boa experiência para os foliões. Os blocos de Rua, Fanfarras e as Escolas de Samba se identificam como um importante motor para a economia local, porém necessitam de recursos financeiros e infraestrutura para realizar suas apresentações e cortejos. São eficazes ao promover o Carnaval pelo trabalho que fazem junto à comunidade por atingir impacto social, ao buscar parcerias com o segmento – escolas de samba, blocos de rua, fanfarras em suas respectivas comunidades. Durante o Carnaval, por limitação da infraestrutura e de rotas alternativas do transporte público, os eventos nem sempre estão acessíveis para toda a população do DF.

O desafio da sustentabilidade reside em identificar o modelo ideal de captação e mobilização de recursos para cada tipo de manifestação cultural e suas demandas específicas. Os editais da Secec-DF geram intensa concorrência entre agremiações e produtores culturais para a obtenção de recursos públicos, frequentemente excluindo manifestações carnavalescas com forte representatividade cultural e tradição histórica. Na ausência de um modelo estruturado e perene, esses financiamentos intensificam disputas sobre a priorização de apoios, obrigando aos produtores, muitos líderes de agremiações carnavalescas, a optar por projetos culturais diversos em detrimento do Carnaval.

“O Carnaval de Brasília foi sequestrado pelos produtores. Toda a lógica de financiamento está no produtor. O bloco surge não como uma brincadeira de um grupo que vai e aquilo se cresce. Em geral, os blocos de Brasília nascem de um produtor, que cria um determinado bloco pensando no recurso que vai receber e esse recurso ele tem que ir para o produtor”. (Entrevistado P1, 2025)²².

A análise de dados aproxima a realidade dos diversos atores e as realidades que interferem direta e indiretamente na ação pública, nas práticas cotidianas da produção do Carnaval, nas articulações e disputas nas arenas políticas sobre o Carnaval e a definição de suas principais prioridades. As variáveis apresentadas pela diversidade de aspectos apresentados na análise dos dados coletados por meio eletrônico durante a pesquisa contribuíram para o refinamento de interpretação dos resultados e sua relevância no contexto dos estudos da economia criativa no Carnaval do DF. O entendimento sobre identidade, valorização do território e preservação também representa uma questão para o setor cultural.

“O Carnaval de Brasília teve um período que era extremamente brincante. O pacotão tinha um peso grande. Grandes blocos eram brincantes e mantinham essa tradição. O galinho tinha uma grande tradição. A Liga de Blocos Tradicionais fez um acordo com o governo Arruda diante de um problema estrutural. Esse período teve uma crise no Distrito Federal, e foi que é nessa época surge a lei do silêncio”. (Entrevistado P1, 2025).

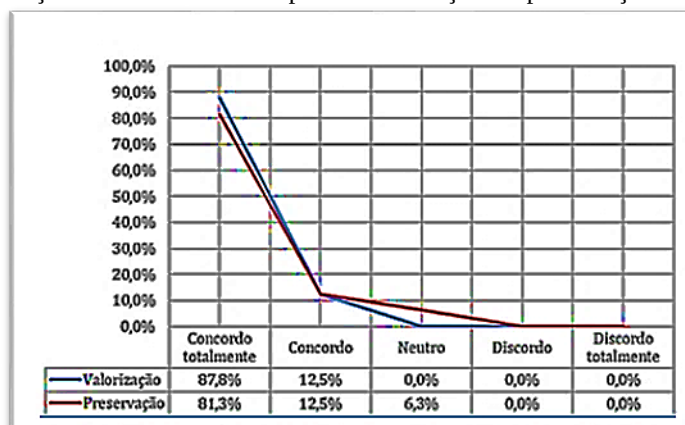
Quadro 27 – Agremiações e Entidade que Responderam ao Questionário Eletrônico.

AGREMIÇÃO/ENTIDADE	TIPO DE AGREMIÇÃO
Batukenjê Arte com Tambores	Banda de Percussão Afro Pop Brasiliense
Bloco das Montadas	Bloco de Rua Alternativo
Bloco Oxente Vêi	Bloco de Rua Alternativo
Bloco Suvaco da Asa	Bloco de Rua Alternativo
Bloco/banda/Raízes Africanas	Bloco de Rua Alternativo
Instituto No Setor / SCS / Bloco Filhos de Guetta	Bloco de Rua Alternativo
Maria Vai Casoutras	Bloco de Rua Alternativo
Rainha de Corpas	Bloco de Rua Alternativo
Calango Careta	Bloco de Rua Alternativo, Fanfarra
Setor Carnavalesco Sul	Bloco de Rua Alternativo, Plataforma
Asé Dudu	Bloco de Rua Tradicional
Baratão	Bloco de Rua Tradicional
Baratinha	Bloco de Rua Tradicional
Galinho de Brasília	Bloco de Rua Tradicional
Mamãe Taguá	Bloco de Rua Tradicional
Menino de Ceilândia	Bloco de Rua Tradicional
Pacotão	Bloco de Rua Tradicional
Raparigueiros	Bloco de Rua Tradicional
Liga dos Blocos Tradicionais de Brasília	Bloco de Rua Tradicional
Associação Recreativa Cultural Unidos do Cruzeiro - ARUC	Escola de Samba
G.R.E.S. Bola Preta de Sobradinho DF	Escola de Samba
Instituto Rosa dos Ventos	Instituto de arte, cultura e cidadania
Distrito Carnaval	Produção de conteúdo

Fonte: Elaboração do autor – Dados do Google Forms – Pesquisa *On-line* (2025).

²² Entrevista concedida pelo representante do grupo P1, em 18/12/2025, em Brasília, DF

Gráfico 4 - Contribuição do Carnaval do DF para a valorização e a preservação das tradições culturais.



Fonte: Elaboração do autor – Resultado da Pesquisa por Formulário On-line.

Na avaliação do segmento cultural carnavalesco, a quantidade de investimento público destinados para a promoção do Carnaval ainda não é suficientemente para garantir os custos do Carnaval, apesar do esforço da Secec-DF em buscar fazer crescer os aportes orçamentários, a cada ano, para garantir essas demandas. Infelizmente a gestão pública não tem estruturado uma proposta de sustentabilidade permanente para que o setor cultural não dependa exclusivamente da quantidade de investimentos públicos do projeto DF-Folia, mas fazer com que as agremiações consigam articular sua independência e autonomia financeira por meio de um processo mais amplo de captação de recursos, por meio de financiamento em outros editais durante o ano para a profissionalização do setor, para a qualificação de seus quadros técnicos, entre outras ações.

“A gente tem incentivado também que os blocos e as escolas se habilitem em outros editais de financiamento que a gente tem, como o próprio financiamento da PNAB, em algumas linguagens, algumas linhas de editais, que cabe sim, o bloco, o Carnaval, mas não fazendo o Carnaval, mas trabalhando nessa parte da sustentabilidade, profissionalização, sem dúvida, pode ser”. (Entrevistado G1, 2025).

O Carnaval representa um fomentador de relevante atração turística para o Distrito Federal, porém as iniciativas de marketing e divulgação do Carnaval ainda são tímidas e ineficazes. A melhoria da infraestrutura merece atenção e investimentos maiores para ajudar a fortalecer a imagem do Distrito Federal como um destino cultural no calendário nacional. O segmento cultural também considera que a comunicação entre a gestão pública e o setor privado não é eficaz no que diz respeito ao circuito do Carnaval do DF. Precisam entender que esta relação – evento e segmento cultural –, significa uma grande oportunidade de geração de negócios, que pode ser promissor para os empreendedores locais, que ao oferecer

serviços como alimentação, transporte, hospedagem, entre outros, podem alcançar uma alta margem de lucro e promover a geração de trabalho e renda.

As estratégias da gestão pública demonstram o comprometimento adequado com o evento quando se trata de questões como segurança e mobilidade, que é uma prioridade para a gestão. Porém, a fiscalização e regulamentação exigidas pelos órgãos públicos que procuram ajudar os grupos culturais durante o Carnaval, tem na agilidade da burocracia um obstáculo que atrapalha e dificulta todo o processo. As definições do projeto DF-Folia já são divulgadas em um tempo exíguo, e ainda tem a necessidade do cumprimento dos prazos determinados pelos órgãos públicos para atender a toda burocracia, é uma complicação a mais para as agremiações colocarem em prática o planejamento para suas apresentações.

7.6. A ECONOMIA CRIATIVA NO CARNAVAL DE BRASÍLIA

A economia criativa em eventos como o Carnaval do DF tem grande potencial para crescer significativamente nos próximos anos. O envolvimento do setor privado pode alavancar e aumentar a potencialidade do produto cultural, impulsionado pelas inovações tecnológicas que desempenham um papel importante para modernização das apresentações das manifestações culturais e a produção do Carnaval. O Distrito Federal tem aptidão para desenvolver um modelo de sucesso como em outras cidades do Brasil, a partir de sua legislação qualificada que define detalhadamente as responsabilidades e instâncias para o planejamento e produção do evento. A sustentabilidade deveria ser uma prioridade para as práticas produtivas do Carnaval no DF, com um plano estruturado de incentivo para que o segmento cultural consiga no futuro, mais parceiros e patrocinadores.

“A gente tem tentado buscar parceiros privados para o Carnaval. Eu acredito piamente que para o Carnaval de 2026, dado ao crescimento do Carnaval de Brasília, que está entre os sete maiores do país o Carnaval de Brasília, dado a esse crescimento, a gente tem buscado o convencimento para trazer a iniciativa privada para isso”. (Entrevistado G1, 2025).

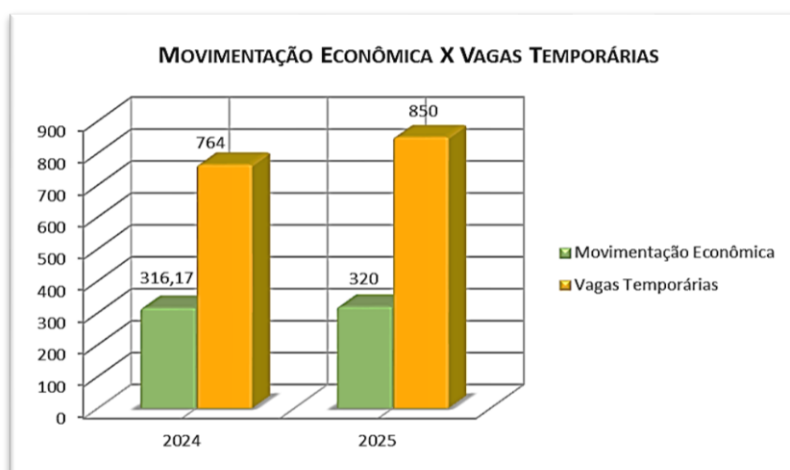
“Os blocos Mamãe Taguá e Asé Dudu funciona direto, o ano inteiro. O Meninos de Ceilândia e o Calango Careta são os únicos blocos que sobrevivem, seja tipo o Calango Careta que é do Plano Piloto e funciona com recurso próprio, porque é uma galera funcionária pública, músicos amadores, tal que nem tem em Olinda que tem vários, não é nenhum demérito. O Asé Dudu, Mamãe Taguá, Meninos de Ceilândia que são de periferia, vivem muito de fomentos, mas vai buscar no FAC tudo mais. Tem a estrutura que vão se fazendo. O resto dos blocos, se você pegar a lista, vive só do dinheiro do Carnaval”. (Entrevistado P1, 2025).

Há uma grande compreensão por parte do setor carnavalesco sobre a qualidade do Carnaval como parte importante da economia criativa no DF. Segundo a opinião do segmento

cultural, o Carnaval DF-Folia movimenta a economia local por atrair turistas, lotar hotéis, bares e restaurantes, por gerar o aumento do número de vagas temporárias de trabalho e ofertar milhares de postos de empregos, por impulsionar o comércio de ambulantes e serviços criativos. Além de contribuir fortemente para a economia local, também valoriza a produção cultural da região e a economia local, que movimenta toda cadeia produtiva com a circulação, capitalização e a visibilidade dos artistas locais e diversos profissionais da cadeia cultural. Gera oportunidades de trabalho durante o período do Carnaval para artistas, produtores, técnicos culturais, *roadies*, e a contratação de profissionais que atuam na área de criação, produção e execução de eventos. A movimentação econômica potencializada por toda a cadeia produtiva da economia criativa, que é extremamente lucrativa tanto para setores da iniciativa privada no aquecimento de seus negócios, quanto na arrecadação fiscal gerada para o GDF.

“Porém, se o Carnaval tiver uma identidade, que depende de uma ação governamental de valorização das manifestações tradicionais, da brincadeira, de tudo isso, a partir da identidade, do fortalecimento da manifestação, da estruturação, daquilo como um ativo que é civilizatório populacional, se consegue produzir resultados econômicos. Agora, sem produzir isso, tentando atingir diretamente o resultado econômico, vira uma mercadoria sem narrativa, e olhando do lado da economia criativa, sem criatividade é pouco atrativo para ser um algo vendável. A iniciativa privada aqui em Brasília precisava de um olhar mais atencioso e de se envolver diretamente no Carnaval, percebendo a potência econômica, porque essas entidades da iniciativa privada poderiam se envolver um pouco mais na exigência do poder público em pensar um Carnaval de maneira mais organizada”. (Entrevistado P1, 2025).

Gráfico 5 – Movimentação Econômica versus Vagas Temporárias.



Fonte: Revista do Sistema Fecomércio-DF (Neto; Rocha, 2025).

A economia criativa movimenta setores importantes, aquece o mercado de infraestrutura, de alimentação, de bebidas e de aplicativos de hospedagens, faz gerar uma quantidade significativa de postos de trabalho, fortalece a cena cultural independente,

promove a diversidade artística, incentiva circulação de renda em várias regiões ao incrementar diversos setores, direta e indiretamente produzindo aumento na arrecadação pública e gerando grande impacto econômico e crescimento do PIB no Distrito Federal.

O Setor Carnavalesco, entretanto, percebe que consolidar uma identidade própria para o Carnaval do DF, como foi feito em outras cidades brasileiras, é fundamental porque valoriza, fortalece e promove sentimento de pertencimento da comunidade cultural facilitando todo o processo de comunicação e promoção midiática do evento apresentando as manifestações culturais aos futuros foliões. Trata-se de transformar o Carnaval do DF em um produto comercial, e por isso vendável para que o setor privado consiga ver vantagens em investir na economia do Carnaval local com vista no incremento econômico.

A estruturação do modelo candango precisa considerar seu ativo civilizatório presente na cultural popular para produzir resultados de crescimento econômico, sem tornar a cultura uma mercadoria sem narrativa, sem criatividade e pouco atrativa para se tornar esse produto vendável. Por outro lado, a iniciativa privada de Brasília precisa ter um olhar mais atencioso para a produção cultural local e se envolver diretamente com o Carnaval, potencializando a capacidade econômica, atendendo o chamado do poder público para pensar um Carnaval de maneira mais organizada.

“Enquanto economia criativa, por exemplo, uma das coisas muito aquecidas no Carnaval de Brasília é o mercado de moda. Tem o Cabaré Místico que cresceu basicamente, pelo produto de moda que ele faz e das estampas no Carnaval. Você vê uma indústria pujante de moda no Carnaval de Brasília e inventiva que não perde para vários lugares. Eu conheço microempresários que produziam aqui coisas e vendiam para o Brasil inteiro”. (Entrevistado P1, 2025).

O Carnaval do DF preserva e promove a cultura local ao dar visibilidade à diversidade de suas expressões artísticas através da tradicionalidade das manifestações culturais, pela divulgação dos artistas locais e ao mobilizar uma série manifestações artísticas forjadas no próprio DF, que muitas vezes não recebem diretamente investimentos públicos. São blocos de rua, escolas de samba e as fanfarras, que mantêm viva à identidade do povo brasiliense, que valorizam seus ritmos tradicionais e contemporâneos, misturando influências locais com outras culturas populares.

As escolas de samba, por exemplo, mantem uma tradição que surgiu com a cidade a partir de 1962. Este ano de 2025 as Escolas de Samba não desfilaram no calendário oficial do Carnaval com recursos financiado pelo edital da Secec-DF. Por meio de uma rede social (Instagram) da Secretaria de Cultura que a Secec-DF (Distrito Federal, 2025a) informou que não haveria desfile de escolas de samba no Carnaval de 2025 no DF. O anúncio foi feito após

uma reunião no dia 20 de janeiro entre a pasta, o MPDFT e representantes do segmento das escolas de samba. O Secretário de Cultura destacou a retomada do desfile das escolas de samba para o período do Carnaval de 2026. Entretanto, as escolas do grupo especial desfilaram para sua comunidade.

“Nós tivemos um Carnaval seguro, de paz, de diversidade, e isso nos dá aquela certeza que muitos já têm: da força do Carnaval de Brasília. Estamos trabalhando em diversos eventos do samba, de formação e de oficinas para que ano que vem a gente tenha o desfile das escolas de samba no período do Carnaval”, disse. (Distrito Federal, 2025a)

“A Aruc tem uma tradição de sempre desfilar no seu bairro. A gente sempre desfilou para o para a nossa Comunidade. A gente sempre buscou meios para poder desfilar [...] Em 2025, por meio dos sindicatos, nós conseguimos. O caminhão de som já tinha alugado, e com a ajuda de comerciantes do bairro que ajudaram com água, cerveja, fomos para a rua. E fizemos o desfile. Nós convidamos as sete escolas do grupo especial para desfilar com a gente e foi o desfile das sete escolas nas ruas do Cruzeiro, ali na rua das Mangueiras. Um desfile lindo, população na rua. Alguns disseram que foi protesto. Mas protesto não, era o protesto da alegria. Como é que a escola de samba não vai para a avenida?”. (Entrevistado C4, 2025)²³.

As manifestações tradicionais, como as escolas de samba, os blocos de rua e grupos percussivos, que mantêm viva a memória, a música e saberes populares que estimula à criação artística contemporânea, dando espaço às novas estéticas e narrativas ligadas às identidades brasilienses, preservam e promovem a cultura local ao valorizar suas tradições. Descentralizar a programação para diferentes regiões amplia o acesso e o vínculo da população com suas raízes culturais. O desenvolvimento das manifestações culturais brasilienses é o retrato de como a economia criativa tem se desenvolvido para mobilizar recursos financeiros, diretos e indiretos, voltados para o crescimento econômico.

A diversidade cultural dessas diferentes expressões e comunidades de periferias promovem visibilidade, pertencimento e transmissão de tradições às novas gerações. A cadeia produtiva do Carnaval incentiva o encontro entre as manifestações tradicionais e os foliões e turistas. Trazem na sua diversidade novos elementos que estão presentes no seu território, na sua identidade. É um produto artístico de alto valor cultural, fator de visibilidade, reconhecimento e valorização de suas criações artísticas, que são apresentadas ao público consumidor como um produto cultural de qualidade, que beneficia a iniciativa privada por fazer grandes movimentações econômicas, gerando trabalho, renda e resultados financeiros por meio da circulação de produtos comercial dentro da economia criativa.

²³ Entrevista concedida pelo representante do Grupo C4, em 31/10/2025, em Brasília, DF.

7.7. A GESTÃO PÚBLICA E O TECIDO CULTURAL

Na visão do setor cultural pesquisado, observa-se uma disputa entre a gestão pública e o tecido cultural na organização do Carnaval no Distrito Federal. Essa disputa envolve questões de territorialidade, sobreposição de atribuições e agendas de apresentação, além da falta de alinhamento entre os setores da gestão, manifestada principalmente pela ausência de diálogo efetivo, comunicação deficiente e centralização das decisões.

A gestão pública tem assumido, muitas vezes, o papel burocrático e controlador. Quando seleciona a OSC para gerir evento, tira a autonomia dos blocos e dificulta a participação direta dos artistas e produtores culturais na formulação do projeto de Carnaval. Essa é uma dinâmica que gera tensões, uma vez que o tecido cultural se sente pouco representado pela gestão e limitado na sua capacidade de organização e expressão. Além disso, a burocracia, os atrasos no repasse de recursos e a limitação no número de blocos fomentados reforçam a disputa e gera insatisfação e desconfiança.

“Do ponto de vista da economia criativa, a gente teve um crescimento de presença em hotel, um crescimento da movimentação de restaurante e tudo isso que a gente vê é o potencial econômico no Carnaval de Brasília e que aconteceu em 2025. Teve movimentação do ponto de vista econômico, de aquecimento da economia no DF com o Carnaval, mas poderia ser mais impulsionado se tivesse um planejamento e as pessoas de fora do DF, que é um dos ativos, se percebe que está vindo para cá por causa do estilo, por causa da fanfarra, ou porque não é tão cheio. Se tivesse um planejamento que estruturasse a propaganda, talvez conseguisse construir um Carnaval diferente”. (Entrevistado P1, 2025)²⁴.

O Setor cultural também aponta que o Estado não tem atendido as demandas próprias do Carnaval como já aconteceu em períodos anteriores. O maior exemplo é a ausência dos desfiles oficiais nos últimos anos. Apesar do poder público financiar quase a totalidade da festa, há prioridade maior do fomento vai para itens de segurança, infraestrutura e limpeza colocando o financiamento do potencial criativo do setor em segundo plano, isso gera controvérsias entre o poder público e os organizadores. Também falta a gestão pública entender que quem faz o Carnaval, efetivamente, são as agremiações e para isso precisa estabelecer um canal de diálogo contínuo durante o ano e não só no período que antecede o Carnaval. Há um descompasso, uma falta de entendimento entre as partes, mas principalmente pela gestão pública, que impede a permanência do que é um dos principais elementos da cultura do Carnaval, o território. Talvez por não entender a importância do território para as

²⁴ Entrevista concedida pelo representante do Grupo P1 à Wellington Bezerra de Mello em 18/12/2025, em Brasília, DF

agregações e a relação com suas comunidades, que contribui para a preservação das tradições e do ativo cultural do Carnaval. A gestão pública tem impedido a saída tradicional de vários grupos em seus territórios de origem e as recomendações do MPDFT, que não consideram as necessidades do tecido cultural, também influenciam negativamente com o rigor de suas indicações e, por fim, ainda tem a Lei do Silêncio que inviabiliza qualquer evento festivo em vias públicas.

Considerando a avaliação dos principais pontos de conflito entre a gestão pública e o tecido cultural no planejamento e execução do Carnaval do DF, o setor carnavalesco apontou as seguintes questões que atravessam a relação entre o setor e o GDF:

- A questão da territorialidade constitui um problema de grande relevância simbólica para as agregações;
- O processo de financiamento, o acesso aos recursos, à burocracia excessiva e os atrasos nos repasses dificultam a produção antecipada dos blocos e eventos;
- A falta de melhor organização entre as partes envolvidas, aliada a falta de disposição e interesse dos gestores públicos em compreender de fato a cultura como processo para a realização do evento, o potencial do Carnaval e seus desdobramentos econômico-culturais;
- O processo de planejamento e execução do Carnaval sem a devida prioridade e reconhecimento da sua importância estratégica para a cidade. Frequentemente, o poder público não trata o Carnaval como uma política pública de Estado voltada para o desenvolvimento cultural e econômico, e gera desorganização, recursos escassos e apoio limitado aos artistas e produtores locais;
- Baixa articulação com o setor privado, que poderia atuar como aliado estratégico por meio de patrocínios financeiros para potencializar o evento;
- Ausência de políticas de incentivo ao investimento privado, com contrapartidas claras, incentivos fiscais ou maior visibilidade institucional, o que afasta potenciais patrocinadores.

“Falta ao Carnaval de Brasília construir uma identidade que ainda não tem, porque quando se tem uma identidade, você apresenta para as pessoas (Eu brinco disso, você brinca de quê?). Então, precisa evoluir isso que só existe a partir de um planejamento. Esse planejamento teria que ter uma ação estatal mais potente que mesmo com os crescimentos, com tudo isso, não vem tendo, a segunda coisa do ponto de vista da economia criativa, é que hoje o Carnaval de Brasília ainda é muito vinculado à dependência de recursos públicos”. (Entrevistado P1, 2025).

Na opinião do setor, uma boa gestão do Carnaval é fruto de uma equação que junta às partes interessadas pela cultura aos recursos financeiros destinados ao fomento, que faz funcionar uma poderosa ferramenta de inclusão, geração de renda e fortalecimento da identidade cultural. Uma questão importante apontada pelo setor para ser revista é a priorização maior de recursos para a segurança em detrimento de contratações artísticas e divulgação das atividades carnavalescas. Não é investir menos em segurança, mas em viabilizar as contratações artísticas e também nas estratégias de comunicação. Também é fundamental ter um olhar crítico para além do simples investimento, que provoca impactos na economia, que impulsiona turismo e comércio local, e pode gerar renda a partir da cultura, mas ficar atento para os potenciais que a tradição cultural proporciona como a democratização do acesso à cultura, o desenvolvimento de projetos culturais que valorizam a diversidade e promovem inclusão social. Além disso, a possibilidade de promover inclusão social em áreas urbanas ao criar espaços para expressão de identidades múltiplas e acolhimento por meio dos laços comunitários e do engajamento direto que fomenta o senso de pertencimento e de coesão social que reflete na redução de desigualdades. Quanto às agremiações, precisam profissionalizar a sua mão-de-obra local e parar de importar especialistas de outras cidades.

Diante do que foi exposto anteriormente sobre a avaliação dos principais pontos de conflito, entre a gestão pública e o tecido cultural, no planejamento do Carnaval, a questão que surge naturalmente é o que poderia ser feito para melhorar essa relação entre a gestão pública e o tecido cultural para a construção do Carnaval do Distrito Federal. E os carnavalescos responderam:

- Garantir ao setor carnavalesco condições para atuar de forma autônoma e com antecedência, fortalecendo assim o Carnaval do DF;
- Criar um modelo de governança eficaz para o Carnaval do Distrito Federal, que priorize o diálogo e o processo de escuta ativa do GDF junto a artistas, produtores e blocos carnavalescos, garantindo a participação efetiva do setor cultural no planejamento com ampla antecedência;
- Desenvolver uma política de financiamento privado para o Carnaval, com orçamento definido e critérios transparentes de apoio às agremiações carnavalescas, por meio de incentivos fiscais e campanhas de divulgação que destaquem os benefícios do investimento empresarial no evento;
- Criar um fundo público-privado, com legislação específica, para a distribuição transparente de recursos;

- Descentralizar a gestão do DF-Folia para assegurar suporte equitativo aos blocos de todas as regiões e tamanhos, priorizando as iniciativas periféricas;
- Valorizar a economia criativa local por meio de editais específicos para artistas, técnicos e empreendedores, consolidando o Carnaval como política pública de Estado geradora de crescimento econômico;
- Vincular a liberação de recursos às agremiações que atendam critérios como manutenção de atividades permanentes e capacitação de profissionais da própria comunidade, ao mesmo tempo simplificar o processo, reduzindo a burocracia;
- Organizar o Carnaval com maior antecedência, por meio de reuniões objetivas e pontuais, planejamento prévio com data fixa de início das preparações para desfiles e eventos, e fortalecimento do diálogo entre o setor cultural e instituições estatais e privadas, além de promover a participação efetiva de blocos e comunidades na gestão do evento.

Para os carnavalescos, o Carnaval do DF mesmo sendo relevante para a valorização da economia criativa na região, ainda tem uma política de comunicação e divulgação insuficientes para atrair visitantes e atender a participação da população no Carnaval. As políticas públicas de cultura devem acolher de forma adequada as demandas das manifestações culturais do Carnaval, para proporcionar outras oportunidades para a geração de emprego temporário. Na visão do setor carnavalesco, os principais gargalos para o projeto DF-Folia 2025 foram:

- Falta de organização e coordenação do GDF quanto ao tempo e à forma de contratação, agravada pela excessiva burocracia de acesso aos incentivos fiscais para montagem da estrutura e pelos atrasos nos repasses de recursos, que impedem a produção antecipada de blocos e eventos;
- Desrespeito aos territórios das manifestações culturais, um problema significativo, aliado à ausência de um espaço fixo adequado, como um sambódromo.
- Dificuldade na organização dos blocos, especialmente pela seleção da OSC responsável pela execução do evento, o que suprime a autonomia dos blocos.
- Editais, contratações e repasses realizados em cima da hora, que comprometem a organização e a qualidade do Carnaval, com tempo insuficiente para produções de qualidade dos desfiles de escolas de samba, e o limitado número de blocos fomentados que impossibilita a entrada de novas iniciativas culturais;

- Burocracia exacerbada para obtenção de alvarás e licenças, somada à restrição no uso do espaço público — como a proibição de blocos nas entrequadras —, que limita a diversidade de eventos;
- Recursos insuficientes para contratar artistas regionais e nacionais, uma vez que a obrigatoriedade de infraestrutura (postos médicos, ambulâncias, segurança, limpeza e banheiros) onera excessivamente os blocos, resultando em remunerações baixas para artistas e profissionais da cultura.

“A gente tem buscado valorizar muito essa questão da economia criativa, porque entendemos que existe toda uma cadeia nessa linha de produção de Carnaval que vai desde o planejamento prévio, da contratação de produção, da confecção, de todo um olhar artístico sobre os blocos, vestuário, como os blocos que tem uma vertente mais de Pernambuco, do Frevo. É essa construção cenográfica que envolve figurinos, a musicalidade, as coreografias e toda essa construção tem um impacto na economia criativa, na cadeia produtiva, na geração de emprego e renda dos profissionais. Então, a gente procura valorizar dentro do nosso próprio edital, para que o bloco tenha uma característica que agregue dentro do processo de inovação e criatividade. Este aspecto pontua, inclusive é no nosso olhar do ponto de vista das seleções dos blocos também. A história do bloco também favorece muito, porque quando não se falava em economia criativa, muitos desses blocos já agiam, mesmo sem saber num espectro de economia criativa. Esses elementos fazem parte, inclusive, do nosso processo de seleção”. (Entrevistado G1, 2025).

Contudo é consenso que o Carnaval pode se tornar mais sustentável economicamente nos próximos anos, caso a organização seja antecipada, melhorando a forma de coordenação das ações e tornar viável o planejamento anual, fortalecendo as fontes de financiamento. Investir em capacitação, nas redes colaborativas e práticas sustentáveis também amplia o impacto e a viabilidade da manifestação carnavalesca em longo prazo, contando com pessoas que entendem de cultura e tendo interesse no crescimento do setor dentro da gestão pública. Por outro lado, para que o Carnaval do DF se torne mais sustentável economicamente é fundamental implementar uma linha de fomento específico junto à iniciativa privada oferecendo maiores apoios financeiros para o setor cultural – aos blocos, aos artistas e aos produtores culturais –, que seja estruturado e contínuo, garantindo planejamento e investimentos de qualidade.

“No meu ponto de vista, tinha que ser repensado como otimizar o uso dos recursos públicos para impulsionar mais a economia. do Carnaval de Brasília, pois hoje ele é muito pulverizado, apesar de não ser um recurso desprezível, mas é pulverizado. E isso, por ser muito pulverizado, diminui o impacto. A falta de uma política de planejamento, falando de economia criativa, que movimenta um setor muito específico da cidade, que é menos, por assim dizer, blocos organizados que existem ao longo do ano e mais eventos carnavalesco, ou seja, não seria bloco, não seriam agremiações, seriam eventos. Então você tem grandes eventos carnavalescos em Brasília tipo, o Divinas Tetras que é um grande evento carnavalesco, o Bloco do Amor é um evento carnavalesco. Brasília mobiliza o recurso, mas mobiliza muito em eventos carnavalescos, que poderia ser algo que também se transformasse um pouco. Então é do ponto de vista de economia criativa, quando você pensa só em

evento, é algo que, em minha opinião, esvazia de algo que é fundamental na economia criativa, que é a narrativa e a criatividade”. (Entrevistado P1, 2025)²⁵.

Essa é uma iniciativa que precisa estar alinhada à Lei nº 4.738, de 29 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o Carnaval do Distrito Federal como política pública de Estado e prevê a origem dos recursos para financiar o evento. O setor cultural acredita que o modelo que já é aplicado em grandes cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Olinda são exemplos de como essa política de Estado pode funcionar e no Distrito Federal não precisa ser diferente. A proposta consiste no DF desenvolver seu próprio modelo de fomento e gestão cultural, ancorado em uma identidade local própria, que viabilize investimentos no setor, fortaleça parcerias com a iniciativa privada e atraia empresas por meio de incentivos fiscais e contrapartidas, gerando retornos em visibilidade e responsabilidade social. A gestão desses recursos precisa ser transparente e democrática, assegurando distribuição equilibrada entre blocos tradicionais, alternativos e novos, fomentando a diversidade cultural.

Com um modelo estruturado de financiamento público e privado, aliado a estratégias de economia colaborativa e à valorização do empreendedorismo cultural, o Carnaval do DF pode se consolidar como um evento autossustentável, fortalecendo a cultura local em longo prazo. A profissionalização da gestão dos blocos e coletivos, por meio de planos de negócios alinhados às exigências dos editais e de parcerias estratégicas, pode fortalecer a sustentabilidade desses grupos. Além disso, o investimento em produtos culturais derivados — como campanhas publicitárias, produções artístico-culturais, oficinas e experiências turísticas — amplia a geração de renda. Outra oportunidade pode acontecer pela inclusão de práticas da economia circular, como reciclagem e reaproveitamento de materiais, que reduz custos e atrai empresas alinhadas a pautas socioambientais. Por fim, a valorização do turismo cultural e a integração com políticas de desenvolvimento consolidando o Carnaval como motor econômico de sucesso.

“Tem uma parcela da iniciativa privada que vê um potencial gigantesco e quer investir, mas vê limites. Outra maioria que não enxerga o Carnaval de Brasília como algo potente e que seria lucrativo, então não joga peso no desenvolvimento”. (Entrevistado P1, 2025).

Por outro lado, o Carnaval do Distrito Federal possui potencial para se consolidar como um produto turístico nacional e internacional mais atrativo. Embora já atraia milhares

²⁵ Entrevista concedida pelo representante do Grupo P1 à Wellington Bezerra de Mello em 18/12/2025, em Brasília, DF.

de visitantes do entorno, o evento demanda investimentos em infraestrutura turística — como aprimoramento dos transportes, hospedagem e serviços — para assegurar uma experiência positiva aos participantes.

Também é necessário promover campanhas de marketing e divulgação integradas, em parceria com profissionais de comunicação especializados em crescimento econômico e gestão cultural, para destacar os diferenciais culturais e turísticos da região. Estabelecer parcerias estratégicas com órgãos de turismo, empresas privadas e influenciadores digitais ampliarão o alcance da divulgação, atraindo turistas de outras regiões e países. As características únicas do Carnaval do DF, sua diversidade cultural e a localização privilegiada da capital federal representam ativos estratégicos para o fortalecimento da economia criativa.

A diversificação e qualificação da programação do Carnaval é outro ponto a ser trabalhado. Uma agenda ampla que inclui blocos, shows, festas temáticas e experiências culturais autênticas, além dos roteiros turísticos específicos para o período, também são pontos essenciais para serem considerados. É importante investir na capacitação e profissionalização dos artistas, produtores e profissionais do setor para que possam atender as expectativas dos turistas com excelência, para fazer do Carnaval do DF uma vitrine cultural que gera impacto econômico significativo.

“Acredito que não dá para fazer o Carnaval sem a presença do Estado, porque para além da subvenção, tem toda a questão da estrutura estatal que contribui, por exemplo, o nosso Carnaval tem crescido porque temos dado um caráter de segurança muito forte, que aonde eu vou, eu vou curtir o Carnaval do jeito que eu sou não vou ser molestado, nem ser assaltado. Essa questão tem sido um mote para vender o Carnaval. Então tem essa parte do estado. Não dá para fazer o Carnaval sem o estado, mas ao mesmo tempo tem os limites orçamentários e financeiros. Então vai chegar a hora que vai precisar ser complementado pela iniciativa privada”. (Entrevistado G1, 2025).

Porém, mesmo com o aumento da participação estatal e privada, para impulsionar o turismo nacional e internacional, é essencial promover a corresponsabilidade entre as diversas instâncias envolvidas com o turismo. A Setur-DF e outras esferas da administração pública precisam estar alinhadas para a viabilização do Carnaval como produto atrativo da economia criativa. Isso demanda o fortalecimento da identidade cultural para fomentar o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável do DF. Além de melhorias em infraestrutura e logística, requer investimentos na eficácia da ação pública, via estratégias de fomento continuado e experiências integradas que unam festas, gastronomia e patrimônio.

“O Carnaval envolve várias órbitas da economia criativa, tem a lógica do entretenimento. Todas as casas de eventos ficam lotadas durante todo o Carnaval. É uma pauta disputada. Eu produzi um evento privado, e para conseguir manter a vaga lá foi difícil. Os blocos e o Carnaval como um todo, ele movimenta diversas cadeias da economia criativa. Eu destacaria moda, turismo e entretenimento, por óbvio

poderia movimentar mais vezes. O Divinas Tetas já teve período em que qualquer evento que ele fizesse fora do Carnaval, encheria e movimentaria. Então é esse ativo que, por exemplo, no Carnaval de Pernambuco tem diversos blocos que fazem as festas durante um ano de arrecadação para garantir o desfile. Que daí entra num lugar de formação de plateia, de fidelização. Falta no Carnaval de Brasília esse entendimento de Carnaval como um processo que precisa entender mais o que é a tua brincadeira e a manifestação enquanto algo legítimo e que existe de maneira societária para transformar aquilo num ativo de produto que seria comercializado”. (Entrevistado P1, 2025).

Na avaliação dos carnavalescos, os benefícios sociais e econômicos do Carnaval superam os custos graças à colaboração entre o setor público, privado e terceiro setor trabalhando juntos numa relação essencial para o sucesso do DF-Folia. As expectativas dos envolvidos alinham-se à realidade alcançável, e a participação ativa representa uma oportunidade significativa para todos.

7.8. MOVIMENTAÇÕES DO TURISMO NO CARNAVAL DO DF

O governo e a política estão submetidos a um cronograma de trabalho que funciona em temporalidade curta. Com exceção de eventos e bens produzidos em velocidade acelerada, a cultura requer tempo para amadurecimento qualitativo e concretização de processos. Seus impactos societários demandam prazos mais longos. No enlace política e cultura, o equilíbrio é difícil. A gestão cultural não pode desconhecer as temporalidades diferenciadas, mas precisa equacionar e resolver tais dilemas, que perpassam o dia a dia da administração (Rubim, 2019, p.15).

Embora a economia criativa perpassar a cultura e o turismo, o projeto DF-Folia 2025 não integrou as atribuições de gestão da Setur-DF. No entanto, conforme o portal da Setur-DF (Ribeiro, 2025), Brasília encerrou o primeiro semestre de 2025 com resultados históricos no setor turístico, consolidando-se como destino relevante e cada vez mais reconhecido nacional e internacionalmente. Esse período destacou-se por eventos de grande porte, expansão de serviços e conquistas estratégicas no turismo cultural, gastronômico, cívico, esportivo e de negócios.

O presidente do Sistema Fecomércio-DF, José Aparecido Freire, avalia que o crescimento da festa nos últimos anos tem destacado o potencial de Brasília para o turismo. “Apesar de não sermos um tradicional destino para turistas no Carnaval, temos a capacidade de atrair e manter foliões na cidade, celebrando nossa cultura e movimentando nossa economia”, afirma. Ainda assim, de acordo com o IPE-DF, cerca de 10% dos foliões são de fora do DF, sendo que a maioria é de Goiás e Minas Gerais, seguidos de São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro. (Neto; Rocha; 2025).

De acordo com a Setur-DF, nos primeiros quatro meses de 2025, o turismo injetou cerca de R\$ 28,3 milhões na economia local — um crescimento expressivo de 50,88% em comparação com o mesmo período do ano 2024. O resultado é reflexo direto de ações

estruturadas em diversos segmentos, da valorização da cultura local até a qualificação de serviços. O Distrito Federal apresentou um incremento de 39% na chegada de turistas internacionais, o que reforça Brasília como um destino global competitivo e de fortalecimento turístico.

Segundo o Secretário de Cultura, após ouvir as demandas da comunidade do Samba, os 4,5 milhões liberados para as escolas de samba em 2025 serão investidos no Carnaval do Samba de 2026. A Secretaria também buscará apoios adicionais junto à Câmara Legislativa do DF (CLDF) para complementar os recursos dos desfiles, uma vez que a gestão dispõe de apenas 50% do valor necessário. Essa decisão foi tomada em reunião com o MPDFT e representantes das escolas de samba.

A Secec-DF comprometeu-se a trabalhar na edição do Carnaval de 2026, a ser construída ao longo de 2025, com foco no fortalecimento das atividades das comunidades do samba durante todo o ano. Em conjunto com as escolas, a Secretaria pleiteará recursos junto à CLDF para viabilizar os desfiles dentro do calendário oficial. Paralelamente, as escolas vão buscar alternativas de sustentabilidade para o financiamento de suas atividades junto à comunidade, visando concretizar um modelo financiador que garanta efetivamente o retorno das escolas de samba ao calendário carnavalesco.

“E aí a liga das Escolas de Samba vai falar comigo. Quando se trata dessa gestão, como é que o tecido cultural enxerga isso? A liga era quem ia fazer a gestão foi impactada, porque não tinha a documentação que eles exigem..., por onde passa a questão das articulações com os blocos para que a luta seja concisa. A questão de representatividade mudou muito por causa da legislação. Hoje a legislação não permite, precisa ter a representatividade oficial nos órgãos públicos, que é o CNPJ ou a pessoa jurídica. A Escola de Samba sempre teve problema de prestação de conta. Ficou prejudicada porque não tinha o documento. Eu participei da seleção, inclusive fui o segundo colocado do edital, e não chamaram a gente. E a gente tinha condições. Então, foi uma decisão do coletivo da Escola de Samba”. (Entrevistado C1, 2025).

Manifestações culturais como as escolas de samba tem compromisso com sua comunidade, e desempenha um papel importante enquanto agente cultural, desenvolvendo projetos sociais ou mantendo os ensaios e desfiles, procurando sempre uma maneira de financiar seus custos e promover a preservação da tradição que é o patrimônio daquele território cultural.

“A Aruc e algumas poucas escolas na asa norte conseguem ainda estabelecer uma atividade anual de ensaios, mesmo sem desfile. Toda terça-feira tem desfile, tem ensaio da bateria. Tem período bom e tem período ruim. Esse ano, no primeiro semestre, nós conseguimos manter o ensaio no primeiro semestre todinho, via a emenda parlamentar que foi executada pelo Instituto Latino América e Ministério da Cultura. A gente propiciou trabalho e emprego para os nossos trabalhadores do Carnaval, mestre bateria, coordenadores de passistas, madrinha da escola e outros segmentos como assistente de produção, produção executiva entre outras coisas. Ao

tempo que conseguimos fazer que essas pessoas fossem remuneradas, também remuneramos a escola. Conseguimos ampliar o nosso plantel de participantes voluntários. Nós saímos de uma bateria de 80 pessoas para 160, 180 pessoas, mas via esse trabalho, via a formação de novos músicos. Da mesma forma aquele elenco maravilhoso”. (Entrevistado C4, 2025).

É importante observar que existem divergências entre o GDF, a Secretaria de Cultura, e o segmento cultural. O GDF não prioriza as ações do Carnaval, a Seccec-DF não tem recursos orçamentários suficientes e o segmento cultural reivindica o que a lei prevê, o financiamento do Carnaval pelo GDF. Porém, é inegável que há um movimento de construção do modelo de gestão para o Carnaval do DF com acertos e discordâncias, mas que precisa buscar aprimoramento e qualificação acerca de temas que envolvem território, identidade cultural e fomento às manifestações culturais. Entender que não há o modelo a ser copiado e sim construído a partir da realidade das experiências tanto da gestão, quanto do movimento cultural. Para isso, é preciso estar aberto para a crítica e para mudança, que é fundamental nesse caminhar. Consolidar a cultura é muito mais que prover financeiramente os blocos de rua e as escolas de samba, é reconhecer o potencial cultural existente e preservar o patrimônio cultural imaterial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS DA CARNAVALIZAÇÃO

O Carnaval é uma manifestação sociocultural de amplo espectro simbólico que, por meio de suas representações sociais, disputas e confrontos no âmbito político, cultural, social e econômico, revelam um importante vetor de resistência das identidades culturais e de desenvolvimento local. Está inserido dentro do ecossistema da economia criativa brasileira, através de sua cadeia produtiva que influencia diretamente nos resultados econômicos e na arrecadação fiscal.

Como aprofundamento acadêmico, este estudo de caso aborda um debate contemporâneo sobre a cultura e a economia do Carnaval sob a ótica da economia criativa. Nesse contexto, examina o potencial do Carnaval para impulsionar a arrecadação fiscal, a geração de renda e o desenvolvimento econômico local. Além disso, resgata o significado desse evento no âmbito do modelo de governança instituído pelo GDF. A pesquisa investiga a compreensão do “Carnaval” como fenômeno econômico, social, cultural e simbólico. Os resultados visam fornecer subsídios relevantes a gestores públicos, agentes culturais e pesquisadores, promovendo uma atuação crítica sobre a Economia Criativa e Cultural nesse modelo de governança, com vistas a reivindicar maior compromisso da gestão pública na transformação do campo, em prol da sustentabilidade cultural e econômica das agremiações culturais.

Os resultados apresentados permitiram consolidar o diagnóstico sobre a necessidade de estruturar um planejamento estratégico para as ações de fomento e produção do Carnaval, para fortalecer o modelo de gestão pública e governança definido pela legislação, além de estabelecer consensos entre os diversos setores envolvidos. E assim, garantir a intersetorialidade como estratégia que articula todos os agentes culturais, permitindo discutir e solucionar problemas complexos e multidimensionais, e superando a fragmentação das ações públicas.

O Carnaval no Distrito Federal transcende a natureza de evento apenas como entretenimento festivo. O seu ativo cultural configura um importante viés estratégico potencializado pela economia criativa, que traz por meio da vocação da capital federal, resultados significativos no turismo, na economia local e ainda proporciona coesão social forjada por suas manifestações culturais. É um evento representativo de crescimento e desenvolvimento econômico, com grande potencial que integra cadeias produtivas complexas,

fomento da criatividade e da inovação, além promove inclusão social ao gerar novos postos de trabalho e renda.

Desenvolvido especificamente a partir da estruturação do Carnaval de 2025, a pesquisa oferece um retrato do cenário político e econômico, revelando as fragilidades decorrentes da falta de conscientização e internalização da importância da identidade cultural de Brasília e do respeito aos territórios originais das manifestações culturais tradicionais. A partir da identidade cultural se potencializa ainda mais o acervo do patrimônio cultural já reconhecido na capital federal, fundamentado por sua arquitetura, sua história e sua dimensão política. Também, tendo essa vocação natural, é possível identificar uma crescente concentração de eventos no âmbito do entretenimento, do qual o Carnaval é um dos ápices em sua dimensão simbólica, especialmente sob a perspectiva cultural, política e econômica.

O Carnaval está articulado com a economia criativa por meio da inovação tecnológica, da criatividade e todo espectro das artes criativas e performáticas, enquanto produção de uma cadeia que envolve diversos setores das indústrias culturais, do comércio e das produções artesanais. David Throsby (2001) define cultura, valor cultural e valor econômico dentro da economia da cultura. São definições que estão presentes transversalmente no contexto da economia do carnaval, mediante os modelos de gestão e governança, de organização econômica do setor cultural, e do comportamento dos produtores e consumidores que interagem e viabilizam o evento carnavalesco.

O suporte teórico utilizado no processo de investigação do estudo de caso acerca da gestão do Carnaval 2025 aponta possibilidades de viabilidade de uma construção colaborativa e democrática para a governança do Carnaval, que precisa discutir e promover a independência econômica e autonomia das agremiações culturais, no sentido da diminuição da dependência do mecenato pelas agremiações, para uma sustentabilidade cultural e econômica que valoriza o capital cultural instrumentalizado por políticas públicas, trazendo novas estratégias e atores para o processo de manutenção do ativo cultural mais autônomo para fomentar um Carnaval criativo e inclusivo.

As interseções entre a economia criativa que está presente na economia do Carnaval demonstram que o valor inserido no âmbito da tradição do patrimônio cultural local e os aspectos simbólicos também têm implicações econômicas em diversos setores da economia, que mobiliza um ecossistema financeiro e envolve variáveis importantes como o crescimento do PIB, a arrecadação fiscal e a viabilização de recursos por meio do desenvolvimento da potencialidade que o Carnaval representa para estabelecer uma dinâmica que venha acontecer o ano inteiro.

A Falta de consciência e de visão do GDF sobre a importância do valor simbólico compartilhado, que está presente no território e na comunidade onde surge a matriz cultural traz, junto com a instabilidade, a incerteza da garantia do financiamento ao subestimar a potência de crescimento econômico que a cultura e o valor econômico da diversidade do Carnaval promovem em seu sistema, onde a cultura é transformada em valor de mercado. Determinados elementos são importantes como valores tradicionais, valores compartilhados, a escuta da população que, de fato, é quem faz a festa e a dinâmica relacional entre a gestão pública, agentes culturais e iniciativa privada que compõe a dinâmica do Carnaval de Brasília como ecossistema e cadeia produtiva que consome cultura, financiam as manifestações culturais, valoriza tradições e reinveste no Carnaval que se retroalimenta junto à sociedade.

É um complexo que articula geração de renda, pertencimento territorial e identidade cultural. Assim como em Recife, Salvador e o Rio de Janeiro que tem uma forte identidade cultural a partir da valorização de suas matrizes tradicionais, Brasília também precisa valorizar a sua identidade fortalecendo e consolidando maior atenção para o que já existe e está presente no Carnaval. Para isso, estratégias eficazes que envolvem incentivos fiscais, educação intercultural e parcerias público-privadas para indústrias criativas são exemplos que mostram possibilidades de priorização da autossuficiência financeira das manifestações culturais locais.

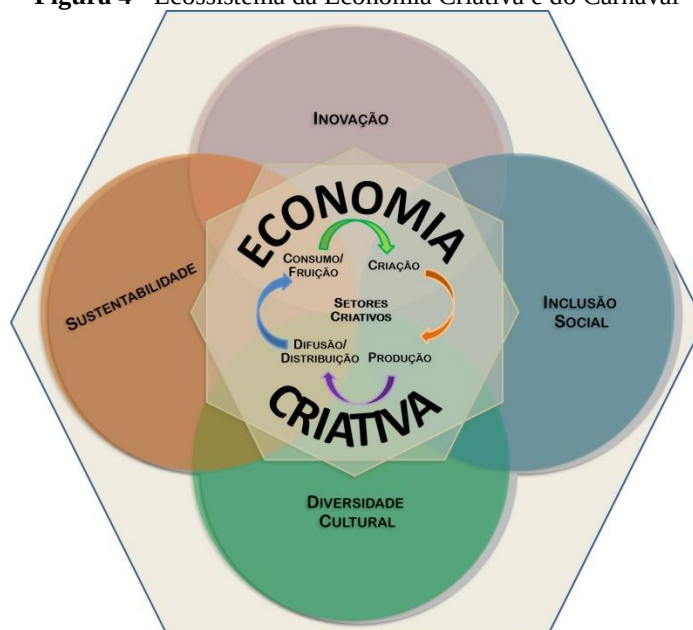
A economia criativa, dentro de seu escopo, serve de referencial para projetar novas fontes de recursos financeiros por meio da inovação, da produção criativa, da tecnologia entre outras possibilidades de construção da estabilidade econômica, ou seja, fazer com que a atividade criativa, artística e cultural tenha o caráter de inovação, de empreendedorismo, como negócio que faz parte do processo de desenvolvimento econômico local, por movimentar a cadeia de produção cultural também gerando emprego e renda.

Por outro lado, a iniciativa privada, que se insere dentro do contexto da economia criativa indiretamente com atividades mercantis como na venda de bebidas, na gastronomia com os bares e restaurantes, materiais que constroem alegorias, os adereços e acessórios para a produção artística-cultural que atingem alto percentual de lucro e contribui para o crescimento do PIB. Nesse sentido, observa-se a necessidade de garantir sustentabilidade econômica e cultural para o segmento carnavalesco e, conseqüentemente a autonomia financeira por meio do envolvimento de outros setores da economia que venha patrocinar a ação cultural e complementar o financiamento público que se apresenta ineficiente. Durand (2001) defende uma política baseada no modelo misto de financiamento, unindo recursos públicos e receitas privadas.

O ecossistema da economia criativa atende plenamente às características da economia do Carnaval, enquanto fenômeno econômico e cultural integrado à cadeia produtiva que promove desenvolvimento. Suas dinâmicas envolvem o fluxo interconectado dos elementos dos setores criativos (Brasil, 2011. p.24) — difusão/distribuição, produção, criação e consumo/fruição —, articulados por quatro dimensões fundamentais: sustentabilidade, diversidade cultural, inclusão social e inovação. (Brasil, 2011. p.32). Esse ecossistema forma um ciclo interdependente, com a economia criativa no centro como agente catalisador de valor compartilhado. A inovação emerge da tensão entre consumo, produção e equidade social, atuando como *hub* que conecta os elementos produtivos às quatro dimensões. O ciclo produtivo alimenta os setores criativos, promovendo inovação e consumo sustentável. Por sua vez, a sustentabilidade reforça a diversidade cultural e a inclusão social, gerando retroalimentação ao núcleo criativo e fomentando a cocriação interdisciplinar para o desenvolvimento sustentável.

A economia do Carnaval exemplificada pela aplicação prática do diagrama a seguir no contexto do DF integra economia criativa através da produção cultural e da cadeia produtiva com setores como turismo, gastronomia e artesanato. A economia criativa impulsiona os setores criativos, fomentando inovação, inclusão social e participação comunitária por meio de narrativas plurais que reforçam a identidade cultural e a coesão social. Essa relação demonstra como o Carnaval transforma a cultura popular em motor de inovação sustentável, ampliando a cadeia de valor para além de editais públicos (Figura 4).

Figura 4 - Ecossistema da Economia Criativa e do Carnaval



Fonte: Brasil (2011. p. 24-32). Adaptação do Autor

Notadamente, as articulações entre cultura, sustentabilidade e economia despontam como perspectiva estratégica para fortalecer a autonomia dos agentes culturais no Distrito Federal. A interseccionalidade dessas dimensões, aliada aos marcadores sociais, cria condições favoráveis à redução da dependência de recursos públicos, promovendo a sustentabilidade cultural e econômica do setor. Esse processo ganha impulso pela valorização das matrizes culturais, promovido pelos estímulos que a economia criativa provoca aos setores culturais e à iniciativa privada, que atenuam as tensões entre mercantilização, autonomia cultural e criatividade.

Falar da relação entre a economia criativa e o Carnaval do DF necessariamente perpassa por aspectos que envolvem a relação entre os atores da cadeia produtiva da cultura, em especial, os envolvidos com o projeto DF-Folia 2025. Essa é uma relação complicada, porque faz com que o tecido cultural se sinta pouco representado, limitado na sua capacidade de organização e expressão, prioritariamente a partir da competitividade existente entre as demandas e pautas do segmento cultural e a Secec-DF. Além disso, questões ordinárias atrapalham o fluxo das atividades culturais, como a demora na definição do plano de Carnaval a ser executado que poderia ser antecipado, o excesso de burocracia exigida pela legislação, os constantes atrasos no repasse de recursos e a limitação no número de blocos fomentados por causa da concorrência entre novos e antigos em contraponto com a inexistência de um plano de salvaguarda e de preservação das agremiações tradicionais do Carnaval Candango, o que reforça ainda mais as disputas entre as agremiações e o clima de insatisfação e desconfiança dos grupos.

Atualmente, o principal entrave desse modelo de gestão e governança reside nas instâncias de tomada de decisão e na imprevisibilidade da gerência de riscos do projeto. Outro ponto é inconsistência da forma de mediação de conflitos, além dos obstáculos que surgem durante o planejamento e a execução do projeto DF-Folia. Para o segmento cultural, a gestão trata o Carnaval por meio de diversos prismas sem considerar a importância das perspectivas econômicas, simbólicas e políticas, resultando em decisões contraditórias à realidade do setor. É um processo de fragmentação do pacto político que impede o agenciamento das dissonâncias e a articulação das convergências não chegando a consensos inerentes ao Carnaval, enquanto expressão máxima da cultura e de questões que envolvem a sociedade e o segmento cultural, especialmente no que envolve a preservação da memória afetiva e da tradição artística dentro do território na cidade.

O Decreto nº 44.169, institui o Carnaval como política pública de Estado no Distrito Federal, apresenta o modelo pensado para adaptar a governança à realidade local, propõe a

definição de procedimentos, a instituição de planos e a criação de instrumentos para as atividades carnavalescas. Porém, a legislação também representa um grande desafio para sua implementação pela Secec-DF. A dificuldade é de garantir recursos suficientes para atender a grande diversidade de manifestações culturais e a quantidades de grupos expressivos existentes na unidade federativa, apesar do que está previsto no decreto, nos instrumentos de governança, na política pública de cultura do DF para a estruturação do Carnaval, que inclui a previsão de editais de fomento e financiamento. Por meio dessa instrumentalização garantida pelo decreto para a governança do Carnaval no DF, a estruturação das ações que impulsionariam a economia criativa só acontece a partir do fomento dos blocos, escolas de samba e todos os serviços associados para a execução do projeto DF-Folia por edital. Esses mecanismos promovem o financiamento e a articulação intersetorial para viabilizar o evento e viabilizar algum impacto econômico.

O decreto institui o Plano de Apoio ao Carnaval por editais de fomento como o DF-Folia que envolve o Grupo de Trabalho Intersetorial da Secec-DF com as secretarias de Turismo e de Segurança Pública entre outras instâncias governamentais, que deveriam pensar estratégias eficazes para a produção do evento e atender as determinações do MPDFT para o Carnaval, entre outras ações. Entretanto, é justamente no aviamento previsto no decreto que está o maior problema de execução e cumprimento da lei. As determinações do MPDFT é um marco que inviabiliza, de certa forma, o fluxo do Carnaval e atrapalha no processo de atendimento às burocracias exigidas pelas instituições normativas e o acesso aos recursos e ao território, além dos impeditivos previstos pela Lei do Silêncio.

A governança precisa viabilizar uma boa infraestrutura, desburocratizar o acesso ao recurso para as manifestações culturais e ainda atrair foliões para, dessa forma, garantir maior movimentação econômica na região. Os editais podem até priorizar a diversidade das manifestações tradicionais, alternativas e periféricas, valorizando as culturas afro-brasileiras, fortalecendo redes criativas e o turismo cultural, porém, na atual situação, sem conseguir maior volume de investimentos e/ou patrocínio público e da iniciativa privada, não há condições de contemplar as demandas da grande diversidade de manifestações presentes no Carnaval do DF. Apesar da estrutura complexa da secretaria, garantir avanços ainda é um grande desafio para a Secec-DF, ainda mais com uma margem de recursos financeiros que limita a democratização do financiamento. Além disso, a ausência de um planejamento estratégico que seja mais eficiente e compromissado com a não pulverização dos recursos que impossibilitam o acesso ao fomento de forma mais justa e democrática, contemplando o maior número de agremiações.

O GDF demonstra uma completa falta de conhecimento acerca do valor simbólico compartilhado inerente ao Carnaval e suas manifestações tradicionais, o qual está enraizado fundamentalmente no território e na comunidade de origem da matriz cultural. Tal lacuna revela um problema estrutural que demanda ênfase reiterada pelo segmento cultural junto aos agentes públicos: a gestão não atende adequadamente a demandas sobre determinadas questões que são essenciais para o setor cultural, como respeitar os valores tradicionais compartilhados, promover a preservação do patrimônio imaterial, implementar um plano de salvaguardar das agremiações culturais e considerar a escuta dos pleitos da população e dos atores que estão diretamente envolvidos na produção e realização da festa.

Existe uma grande variação de situações que podem inviabilizar o projeto DF-Folia que inclui a articulação com os moradores, o acesso aos espaços públicos pelas agremiações e a defesa do direito aos territórios das matrizes culturais, além de discutir a lei do silêncio com a CLDF e o MPDFT além de desenvolver estratégias que venham potencializar a sustentabilidade das agremiações e diminuir a dependência com a gestão. São desafios que poderiam ser mitigados pelo planejamento estratégico construído junto com o Grupo de Trabalho, o setor cultural e articulado com o GDF para consolidar o Carnaval como motor da economia criativa do DF, integrando cultura, geração de emprego e renda, crescimento econômico e desenvolvimento local.

A economia criativa valoriza a produção cultural, a inovação e a sustentabilidade como vetores de crescimento econômico e desenvolvimento. A viabilidade do Carnaval como produto da economia criativa precisa do entendimento da importância da construção de uma relação positiva entre economia criativa e o Carnaval, da harmonia entre a gestão pública e a governança com o segmento cultural e a iniciativa privada. É fundamental garantir avanços importantes e alinhar os setores centrais do Carnaval que promovem a economia da cultura efetivamente crescer: os gestores públicos, os grupos carnavalescos, a sociedade, as universidades e os setores da iniciativa privada.

Entretanto, observa-se uma disputa construtiva de influências na relação entre o Carnaval e a economia criativa, em diversos setores. As dimensões culturais do Carnaval consolidaram-se bem antes da emergência conceitual da economia criativa. Ao transitar por variáveis econômicas e inserir-se nessa cadeia produtiva, o Carnaval configura uma dinâmica contínua que intermedia a tradição das manifestações culturais, a produção do evento e a mercantilização como produto da economia criativa. Essa é uma disputa também presente nas relações entre os segmentos culturais e a gestão pública, com as definições de interesses

comuns em relação ao comportamento da economia criativa para o Carnaval e as decisões da ação pública e governança para efetivação do projeto DF-Folia.

Na visão dos gestores públicos, a economia criativa funciona como uma estratégia de fortalecimento e dinamização da economia local, da geração de renda e empregos (temporários e permanentes), do estímulo aos setores como turismo, hotelaria e comércio. A Secec-DF entende a economia criativa no Carnaval como um instrumento de aprimoramento da gestão de recursos, que proporciona desde a infraestrutura até a segurança pública e os serviços postos de saúde e banheiros químicos, para a garantia da eficiência na realização do evento e legitimar as manifestações culturais como patrimônio culturais apoiadas por políticas públicas culturais de incentivo e preservação.

Os grupos carnavalescos se relacionam com a economia criativa como prática de sustentabilidade e inovação, como uma ferramenta para fortalecer a independência e autonomia financeira, além de ampliar sua capacidade de inovação, sem abrir mão dos subsídios públicos. Em sua percepção concentra a oportunidade para incorporar novas linguagens artísticas, tecnologias e processos colaborativos para a produção dos seus desfiles e cortejos.

Os setores da iniciativa privada relacionados ao Carnaval observam a economia criativa com o olhar mais crítico em termos de resultados tangíveis e estratégicos. É um espaço para cooperação entre setor público e privado, que pode ampliar investimentos e gerar novos negócios. Identificam o aumento do fluxo turístico e do consumo, que consolida o Carnaval como ativo econômico de impacto. Associar as marcas ao evento é percebido como oportunidade de fortalecimento da imagem corporativa, que vincula valores de diversidade, inovação e cultura. Segundo a Fecomércio, os empresários ainda não têm investido fortemente nessa experiência no DF, tendo uma atuação tímida, seja por falta de uma imagem ou identidade forte que comercialize o Carnaval como um produto de consumo viável, seja por falta de articulação com a gestão pública.

Nesta análise, cabe à gestão pública garantir um projeto estratégico de qualificação previsto no Decreto nº 44.169 para o segmento cultural e aos carnavalescos investir no seu processo de sustentabilidade econômica e cultural, que depende da profissionalização das agremiações em temas importantes como captação de recursos por diversos meios de mobilização financeira; o aprimoramento da arte de fazer adereços, alegorias e fantasias, e a participação ativa nas ações de proteção e promoção da salvaguarda da tradição cultural e do patrimônio imaterial presente em seu território; além de técnicas de gestão de seus projetos

cultural e social. Reis (2008, p.15) inspira a "concorrência criativa" via festivais de blocos emergentes, atraindo novos produtores.

A economia criativa, segundo a UNCTAD (2010), vai mais além do que um conceito em que a cultura está inserida dentro. É um setor emergente baseado em ativos criativos geradores de crescimento econômico e desenvolvimento, abrangendo a interface entre criatividade, economia, cultura, tecnologia e inovação. A criatividade precisa ser incentivada e valorizada como recurso que potencializa a economia criativa a fim de promover um desenvolvimento equilibrado, inovador e sustentável. Desse modo, é perturbador encontrar a economia criativa sediada na pasta da cultura em detrimento às demais pastas de governo que necessariamente se complementam, como turismo, desenvolvimento econômico, comunicação, ciência tecnologia, entre outras esferas governamentais que pouco se responsabilizam pela questão do Carnaval do DF. A economia criativa atende às atividades de forte caráter cultural e artístico, mas também de inovação e tecnologia, que abarca uma série de outras atividades criativas fomentada pela criatividade e que tem o agente criativo como mobilizador.

Outro grande desafio aferido na avaliação do setor cultural sobre a gestão atual aponta para o enfrentamento da fragmentação entre atores públicos, privados e culturais, e os riscos da padronização pela indústria cultural. Adorno e Horkheimer (1985, p.57) alertam para o poder da indústria cultural, que padroniza produções em série, sacrificando a lógica autônoma da obra em prol do controle econômico. Ana Carla F. Reis (2008, p.15), contrapõe essa “crítica cultural” com a economia criativa, onde a criatividade é "combustível renovável" que atrai produtores e diluem paradigmas integrando cultura, artes e tecnologia para desenvolvimento sustentável. Furtado (2012, p.111), orienta a preservação da identidade cultural. Evitar a padronização em série pode ser viabilizado por meio de cláusulas contratuais cujas exigências valorizem a noção de autenticidade da cultura brasiliense e de salvaguarda do patrimônio cultural material e imaterial, como a valorização de temas sobre Cerrado e as identidades culturais da cena candanga.

Segundo Lascoumes e Le Galès (2012b), a ação pública se dá por meio da interação entre atores, por meio da instrumentação como ferramentas para coordenação. Esse não é um problema do setor cultural, mas uma fatalidade operacional da administração pública. As fragilidades do modelo de governança causam insegurança e desconforto no setor cultural, que sente a falta de uma coordenação mais efetiva e resolutiva para a execução do Projeto DF-Folia. “O exercício democrático da gerência governamental enfrenta os embaraços intrínsecos a todo processo condicionado politicamente” (Thiry-Cherques, 2013, p.265).

A falta de mobilização e articulação política entre os setores da cultura e a gestão pública dificulta a construção de um planejamento colaborativo e democrático, essencial para que o Carnaval seja uma política pública de Estado democrática, eficaz e inclusiva, que promove a valorização das diversas manifestações artísticas e culturais do DF. A institucionalização de uma governança colaborativa com multiatores, inspirada em Lascoumes e Le Galès (2012b), assessorada por um Conselho de Governança do Carnaval, com paridade entre governo do DF, entidades culturais (agremiações, blocos, escolas de samba), iniciativa privada (possíveis patrocinadores, empresas de eventos), universidades e sociedade civil, seria uma possibilidade razoável para minimizar os impactos na construção de um projeto coletivo.

Nesse sentido, é fundamental o papel da universidade e dos centros de pesquisas para a valorização da produção científica como elemento estruturante da governança cultural, para a compreensão da natureza econômica, política, social e conceitual que o Carnaval representa, trazendo referenciais de como a verdadeira expressão da ânima coletiva que dialoga com o pensamento de Michel Maffesoli (*apud* Bosi, 2024), que afirma que o Brasil seria um laboratório da pós-modernidade, elemento central da identidade cultural de uma sociedade organizada para a vocação de suas matrizes culturais.

A implementação de estratégias de monitoramento de impactos e do engajamento cidadão, via plataformas digitais para consultas públicas, evitaria as subordinações ideológicas, priorizando o funcional, como a alocação de recursos para blocos periféricos. Carolina Andion e Thiago Magalhães (2021) apontam as crises democráticas, onde a gestão subordina o "funcional e justo ao conveniente e ideológico", ecoando Thiry-Cherques (2013, p.265) sobre argumentos ideológicos para cultura. Para o Carnaval brasileiro, isso se manifesta a partir das trocas simbólicas que acontecem entre blocos, escolas de samba e o público, demandando da governança maior sintonia para garantir o equilíbrio entre os vários atores envolvidos no evento, para uma gestão cultural com múltiplos agentes e respeito à diversidade. Por outro lado, caso a Secec-DF centrasse maiores esforços para garantir um sistema eficaz de monitoramento e avaliação, com a participação cidadã, sob a responsabilidade da própria Secretaria de Cultura em parceria com a Universidade, utilizando métodos qualitativos e quantitativos para a geração de relatórios anuais, viesse reformar o modelo de política de Estado preconizado pelo Decreto n.º 44.169, tornando a gestão mais ética e igualitária. Tony Bovaird e Elke Löffler reforçam o engajamento cidadão na reformulação da governança, em face às pressões econômicas e éticas.

O carnaval do DF precisa ser visto como ato criativo exemplar, incorporado ao cotidiano comunitário que movimenta toda cadeia produtiva da economia criativa e produz desenvolvimento e crescimento econômico em diversas áreas da economia local, mas que requer proteção contra as dependências da industrial cultural. Neste sentido, a Secec-DF deve incorporar ao seu processo de planejamento do Projeto DF-Folia, meios para garantir o aumento dos aportes orçamentários junto ao GDF e CLDF, por meio do incremento dos recursos do FAC e da LIC, para os editais como os que viabilizam a seleção da OSC e que garante toda infraestrutura necessária para o Carnaval ou mesmo buscando com recursos diretos e de parcerias com a iniciativa privada, garantir minimamente o incentivo de um projeto de sustentabilidade para o Carnaval que atendam as necessidades culturais e das agremiações durante o ano.

O desenvolvimento da cadeia produtiva inspirada pela economia criativa, segundo os preceitos de Prestes Filho (2009) e Reis (2008), visa mapear e fortalecer a cadeia produtiva do carnaval brasiliense incentivando os setores econômicos e culturais do mercado local para a produção de fantasias e alegorias destinadas às apresentações das agremiações, por exemplo, além da produção de shows e o fomento do turismo, integrando inovações tecnológicas, para incrementar as parcerias público-privadas, com incentivos fiscais para que destinem maiores investimentos na produção cultural local.

A valorização do Capital Cultural e a Inclusão Social podem subsidiar políticas culturais que combatam desigualdades de oportunidade entre o setor cultural, com a criação de programas anuais de formação em "capital cultural carnavalesco" (oficinas culturais, de confecção e de composição) voltada para as comunidades periféricas do DF, cujos resultados da experiência seriam apresentados ao final de cada oficina em eventos culturais. A viabilização dos recursos pode ser pela criação de um fundo de cultura específico, financiado, por exemplo, com 1% da arrecadação de IPVA, entre outras possibilidades governamentais de fontes de recursos, e que distribuiria financiamento para os projetos aprovados baseados no reconhecimento simbólico e da identidade cultural da produção local. Desta forma, a política pública de cultura promoveria maior diversidade do acesso financeiro, de forma democrática, para a profissionalização de setores da cultura carnavalesca e para o fortalecimento da sustentabilidade das agremiações e do setor cultural periférico.

Luiz Carlos Prestes Filho (2009) o analisar o carnaval do Rio de Janeiro como a maior indústria do entretenimento brasileiro, que tem cadeias produtivas complexas como as das escolas de samba e seu modelo exemplar com suas especificidades, desperta possibilidades de replicação daquilo que, em tese, se adequa a realidade cultural do DF, para gerar inovação,

trabalho e renda, além da promoção do setor das Escolas de Samba, por exemplo. Entretanto, observando exemplos positivos de modelo de gestão e governança para o Carnaval, pode ser adequadas e ajustadas quaisquer das demandas que seja fundamental para manter viva a identidade cultural do DF e fortalecê-la como a marca do Carnaval candango. Essa articulação só acontecerá com a união entre todos os setores que fazem o Carnaval: a gestão pública, as agremiações, o setor da iniciativa privada que estiverem relacionadas ao Carnaval, as universidades e a sociedade civil ao concordarem que há necessidade de instituir mecanismos de articulação política que conduza ao consenso das pautas reivindicadas e aos interesses comuns, pensadas para promover o incremento da economia criativa.

Roberto DaMatta (1997) destaca o Carnaval como subversão de hierarquias, que reflete os dilemas entre tradição, autoritarismo e democracia, que pode desafiar identidades locais em um contexto de planejamento urbano rígido. A gestão pública enfrenta desafios institucionais importantes como a adequação da Lei do Silêncio e a viabilidade do evento, em território prioritário das manifestações culturais. Definir junto ao MPDFT recomendações mais flexíveis e tolerantes para acelerar o processo das agremiações diante as exigências dos editais. Também, estabelecer maior articulação e comunicação com o setor da iniciativa privada, que usufrui do Carnaval com suas atividades relacionadas ao turismo, para investir em conjunto como patrocinadores. Investindo na comunicação com a sociedade e em campanhas publicitárias e marketing para promover o Carnaval da Capital Federal em outras localidades, como estratégia para aumenta o número de foliões no evento, transformando Brasília em um destino preferido de turistas e consolidar ainda mais o Carnaval no calendário nacional.

Por outro lado, é essencial mitigar os impactos das disputas de forças inerentes ao atual modelo de gestão do Carnaval, forjando um pacto civilizatório que normatize tanto o modelo econômico quanto a gestão da cidade. Propor, assim, um novo pacto entre as manifestações culturais e a sociedade, capaz de garantir o dinamismo da cultura candanga e a efervescência representada pelo Carnaval.

Pensar em mudanças na esfera pública é um exercício de cidadania que exige transformação de ideias em ações concretas, alinhar perspectivas de participação democrática às políticas culturais, minimizar a tensão natural entre a reflexão individual e a mobilização social e potencializar a governança e a economia criativa, garantindo assim bons impactos socioeconômicos a partir do Carnaval. Para isso, é preciso estabelecer canais permanentes de diálogo, de participação, de transparência do uso dos recursos públicos e de descentralização do planejamento do Carnaval. (Quadro 28).

Quadro 28 - Proposições para reflexão crítica do Modelo de Gestão do Carnaval.

PROPOSTA	REFLEXÃO
Adequação, estruturação e consolidação do Modelo de Gestão mais eficiente para o Carnaval.	A consolidação do modelo de gestão pública e governança compromissada com a independência econômica das agremiações e a valorização do capital cultural.
Democratização dos recursos e aumentar a viabilidade financeira aumentando o número de agremiações fomentadas.	Aumentar os aportes orçamentários por meio do incremento do FAC e da LIC, dos editais para a OSC e recursos diretos para garantir projetos do setor durante o ano.
Profissionalização do segmento cultural e periférico.	Criar programas anuais de formação (oficinas culturais, de confecção e de composição) garantindo acesso financeiro para profissionalização e fortalecimento do setor cultural periférico.
Política de financiamento por editais mais inclusivos e menos burocráticos, disponibilizando mais recursos.	O fomento da cadeia produtiva provoca tensão para o segmento, que se sente pouco representado pela política de editais e que gera disputa entre agremiações e produtores.
Ampliação do acesso ao financiamento da salvaguarda das agremiações tradicionais	A limitação no número de blocos fomentados reforça a disputa das agremiações, gerando insatisfação e desconfiança;
Ampliar e fortalecer a articulação dos diversos segmentos da cultura, gestão e iniciativa privada para promover crescimento econômico.	Viabilizar o Carnaval como produto da economia criativa a partir do alinhamento e cooperação dos agentes envolvidos com o carnaval para ampliar a geração de oportunidades para novos negócios.
Fazer campanhas publicitárias para divulgar a identidade candanga e prospectar novos turistas para o DF	O aumento do fluxo turístico para consolidar o Carnaval como ativo econômico de impacto, pelo fortalecimento da imagem corporativa vinculada à diversidade e inovação.
Investir no processo de avaliação, monitoramento e planejamento e realizar possíveis adequações a Lei do Carnaval.	Garantir o sistema de monitoramento e avaliação, com a participação cidadã que possa subsidiar a política de Estado preconizado pelo Decreto N° 44.169.
Articular com o MPDFT a concessão de recomendações flexíveis e reconhecimento do território prioritário das manifestações	Dar agilidade a legalização das agremiações exigidas nos editais, e discutir a Lei do Silêncio. Atender a realidade do Carnaval e defesa do território das manifestações culturais.
Estabelecer encontros e fóruns de discussão como canais de diálogo entre a gestão, o setor cultural e a sociedade.	Fortalecer sistematicamente os canais de diálogo, de participação, de transparência do uso dos recursos públicos e descentralização do planejamento do carnaval.

Fonte: Elaboração do Autor.

O caminhar na formulação do modelo de gestão do carnaval eficaz é um processo de construção que permanece em andamento. Fazer acontecer consensos e pactuações precisa de muita habilidade política e resiliência dos envolvidos, uma vez que essa é uma equação que possui diversas variáveis e em determinadas situações tem movimentações que são contraditórias. A gestão pública precisa aprofundar e afinar os conceitos que norteiam todas as variáveis culturais desde o conhecimento acerca de temas fundamentais sobre cultura, salvaguarda do patrimônio cultural (material e imaterial), território e identidade cultural, e inserir no contexto das formulações das políticas públicas culturais e nos seus planos de atuação. É fundamental o respeito às tradições, a preservação do patrimônio material e imaterial cultural que as matrizes representam no carnaval dentro da economia criativa para que possa encontrar harmonia dos ativos que impulsionam o crescimento econômico a partir da diversidade representativa da cultura popular no Carnaval.

Essas são reflexões expressadas na avaliação dos resultados das entrevistas aberta e questionário eletrônico e de todo subsídio metodológico utilizado que compõe a análise do estudo de caso. As proposições procuram transformar o Carnaval do DF em modelo de

governança integrada, unindo teoria cultural à prática da ação pública e da governança para instrumentalizar interações com multiatores, valorizar a criatividade e combater desigualdades, que podem posicionar o Carnaval do DF como indústria cultural sustentável, gerando retorno de milhões em movimentações econômicas e arrecadação fiscal.

Nesse contexto, a economia criativa pode auxiliar na compreensão de processos que transcendem os mecanismos de editais, como observado no Rio de Janeiro e em outras cidades. Essa compreensão deve ser continuamente articulada entre a iniciativa privada, a gestão pública e os agentes carnavalescos, em conjunto com a universidade e a sociedade civil, articulando todos os setores envolvidos para a promoção de sustentabilidade, inovação e desenvolvimento de novas tecnologias, a partir das análises de experiências bem-sucedidas. Essa dinâmica estimula o ecossistema de produção e circulação de saberes e cultura, impulsionado pela ação integrada desses atores.

Preservar a matriz cultural em sua essência é um ato simbólico de respeito à identidade cultural e a memória da capital federal, porém a implementação de um modelo de gestão desta amplitude demanda vontade política, investimentos financeiros e muita articulação envolto em consenso entre os atores culturais envolvidos. Para potencializar ainda mais esse contexto, é de imperativa relevância nesse processo colaborativo envolver a academia, os agentes públicos e privados, investindo em pesquisas científicas para construir e conferir legitimidade aos dados estudados, mas também para subsidiar a tomada de decisões mais qualificadas, ao oferecer um retrato amplo, panorâmico, metodologicamente rigoroso e cientificamente fundamentado do estudo dos fenômenos que envolvem o Carnaval e a economia criativa no Distrito Federal.

A universidade não deve ser reconhecida apenas como mera fornecedora de dados, mas como entidade parceira que oferece subsídios estatísticos, analíticos e interpretativos para a tomada de decisões qualificadas, como agente fundamental da cadeia de valor da hélice quártupla proposta por Carayannis e Campbell (2010), que incorpora elementos da "ecologia social" e enfatiza a produção e o uso do conhecimento no âmbito das relações sociais. Essa é uma abordagem que oferece uma estrutura analítica na qual o conhecimento e a inovação conectam-se ao ambiente natural e configuram um território criativo para a construção coletiva entre os setores da cadeia de valor, como um modelo interdisciplinar de análise e transdisciplinar de resolução de problemas, voltado ao desenvolvimento sustentável, o que implica numa contextualização abrangente da produção e utilização do conhecimento, bem como da inovação pelo ambiente natural da sociedade.

Ademais, a universidade integra esse pacto de pesquisa como protagonista, estimulando iniciativas inovadoras sobre o Carnaval de Brasília e, em particular, sobre a economia do Carnaval, além de auxiliar na construção da memória coletiva e da preservação cultural, ao fomentar novos projetos de pesquisa que são relevantes sobre a economia criativa e sobre o Carnaval enquanto fenômeno econômico e cultural. Esses estudos demandam um olhar demorado, crítico e analítico, capaz de gerar subsídios robustos para gestores e demais setores.

Esta pesquisa acadêmica revela as dinâmicas essenciais que orientam ações estratégicas e pontuam demandas e críticas do segmento cultural junto ao modelo de gestão preconizado pelo GDF. Nesse contexto, a noção de "Economia do Carnaval" ganha ênfase ao apontar caminhos para futuras investigações, especialmente voltadas ao mapeamento sistemático dos dados econômicos, sociais e culturais inerentes à atividade carnavalesca, bem como, investimentos em estatísticas, econometria e pesquisas aplicadas que poderão subsidiar decisões mais qualificadas no setor público e privado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. São Paulo: Companhia das Letras, 1985.

AGÊNCIA BRASIL. Carnaval de 2025 teve recordes para bares, restaurantes e hotéis do RJ: impacto positivo na economia chegou a R\$ 6,5 bilhões, segundo governo. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 10 mar. 2025a. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-03/carnaval-de-2025-teve-recordes-para-bares-restaurantes-e-hoteis-do-rj>. Acesso em: 22 maio 2025.

AGÊNCIA BRASÍLIA. Publicado chamamento público para incentivar carnaval de rua do Distrito Federal. **Agência Brasília**, Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://agenciabrasilia.df.gov.br/w/publicado-chamamento-publico-para-incentivar-Carnaval-de-rua-do-distrito-federal>. Acesso em: 20 jan. 2025.

AGÊNCIA BRASÍLIA. Reunião debate estratégia para Carnaval 2025. **Agência Brasília**, Brasília, DF, 26 mar. 2024a. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/w/reuniao-debate-estrategia-para-Carnaval-2025/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

AGÊNCIA BRASÍLIA. Reunião define categorias e representantes do Comitê Permanente do Carnaval. **Agência Brasília**, Brasília, DF, 03 abr. 2024. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/w/reuniao-define-categorias-e-representes-do-comite-permanente-do-carnaval#:~:text=A%20Secretaria%20de%20Cultura%20e%20Economia%20Criativa,escolas%20de%20samba%2C%20al%C3%A9m%20de%20agentes%20culturais>. Acesso em: 08 jan. 2025.

AIRBNB. Os 25 destinos em alta para viajantes em 2025. **Airbnb Newsroom**. [s.l.], 19 dez.2024. Disponível em: <https://news.airbnb.com/br/os-25-destinos-em-alta-para-viajantes-em-2025/>. Acesso em: 8 jan. 2026.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. Disponível em: https://www.academia.edu/39873407/UMA_HIST%C3%93RIA_DO_NEGRO_NO_BRASI. Acesso em: 20 set. 2025.

ALMEIDA, J. **História do carnaval de Brasília**. São Paulo: Editora Cultura. 2018.

ALVES, Syntia. Batuques sagrados e profanos: samba e carnaval como espaço de resistência das religiões afro-brasileiras. In: GAÑÁN PEREZ, Rocío; ZARRILLI, Gustavo (org.). **La criminalización de las resistencias como última estrategia desarrollista de despojo en América Latina**. Buenos Aires: Ciccus: CEAR, 2018. p. 98.

AMALRIC, David. O carnaval à beira da política: paradoxos filosóficos e marcos históricos. In: SILVEIRA, Ronie Alexandro Teles da (org.). **O carnaval e a filosofia**. Porto Alegre: Editora Fi, 2016. p. 37.

AMARAL Luís Mira; RIBEIRO José Felix; SOUSA Milton de. **Economia do conhecimento: noção, base de sustentação e tendências**. Porto: SPI - Sociedade Portuguesa de Inovação; Princípia Editora. Disponível em:

https://www.spi.pt/documents/books/economia_conhecimento/docs/Manual_I.pdf. Acesso em: 24 maio 2025.

ANDION, Carolina; MAGALHÃES, Thiago. (Re)aproximando os pragmatismos da análise das políticas públicas. Experimentação e investigação pública em um cenário de crise democrática. **Revista Sociedade e Estado**, v. 36, n. 2, maio-ago. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/RFvXXMFDRgnz5g5GJnnpnqx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 dez. 2025.

ARAUJO, Raniery Silva Guedes de; WAIZBORT, Karla Estelita Godoy. Turismo familiar: memórias, fenômeno turístico e o carnaval pilarense (AL). **Revista Transversos**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 142, ago. 2023. Disponível em: https://www.academia.edu/download/107600009/Turismo_familiar_memorias_fenomeno_turistico_e_o_carnaval_pilarense_AL_.pdf. Acesso em: 29 set. 2025.

BAHIA NOTÍCIAS. Carnaval da Bahia 2025 atrai 3,5 milhões de turistas e injeta R\$ 7 bilhões na economia. **Bahia Notícias**, Salvador, 2025. Disponível em: <https://www.bahianoticias.com.br/noticia/302438-Carnaval-da-bahia-2025-atrai-35-milhoes-de-turistas-e-injeta-rdollar-7-bilhoes-na-economia>. Acesso em: 22 maio 2025.

BENTO, Emannuel. Carnaval 2025: Recife recebeu 3,5 milhões de foliões e movimentou R\$ 2,7 bilhões, diz Prefeitura. **JC PE**, Recife, 5 mar. 2025. Disponível em: <https://jc.uol.com.br/cultura/2025/03/05/carnaval-2025-recife-recebeu-35-milhoes-de-folhoes-e-movimentou-rs-27-bilhoes-diz-prefeitura.html>. Acesso em: 21 maio 2025.

BERGER, Peter Ludwig; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Tradução: Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2004.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. **O conceito de cultura em Celso Furtado**. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 241. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/28659/1/BOLA%C3%91O-o-conceito-de-cultura-em-celso-furtado-EDUFBA-2015.pdf>. Acesso em: 27 maio 2025.

BOSI, Maria Lúcia Magalhães. Pós-modernidade: elementos para uma compreensão - entrevista com Michel Maffesoli. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 28, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/PN8P8xNyrysvtXrJsZLG4yn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 fev. 2026.

BOURDIEU, Pierre. A economia dos bens simbólicos. *In*: BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução: Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 1996. cap. 6, p. 157-195.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Tradução: Magali de Castro. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999a.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. *In*: BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Tradução: Magali de Castro. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. cap. 4.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. Tradução: Paula Montero; Alicia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983. p. 157. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 39).

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia geral**: as formas do capital: curso no Collège de France (1983-1984). Tradução: Fábio Ribeiro. Petrópolis: Vozes, 2023. v. 3.

BOVAIRD, Tony; LOEFFLER, Elke. Public management and governance: The future?. In: BOVAIRD, Tony; LOEFFLER, Elke (ed.) **Public management and governance**. Routledge, 2015. p.395-409.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano da Secretaria da Economia Criativa 2011 - 2014**. Brasília: MINC, 2011. p. 24-32. Disponível em: <https://cultura.rs.gov.br/upload/arquivos/carga20211009/28100934-plano-da-secretaria-da-economia-criativa.pdf>. Acesso em: 29 set. 2024

BRASIL. Ministério da Cultura. Carnaval fortalece bens culturais e desenvolve a economia criativa das regiões. **Agência Gov**, Brasília, DF, fev. 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202402/carnaval-fortalece-bens-culturais-e-desenvolve-a-economia-criativa-das-regioes>. Acesso em: 29 set. 2024.

BRASIL. Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. **Recomendação - Carnaval nº 01/2025**. Procedimento Administrativo nº 08192.217310/2024-49. Brasília, DF, 4 fev. 2025. Disponível em: <https://www.mpdft.mp.br/transparencia/arquivos/recomendacoes/recomendacao-1738776311.pdf>. Acesso em: 29 set. 2025.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Referencial básico de governança aplicável a organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU**. 3. ed. Brasília, DF: TCU, 2020. p. 17. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/data/files/FB/B6/FB/85/1CD4671023455957E18818A8/Referencial_basico_governanca_organizacional_3_edicao.pdf. Acesso em: 26 dez. 2025.

CARAYANNIS, Elias G.; CAMPBELL, David F. J. Triple helix, quadruple helix and quintuple helix and how do knowledge, innovation and the environment relate to each other?: a proposed framework for a trans-disciplinary analysis of sustainable development and social ecology. **International Journal of Social Ecology and Sustainable Development**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 41-69, jan./mar. 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/David-Campbell-26/publication/273268696>. Acesso em: 6 fev. 2026.

CARDOSO, Vânia Zikán. “Exu, a Sapucaí é vossa”: as múltiplas presenças de exu na performance do carnaval. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 24, n. 50, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/9MYz8sY6MynqLLN4WwGDwyM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 maio 2025.

CASELLI, Mariana. Panorama da hotelaria brasileira: prévia do 1º trimestre de 2025. **HotelInvest**, São Paulo, jun. 2025. Disponível em: <https://HotelInvest.com.br/panorama-da-hotelaria-brasileira-previa-do-1o-trimestre-de-2025/>. Acesso em: 25 dez. 2025.

CASTRO, Susana de. Ecos dos festejos báquicos no carnaval brasileiro moderno. In: SILVEIRA, Ronie Alexsandro Teles da (org.). **O carnaval e a filosofia**. Porto Alegre: Editora Fi, 2016. p. 110-122. E-book. Disponível em: <https://projetos.uel.br/bibliotecacomum/bc-texto/obras/2021pack1348.pdf>. Acesso em: 20 maio 2025.

CHARMAZ, Kathy. **A construção da teoria fundamentada**: um guia prático para análise qualitativa. Tradução: Joice Elias Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009. E-book. Disponível em: <https://pdfcoffee.com/qdownload/a-construcao-da-teoria-fundamentada-kathy-charmaz-5-pdf-free.html>. Acesso em: 16 dez. 2025.

COURI, Cristina. Mapeamento do sistema produtivo criativo do carnaval de rua do Rio de Janeiro. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO INTERDISCIPLINAR DE ECONOMIA CRIATIVA, 2020, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: MPGEC/ESPM, 2020. p. 6. Disponível em: [file:///C:/Users/wdeme/Downloads/ciiec20_Cristina%20Couri%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/wdeme/Downloads/ciiec20_Cristina%20Couri%20(3).pdf). Acesso em: 20 maio 2025.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução: Magda Lopes. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DaMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DINIZ, André. **Almanaque do carnaval**: a história do carnaval, o que ouvir, o que ler, onde curtir. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. p. 17. Disponível em: <https://andredinizcultura.com.br/wp-content/uploads/2022/04/AlmanaqueDoCarnaval-1.pdf>. Acesso em: 26 set. 2025.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa. **Lista de Blocos Cadastrados**: Edital nº 58 de 13/11/2024. 2025a. Disponível em: <https://www.cultura.df.gov.br/w/secretaria-de-cultura-divulga-resultado-final-de-blocos-para-o-df-folia-2025>. Acesso em: 25 fev. 2025.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do DF. Reunião com representantes da comunidade do samba do DF. **Instagram**: @sececdf. Brasília, DF, 2025a. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/DFF2iNrulZI/>. Acesso em: 26 set. 2025.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa. **Secretaria de Cultura divulga resultado final de blocos para o DF Folia 2025**. Brasília, DF, 31 jan. 2025. Disponível em: <https://www.cultura.df.gov.br/w/secretaria-de-cultura-divulga-resultado-final-de-blocos-para-o-df-folia-2025>. Acesso em: 25 fev. 2025.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa. **Secretaria de Cultura lança edital para valorização das tradições carnavalescas das escolas de samba do DF**. Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://www.cultura.df.gov.br/w/secretaria-de-cultura-lanca-edital-para-valorizacao-das-tradicoes-carnavalescas-das-escolas-de-samba-do-df>. Acesso em: 26 set. 2025.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria Estado de Turismo. **Ofício nº 2033/2025 - SETUR/GAB.** Dados referentes à arrecadação de imposto de atividades do turismo, como hospedagem, diversão e hotelaria, durante o período de janeiro de 2021 até maio de 2025b. Signatária: Raquel Menezes. Destinatário: Wellington Bezerra de Mello. Brasília, DF, 12 nov. 2025.

DURAND, José Carlos. Cultura como objeto de política pública. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 67-72, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/fHHZxHX7XDrdPYTMYPGQRzd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 jan. 2025.

DURKHEIM, Emile. **As formas elementares da vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2000, Disponível em: < https://ia800207.us.archive.org/15/items/DurkheimAsFormasElementaresDeVidaReligiosa/Durkheim%20as%20formas%20elementares%20de%20vida%20religiosa_text.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2025.

DUTRA, Édson Luís; FONTOURA, Julian Silveira Diogo de Ávila. A cultura popular na academia: o carnaval como objeto de estudo em programas de pós-graduação no Brasil. **Revista Latinoamericana de Estudios en Cultura y Sociedad**, [s. l.], v. 9, n. 1, art. 2282, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/2282/1611>. Acesso em: 22 maio 2025.

EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo. Expectativas do mercado nacional. **Revista Tendência**, Brasília, DF, 6. ed., p. 36-45, fev. 2025. Disponível em: <https://embratur.com.br/wp-content/uploads/2025/02/revistatendencia.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2026.

FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FURTADO, Celso. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. Disponível em: https://app.docvirt.com/mi_bibliografico/pageid/37746. Acesso em: 10 jun. 2025.

FURTADO, Celso. **Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura**. In: FURTADO, Rosa Freire d'Aguiar (org.). Arquivo Celso Furtado. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2012. v. 5. p. 95-111.

GAIÃO, Brunno Fernandes da Silva; LEÃO, André Luiz Maranhão de Souza; MELLO, Sérgio Carvalho Benício de. A teoria do discurso do Carnaval Multicultural do Recife: uma análise da festa carnavalesca de Recife à luz da teoria de Laclau e Mouffe. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 15, n. 6, nov./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ram/a/73ZdFJFHvG9pSdtzKC7nj7s/>. Acesso em: 21 maio 2025.

GOMES, Victor Márcio Laus Reis; KIELING, Alexandre Schirmer; JOSEMIN, Gilberto Clovis; MARCONDES, Ciro Inácio. Ciclo para o desenvolvimento da economia criativa: uma proposta teórica. **Animus - Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, Santa Maria, v. 23, n. 51, p. 8-9, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/87838/65915>. Acesso em: 20 maio 2025.

GRAND JÚNIOR, João. Cidade, cultura e desenvolvimento: perspectivas e desafios para a economia cultural-criativa do samba-carnaval carioca. **Diálogo com a Economia Criativa**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 29-46, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://dialogo.espm.br/revistadcec-rj/article/view/34/35>. Acesso em: 25 nov. 2024.

HALPERN, Charlotte; LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. As abordagens a partir dos instrumentos da ação pública. In: OLIVEIRA, Osmany Porto de; HASSENTEUFEL, Patrick (org.). **Sociologia política da ação pública**: teorias, abordagens e conceitos. Brasília, DF: Enap, 2021.

HANSON, Dennis; GOMES, Maria Helena Teixeira da Silva. Indústrias criativas e sua relação com a propriedade intelectual. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA (SEGET), 4., 2007, Resende. **Anais [...]**. Resende: AEDB, 2007. p. 3. Disponível em: https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos07/11_Inds%20criat%20e%20pro%20inte.pdf. Acesso em: 20 maio 2025.

HOWKINS, John. **The creative economy**: how people make money from ideas. Penguin UK, 2002.

INSTITUTO ROSA DOS VENTOS. **Relatório da pesquisa sobre o perfil e avaliação dos participantes (foliões ou não) do carnaval 2025**. Brasília/DF. 2025.

IPEDF - Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios Ampliada (PDAD-A) 2024**: Plano Piloto: resultados gerais: moradores e domicílios. Brasília, DF: IPEDF, 2024. p. 16. Disponível em: https://pdad.ipe.df.gov.br/files/reports/plano_piloto.pdf. Acesso em: 23 dez. 2025.

IPEDF - Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal; CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal. **Carnaval DF folia**: pesquisa de avaliação com os participantes sobre os blocos de carnaval do Distrito Federal - 2024. Brasília, DF: IPEDF, 2024. p. 12. Disponível em: <https://ipe.df.gov.br/documents/d/ipedf/relatorio-Carnaval-df-folia-pesquisa-de-avaliacao-com-os-participantes-sobre-os-blocos-de-Carnaval-do-df-2024-pdf>. Acesso em: 22 abr. 2025.

KUKUL, Vanessa Cristina. Carnaval e turismo criativo: o desenho da cadeia produtiva no Bloco da Ovelha, Caxias do Sul (Brasil). **Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**, Caxias do Sul, v. 16, n. 2, p. 346-371, 2024. DOI: 10.18226/21789061.v16i2p347. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v16i2p347>. Acesso em: 28 nov. 2025.

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. A ação pública abordada pelos seus instrumentos. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 9, n. 18, jul./dez. 2012b. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/download/1331/1048>. Acesso em: 9 jan. 2026.

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. **Sociologia da ação pública**. Tradução: George Sarmento. Maceió: EDUFAL, 2012a.

LIMA, Letícia de Castro. **Criatura**: turismo criativo como abordagem de desenvolvimento e gestão social. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2020. 127 f. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/xmlui/bitstream/handle/ri/35357/CRIATURA%20-%20TURISMO%20CRIATIVO%20COMO%20ABORDAGEM%20DE%20DESENVOLVIMENTO%20E%20GESTAO%20SOCIAL.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 27 maio 2025.

LORENA, Carmo Daun e. Subsídios para a análise da festa: o carnaval visto pelas ciências sociais. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 53, 2019. Disponível em: <https://repositorium.uminho.pt/server/api/core/bitstreams/04cb377b-2c31-4ec3-8992-a07d485eae9f/content>. Acesso em: 23 abr. 2025.

MATOS, Marcelo G. Pessoa; SOARES, Camila; DOMINGUES, Célia; GONZALO, Manuel. O sistema produtivo e inovativo do carnaval carioca: construção de competências e políticas sistêmicas para seu desenvolvimento sustentável. **Revista Pymes, Innovación y Desarrollo**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 61, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/pid/article/view/14868/17740>. Acesso em: 20 maio 2025.

NETO, Sinval; ROCHA, Lurya. Carnaval do DF pode movimentar cerca de R\$ 320 milhões em atividades turísticas. **Revista Fecomércio**, Brasília, DF, ano 25, n. 276, p. 15, fev.-mar. 2025. Disponível em: https://www.fecomerciodf.com.br/revista-fecomercio/#flipbook-df_93236/15/. Acesso em 25 set. 2025.

POLI, Karina. Economia cultural e criativa: uma perspectiva histórica para compreender a formação do campo na contemporaneidade. **Revista Extraprensa**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 211-231, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/148029/147030>. Acesso em: 22 set. 2024.

PRESTES FILHO, Luiz Carlos, (coord.) **Cadeia produtiva da economia do Carnaval**. Rio de Janeiro: E-papers, Rio de Janeiro. 2009. *E-book*. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=Cfb5zpKcti4C&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=true>. Acesso em: 11/06/2024.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. Tradução: João Minhoto Marques; Maria Amália Mendes; Maria Carvalho. Lisboa: Gradiva, 2008. p. 27.

RECIFE. **Com 3,5 milhões de foliões, Carnaval do Recife bate recorde de público e satisfação**. Recife, PE, 5 mar. 2025. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/05/03/2025/com-35-milhoes-de-folioes-Carnaval-do-recife-bate-recorde-de-publico-e>. Acesso em: 21 maio 2025.

REIS, Ana Carla F. **Cidades criativas**: análise de um conceito em formação e da pertinência de sua aplicação à cidade de São Paulo. 2011. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. p. 26.

REIS, Ana Carla F. Transformando a criatividade brasileira em recurso econômico. In: REIS, Ana Carla Fonseca (org.). **Economia criativa: como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento**. São Paulo: Itaú Cultural, 2008. p. 15-134.

RIBEIRO, Kamilly dos Santos. **A Economia do Carnaval: estudo sobre a “produção” da festa mais popular do Brasil com base na observação de uma experiência florianopolitana**. Lins. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina. 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/128122/Monografia%20da%20Kamilly%20Ribeiro.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 dez. 2025.

RIBEIRO, Patricia. O turismo em Brasília bate recordes já no primeiro semestre e destaca-se entre os destinos mais procurados em 2025. **Secretaria de Turismo do Distrito Federal**, Brasília, DF, 15 jul. 2025. Disponível em: <https://www.turismo.df.gov.br/w/o-turismo-em-brasilia-bate-recordes-ja-no-primeiro-semester-e-destaca-se-entre-os-destinos-mais-procurados-em-2025>. Acesso em: 25 set. 2025.

RUBIM, Antônio A. C. Gestão cultural. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas (org.). **Desafios e dilemas da gestão cultural**. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 11-17. (Coleção Saladeaula, 13).

SABINO, Cláudia de Vilhena Schayer; PONTES, Elaine Cândida; ABREU, João Francisco de; DIAS, Larissa Canêlhas; POLI, Leonardo Macedo; BARBOSA, Maria Bueno; MEDEIROS, Sílvia Maria Dias; LOBATO, Wolney. **Cartilha de proteção do conhecimento da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação**. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Belo Horizonte. 2008.

SALDANHA, Regina Luiza; GONÇALVES, Carlos Alberto. O evento carnaval como motor da economia criativa: um estudo na capital mineira entre 2015 e 2017. **Revista Iberoamericana de Turismo**, Penedo, v. 9, n. 2, p. 54-67, dez. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/b5232acf-9306-4887-b4b5-4873f566632c/content>. Acesso em: 22 maio 2025.

SALLUM, Samanta. Carnaval do DF se destaca no ranking nacional de faturamento. **Correio Braziliense**, Brasília, DF, 13 fev. 2025. Capital S/A. Disponível em: <https://blogs.correiobraziliense.com.br/capital-sa/2025/02/13/Carnaval-do-df-se-destaca-no-ranking-nacional-de-faturamento/>. Acesso em: 27 maio 2025.

SANTOS, Fernando B. Pinho dos. Carnaval e administração pública: o papel dos governos locais na configuração das festas. **Textos Escolhidos de Cultura e Arte Populares**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 61-74, 2010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/tecap/article/view/12026/9413>. Acesso em: 22 maio 2025.

SILVA, Dandara dos S. Carnaval: nossas identidades sob rasura. In: SILVA, Dandara dos S. **“As ‘nagôs’ estão na rua com prazer e alegria”**: uma cartografia afro-baiana de Belmonte (Bahia). Ilhéus: Editus, 2022. p. 140. E-book. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/v2xb3/pdf/silva-9788574555492.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2025.

SILVA, Frederico Augusto B. Considerações sobre as relações entre economia criativa e políticas de evento. In: SILVA, Frederico Augusto B.; ZIVIANI, Paula (org.). **Políticas públicas, economia criativa e da cultura**. Brasília, DF: Ipea, 2020. Disponível em:

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10256/1/ConsRelEconCriativaPolEvento_cap01.pdf. Acesso em: 22 maio 2025.

SILVA, Luana Alexandre; PAIVA Júnior, Fernando Gomes; SANTANA, Rebeka Cristiny Barbosa de. O turismo criativo na agenda política: possibilidades de contribuição para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 232-326, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rta/article/view/184798/180061>. Acesso em: 16 maio 2025.

SILVA, Liliane Souza e. **Sustentabilidade na cultura**: da diversidade cultural à sustentação financeira. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011. Disponível em: <https://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/handle/20.500.11997/18474/Liliana%20Sousa%20Silva.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 4 fev. 2026.

SILVEIRA, Gabriella Ilka Brandão. **Economia criativa maranhense**: um estudo sobre o carnaval e o São João do Maranhão. 2023. Monografia (Graduação em Administração) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023. 20f.. Disponível em: <https://monografias.ufma.br/jspui/bitstream/123456789/8675/1/GABRIELLA%20ILKA%20BRAND%C3%83O%20SILVEIRA.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2025.

SOUZA, E. **Os primeiros carnavais de Brasília**. Rio de Janeiro: Editora Memória. 2015

SPIES, Jak. #TBT: lembre a história dos blocos de Carnaval em Brasília. **Agência Brasília**, Brasília, DF, 25 jan. 2024. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/w/tbt-relembre-a-historia-dos-blocos-de-Carnaval-em-brasilia>. Acesso em: 29 set. 2024.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Gestão da cultura, gestão na cultura e gestão para a cultura?. In: COSTA, Frederico Lustosa da (org.). **Política e gestão cultural**: perspectivas Brasil e França. Salvador: EDUFBA, 2013. p. 263-264. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/13178/1/Cult13_2013_Repositorio.pdf. Acesso em: 22 ago. 2025.

THROSBY, David. **Economics and culture**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. Disponível em: <https://assets.cambridge.org/052158/406X/sample/052158406XWS.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2024.

TOMAZINI, Carla. Mudança de políticas públicas: a força das ideias. In: OLIVEIRA, Osmany Porto de; HASSENTEUFEL, Patrick (org.). **Sociologia política da ação pública**: teorias, abordagens e conceitos. Brasília, DF: Enap, 2021. p. 201. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6338/1/1_Osmany%20Porto%20de%20Oliveira_Sociologia%20pol%c3%adtica_9969.pdf. Acesso em: 14 abr. 2025.

UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. **Relatório sobre a economia criativa**: ampliando os caminhos para o desenvolvimento local. Genebra: Nações Unidas, 2010. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/ditctab20103_pt.pdf. Acesso em: 28 nov. 2024.

VALIATI, Leandro Introdução. In: VALIATI, Leandro (org.). **Economia da cultura e indústrias criativas**: fundamentos e evidências: referenciais teóricos. São Paulo: Itaú Cultural: Martins Fontes, 2023. t. 1, p. 11-18. E-book.

VARELLA, Guilherme Rosa. **Direito à folia**: o direito ao carnaval e a política pública do carnaval de rua na cidade de São Paulo. 2021. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-15082022-120150/publico/3736563DIC.pdf>. Acesso em: 24 maio 2025.

VIEIRA, Ana da C. A. Campos; SILVA, Rafaela Júlia da; KNUPP, Marcos Eduardo C. Gonçalves. Políticas de turismo e economia criativa para o desenvolvimento sustentável: análise da participação do poder público. **Brazilian Creative Industries Journal**, Novo Hamburgo, v. 3, n. 2, p. 250, jul./dez. 2023. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/server/api/core/bitstreams/787facd3-e654-4474-9698-178b11c138e2/content>. Acesso em: 28 mar. 2025.

VIEIRA, Naiara da Cunha. **Carnaval de Salvador**: discutindo a gestão da festa. 2014 Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Prof. Milton Santos, Salvador, 2014. Disponível em: <https://1library.org/document/q73v5gny-carnaval-de-salvador-discutindo-a-gestao-da-festa.html>. Acesso em: 22 mai. 2025.

YIN, Robert. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução: Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. p. 19.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura**: usos da cultura na era global. Tradução: Marie Anne Kremer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.